

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL**

**NORTON CEZAR DAL FOLLO DA ROSA JUNIOR**

**ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA:**

**DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO COM ADOLESCENTES EM  
CONFLITO COM A LEI**

**Porto Alegre  
2006**

NORTON CEZAR DAL FOLLO DA ROSA JUNIOR

**ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA:  
DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO COM ADOLESCENTES EM  
CONFLITO COM A LEI**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.  
Orientador:  
Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa**

**Porto Alegre  
2006**

NORTON CEZAR DAL FOLLO DA ROSA JUNIOR

**ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA:  
DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO COM ADOLESCENTES EM  
CONFLITO COM A LEI**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.**

**Orientador:**

**Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa**

**COMPOSIÇÃO DA BANCA:**

**PROF. DRA. LILIANE SEIDE FROEMMING**

**PROF. DR. MARIO FLEIG**

**PROF. DR. PAULO ENDO**

**A Fabiana Pires Rosa e Isabella Rosa da Rosa,  
pelos pequenos e valorosos detalhes que não se  
cansam em testemunhar o amor pela vida e o  
profundo respeito pelo outro.**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Norton Cezar Dal Follo da Rosa e Regina Vasconcellos Oliveira, pelas palavras endereçadas.

Ao estimado professor e orientador Edson de Sousa, pelo acolhimento e aposta no meu projeto de pesquisa, bem como, pelo valoroso respeito, liberdade, cuidado e dignidade que orientou o meu trabalho, mostrando-me que para abordar e avançar em temas complexos, é necessário um certo limiar de leveza.

Aos adolescentes que através de suas singulares formas de padecer interrogam tanto a lei, quanto às nossas possibilidades de escuta, em especial, aqueles que tive a oportunidade de trabalhar.

Aos colegas da Associação Clínica Freudiana, pelo desafio em sustentar há mais de dezoito anos, uma prática clínica psicanalítica na cidade de São Leopoldo, em especial, a Fernando Hartmann e Sonia Bley, pela sensibilidade em acolher e fomentar o debate em torno do tema da violência.

Aos colegas da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA, em especial, a equipe do Correio, pelo empenho em promover discussões acerca de questões de relevância social, assim como, pela implicação na sustentação da escrita enquanto um dispositivo para o psicanalista compartilhar sua prática.

Ao Núcleo Psicanalítico de Santa Maria – NPSM, em especial, a Silvia Raimund Ferreira e Volnei Dassoler, pelas interlocuções e apostas no meu trabalho.

Aos colegas do grupo de pesquisa das Quartas-feiras, coordenado pelo professor Edson de Sousa, pelo riquíssimo diálogo entre os alunos do PPG em Artes Visuais com o PPG em Psicologia Social e Institucional, em especial, ao colega e amigo Márcio Belloc.

Aos participantes do grupo de estudos que coordeno: “Jacques Lacan e as proposições lógicas de retorno a Freud”, pela oportunidade que me propiciam, através de suas constantes interrogações, de avançar na leitura de Lacan.

A Wagner de Abreu pelas questões colocadas a partir da leitura atenta do meu texto.

A equipe do PASS – Banrisul (Programa de Assistência a Vítimas de Assalto e Seqüestro), em especial, a Cleide Fernandes, pela rica troca de experiências durante os dois anos que tive a satisfação de acompanhá-los.

A todos os professores, funcionários e alunos do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

*No ato criador, o artista passa da intenção à realização, através de uma cadeia de reações totalmente subjetivas. Sua luta pela realização é uma série de esforços, sofrimentos, satisfações, recusas, decisões que também não podem e não devem ser totalmente conscientes, pelo menos no plano estético. (DUCHAMP, 1975, p.73)*

## RESUMO

A proposta deste projeto de pesquisa constitui-se a partir das inquietações oriundas da experiência clínica com adolescentes, em situação de conflito com a lei, tendo seu início através da parceria entre Associação Clínica Freudiana, Juizado da Infância e da Juventude e Prefeitura de São Leopoldo-RS. A partir da escuta de três adolescentes encaminhados para tratamento devido à condição de agentes de atos violentos - seja em relação à depredação de patrimônio público e privado, seja por comportamentos que demarcam o uso da violência perante o semelhante, materializada através de agressões físicas, furtos e roubos - supõe-se que a violência na adolescência se dá enquanto resposta dos adolescentes, mediante o lugar que estes ocupam no contexto social contemporâneo.

De um lado, destaca-se a condição de desamparo destes adolescentes frente à radical fragilidade de uma função paterna, para servir de continência diante dos impasses subjetivos decorrentes do processo *adolescens*, demarcando assim uma impossibilidade de conter e situar limites aos excessos pulsionais e ímpetos de violência. Isto faz com que os adolescentes sintam-se encurralados numa trágica lógica especular, na medida em que eles supõem que, do ponto ao qual este outro o espia, recai insígnias de morte, levando-os a formular a hipótese que este requer a sua perda. De outro, os adolescentes evidenciam estar jogados na solitária rede do individualismo contemporâneo, no qual, ao mesmo tempo em que encarnam ideais narcísicos, por cristalizarem uma espécie de estética juvenil globalizada, demonstram a angústia diante do desejo de busca de reconhecimento e autonomia.

Esta investigação baseia-se no método de pesquisa psicanalítica. Para análise das questões propostas, serão utilizados, enquanto corpus de pesquisa, os atendimentos clínicos e as entrevistas com os pais, adotando-se a construção de caso como modelo metodológico aplicável à pesquisa psicanalítica.

Nosso objetivo é problematizar os mecanismos potencializadores da adolescência infratora, no contexto social contemporâneo, e interrogar as possibilidades de direção de tratamento psicanalítico com adolescentes em situação de conflito com a lei.

**PALAVRAS-CHAVE:** adolescência - violência - conflito com a lei - direção de tratamento psicanalítico.

## ABSTRACT

The proposal of this research project consists from the inquietude from the clinic experience with adolescents, in a situation of conflict with the law, having its beginning through the partnership between Freudian Clinic Association, Judgeship of Childhood and of Juvenile and Mayor of São Leopoldo - RS. From the listening of three adolescents led to treatment due to the condition of violent acts by agents – either concerning the depredation of the public and private patrimony or for behaviours that delimit the use of physical violence before the peer, materialized through physical aggressions, robbery and thefts – one supposes that the violence in the adolescence occurs while response to the adolescents, meantime the place that these take in the contemporaneous social context.

On the one hand, one detaches the condition of abandonment of these teenagers face the radical fragility of a paternal function, to serve as moderation in front of the subjective dilemmas due to the process of *reaching the state of adolescence*, delimiting thus an impossibility to contain and situate limits to the excess of impulsiveness and impetus of violence. This makes the adolescents feel corralled in a splendid logic tragic, in the way that they suppose that, from the point of view that this other spies him, relapses into death insignias, leading them to formulate the hypothesis that this request its loss. On the other hand, the adolescents evidenced to be left in the solitary chain of the contemporary individualism, in which, at the same time that personify narcissistic ideals, for criticizing a sort of globalized juvenile esthetics, demonstrate an anxiety in front of the desire of recognition and autonomy.

This investigation is based in the psychoanalyst research method. For the analysis of the proposed questions, the clinics appointments and the interviews with their parents will be taken into consideration, while corpus of the research, one adopting the case as methodological model aplicable to the psychoanalytic research.

Our goal is put in doubt the powerful mechanisms of the violator adolescent, in the contemporaneous social context, and inquire the possibilities of conducting the psychoanalyst treatment with adolescent in situation of conflicts with the law.

**KEYWORDS:** adolescence – violence - conflict with the law - conducting the psychoanalyst treatment.



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OS IMPERATIVOS DA MODERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NAS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS .....	13
2.1 MODERNIDADE – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO .....	16
2.2 O INDIVIDUALISMO.....	19
2.3 O CONSUMO COMO APOLOGIA AO GOZO .....	22
2.4 OS IMPERATIVOS DO GOZO ESCÓPICO E O ADVENTO DE UMA NOVA ECONOMIA PSÍQUICA .....	27
3 O <i>ADOLESCER</i> E AS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS DE UM PROCESSO DE PASSAGEM.....	32
4 ARTICULAÇÕES ENTRE ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA .....	42
4.1 O EMUDECIMENTO DA VIOLÊNCIA .....	45
4.2 A PALAVRA ENQUANTO AGENTE DE REINTEGRAÇÃO SIMBÓLICA DA HISTÓRIA DO SUJEITO: PRIMEIRAS FORMULAÇÕES ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO.....	50
<b>4.2.1 Quando a agressividade fala a violência cala</b> .....	55
4.3 VIOLÊNCIA FUNDADORA E CONSTITUINTE DA PSIQUE: UMA COMPLEXA HERANÇA FREUDIANA.....	59
4.4 PAI... ESTOU AQUI! UM GRITO DE SOCORRO QUE EVIDENCIA A FIXAÇÃO NO TERCEIRO TEMPO DO CIRCUITO PULSIONAL PROPOSTO POR FREUD .....	71
4.5 A DELINQUÊNCIA ENQUANTO BUSCA DESESPERADA DO BRILHO NO OLHAR DO OUTRO .....	75
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	83
6. CONSTRUÇÕES DE CASOS CLÍNICOS: NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DIREÇÃO DE TRATAMENTO PSICANALÍTICO .....	89
6.1 VIVA RÁPIDO E MORRA JOVEM: "PAI, NÃO VÊS QUE ESTOU QUEIMANDO"? .....	97
6.2 SOBRE UM CERTO "JUNIOR" ESTRANHAMENTE FAMILIAR E OS LIMITES NA CONDUÇÃO DE UM CASO .....	100
6.3 A PERVERSÃO ENQUANTO "UM DESEJO QUE NÃO OUSA DIZER O SEU NOME" .....	103
<b>6.3.1. O fetiche enquanto gozo escópico do corpo materno</b> .....	105
<b>6.3.2 A profanação da imagem paterna</b> .....	109
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	116

## 1 INTRODUÇÃO

Certa feita numa interlocução<sup>1</sup>, foi abordado o fragmento de sonho analisado por Freud (1900) no célebre texto “A interpretação dos sonhos”, no capítulo VII - “A psicologia dos processos oníricos”. Trata-se de um momento especial, no qual o autor analisa as implicações acerca do esquecimento dos sonhos, mostrando-nos que o trabalho do psicanalista requer uma certa paixão pelo detalhe, na medida em que muitas vezes é possível reconstruir aquilo que fora perdido mediante o recalçamento do sonho, a partir de um único fragmento remanescente, no caso, em especial, um *canal*.

Freud refere que uma paciente cética tivera um sonho meio longo do qual algumas pessoas lhe falaram de seu livro sobre os *Chistes*. Surgiu então algo sobre um *canal*, parecendo tudo muito evanescente, uma espécie de resíduo de lembrança que esboçava apenas um *canal*. O autor chama atenção que o elemento *canal*, por ser tão indistinto, poderia parecer inacessível à interpretação. Num primeiro momento, nada ocorreu na paciente a propósito do elemento aparentemente insignificante. Entretanto, posteriormente, ela recorda de algo, um chiste que ouvira no vapor que liga Dover a Calais, onde um autor famoso começou a conversar com um inglês e este citou a máxima: “Du sublime au ridicule il n'y a qu' un pas”. Sim respondeu o autor - ‘le Pas de Calais’, referindo à França como sublime e à Inglaterra como ridícula. Freud refere que a lembrança fornece a solução para o elemento aparentemente intrigante no sonho – *um canal*.

Esta discussão na disciplina foi importante, pois logo após estive num evento apresentando um trabalho sobre *Adolescência e violência*, e uma pessoa, informalmente, perguntou-me quando começou o meu interesse pelo tema. Inicialmente, parecia que à experiência de escuta com adolescentes em conflito com a lei, poderia facilmente ser a resposta mais lógica e racional. No entanto, naquele momento resolvi dizer apenas que precisava pensar. Creio que tanto a questão quanto a resposta possibilitaram alguns efeitos enunciativos, pois na manhã seguinte, tão logo acordei, ainda tropeçando nos fragmentos que

---

<sup>1</sup> Trata-se da disciplina: *O registro imaginário: psicanálise e cinema*, ministrada pela psicanalista e professora do PPG em Psicologia Social e Institucional, Liliane Froemming. As discussões decorrentes desta experiência produziram desdobramentos importantes na construção desta pesquisa.

restavam do meu sonho, pronunciei uma única palavra: "tomate". Isto era tudo o que até então eu podia lembrar do meu sonho - apenas um tomate! Quanto mais forçava para resgatar algum outro esboço qualquer de imagem, maior parecia o esquecimento. O que certamente é relativamente óbvio, até mesmo, para os iniciados em psicanálise.

Então, quando percebi o quão inútil seria a minha insistência, resolvi fazer o jejum. Olhei para minha ajudante e pronunciei um lapso: gostaria de café com "toradas". Ela recentemente fora contratada e tinha um sotaque muito forte, típico da colônia. Diante disso, achou por um instante que eu poderia estar brincando, riu e repetiu - "torada"? Quando ouvi a sua voz (em espelho), lembrei-me de um estimado amigo da adolescência que não vejo acerca de 20 anos, chamava-se: Torata.

Torata era um japonês, filho de um homem muito íntegro que, além de ser um plantador de "tomates", fora o nosso mestre de Karatê durante a infância e adolescência. Esta lembrança, imediatamente, produziu-me uma sucessão de imagens desde as nossas aulas, que sempre eram acompanhadas de alguns princípios de filosofia oriental e de técnicas de meditação e controle respiratório - o que me produziu uma sensação de muito bem estar naquele momento -, até a recordação de uma imagem muito forte, petrificadora, haja vista os efeitos de emudecimento que o caráter violento de seu ato precipitou-me enquanto espectador. Aos poucos começava a perceber que a partir da lembrança de um "tomate" e de seus imprevisíveis desdobramentos, gradativamente, tornava-se possível responder a questão colocada pelo meu interlocutor, a saber, quando começou o meu interesse pela conjunção dos temas adolescência e violência.

Era uma tarde de sábado - eu devia ter 11 ou 12 anos - estava acompanhado dos meus colegas e amigos "Torata" e "João". Estávamos exaustos porque havíamos treinado durante longas horas, para o importante exame de troca de faixa, que iríamos prestar na próxima semana. João era o melhor e mais dedicado aluno da academia, além da postura conciliadora de ser completamente avesso a conflitos e incapaz de agredir ou revidar com agressão a qualquer pessoa; possuía um domínio técnico admirável, principalmente com a destreza e flexibilidade de suas pernas, o que lhe rendeu os principais títulos nacionais e internacionais de sua categoria. Quanto a sua vida particular, sabia-se pouco, pois além de disciplinado era muito reservado. Apenas tínhamos conhecimento que era de família humilde e que seu pai enfrentava alguns problemas com a bebida.

Certa dia, ouvimos alguém dizer que o nosso professor - cerca de seis anos atrás - sensibilizado com a situação do menino, que periodicamente aparecia para assistir os treinos, ofereceu-lhe uma bolsa gratuita, fazendo apenas dois pedidos: não envolver-se em conflitos e

cuidar da limpeza do *Dojo* (local onde ocorriam os treinos). Os pedidos para João soavam como exigências, o que certamente mostrava-nos que nosso Mestre teria muitos motivos para se orgulhar de seu futuro discípulo.

Naquela tarde, logo após o treino, quando estávamos descontraidamente retornando para as nossas residências, já nas proximidades da casa de João, como numa espécie de relâmpago, vimos um homem tomado por um acesso de fúria, agarrá-lo violentamente no pescoço e jogá-lo em direção a um portão, deixando-o completamente encurralado e fitando-o de forma fulminante e aniquiladora. Tanto a violência do corpo que se impunha abruptamente quanto o poder destrutivo de seu olhar, parecia imobilizar e anestésiar o nosso amigo que, certamente, teria plenas habilidades para se livrar do agressor em frações de segundos, caso esse não o fosse, o seu próprio pai. Quando percebemos de quem se tratava, ficamos tão ou mais paralisados que o próprio João. Neste momento, estávamos todos congelados numa cena que nos incapacitava de ensaiar qualquer tentativa de reação, a qual possivelmente iria retornar em nossos pensamentos por muitos anos, marcando sensivelmente as nossas vidas.

Foram apenas alguns segundos que todos pareciam medusados em face de tamanha barbárie. O silêncio foi rompido com uma única frase do pai do menino - "vamos reage... reage que eu também o destruo". O poder destrutivo de suas palavras, acompanhado do ódio, que saltava de seus olhos esbugalhados, e da força brutal de seus braços, que insistiam em marcar dolorosamente o corpo do seu filho, rapidamente anestésiou as pernas de João, e ele subitamente desmaiou.

Logo após seu pai largou-lhe no chão e novamente, como numa espécie de relâmpago, se dissipou pela estreita e infinita rua, donde cegamente foi embora sem sequer olhar para o seu horrível feito. Ao vermos o corpo do nosso amigo estirado no chão, finalmente conseguimos sair de nosso estado de petrificação e rapidamente procuramos então acordá-lo e levá-lo para sua casa. Assim que chegamos, era possível escutar os soluços de seu irmão caçula. As marcas em seu corpo denunciavam que recentemente havia sido espancado. Como única e desesperada tentativa para defender-se de seu algoz havia pronunciado ao seu pai - "O João um dia vai me proteger e bater em você". Passados alguns meses, ficamos sabendo que o menino era espancado com relativa frequência.

João gradativamente fora se afastando das aulas, suas pernas pareciam anestésiares-se para sempre, pois, frequentemente sofria distensões e contusões musculares, curiosamente sempre nos membros inferiores. Durante muitos anos perdemos o contato com ele, algumas informações apontavam que sua família mudara-se para uma cidade vizinha. Passados alguns anos tomamos conhecimento que ele havia se envolvido com pequenos furtos e tornara-se

líder de gangue, adquirindo em sua história as tristes marcas de algumas passagens pela FEBEM.

Este pequeno fragmento que restou do meu sonho - um "tomate" -, resgatou um universo de recordações, nas quais pude perceber que o meu interesse, para pesquisar as relações entre adolescência e violência, também decorre de uma cena traumática<sup>2</sup> que vivenciei quando adolescente. Emudecido e paralisado, percebia o olhar fulminante de um pai que parecia denunciar o sofrimento em face ao desamparo a que João estava jogado, à mercê de uma continência paterna, jogando-o, posteriormente, na delinquência, como uma espécie de tentativa desesperada de buscar reconhecimento, desafiando as bordas da lei diante da avassaladora angústia de tentar refundar um pai a cada instante.

Martin Luther King, pacifista, pensador e um dos grandes líderes do século XX, conhecido também como forte representante do movimento *não-violência*, certa feita disse: “Não é a violência de poucos que me assusta, mas o silêncio de muitos”. Frente às inúmeras e indescritíveis violências às quais sofremos, por vezes, fechamos nossos olhos, ouvidos e bocas, ficamos mudos e petrificados, como uma espécie de defesa para suportarmos os efeitos de horror que de alguma forma passaram a marcar nosso corpo. Evidenciando assim, conforme ressaltam Sousa e Tessler, os contornos do traumático:

“A violência é sempre excessiva. Revela mais do que a palavra violência consegue enunciar. A violência não pode ser contida em nenhuma imagem mesmo a mais terrível. A violência tem o poder de paralisar as formas de vida. Ela nos faz ficar mudos e estáticos. Nosso silêncio, contudo é o seu alimento. Por isso para reagir é preciso falar, pensar, entender, denunciar, apontar, indignar-se. Ar irrespirável, a violência instituiu um princípio de crueldade, lançando suas vítimas no mais completo desamparo. Penetra nos poros. Produz anteparos. Muitas vezes não há o que dizer, não há o que pensar, não há o que imaginar. Resta um silêncio inquietante que evidencia as garras ferozes do trauma. Este sempre deixa um resto obscuro que resiste a qualquer compreensão.” (SOUSA; TESSLER, 2004, p. 05)

De acordo com os autores citados, precisamos ficar atentos tanto aos diversos mecanismos quanto aos reais motivos das possíveis situações que inibem a fala, pois o silêncio frente à violência, além de ser assustador e portador das insígnias do traumático, pode caracterizar-se também como uma dentre as múltiplas formas de exercitarmos, morbidamente,

---

<sup>2</sup> Quanto às relações entre a pesquisa psicanalítica e a cena traumática, propomos a leitura de dois textos muito importantes: “A cena primária do psicanalista”, de autoria de Mário Corso e, “A violência no coração da cidade – um ensaio psicanalítico”, de Paulo Endo. Ambos, através de diferentes caminhos, demonstram que a pesquisa psicanalítica decorre de um certo resíduo traumático, o que nos leva a pensar que a formação do psicanalista, além de ser uma espécie de tentativa de resolução deste enigma, implica necessariamente, ter que se haver com o processo de escrita.

a nossa surdez e indiferença frente ao semelhante, denunciando assim o potencial destrutivo que habita em cada um de nós.

Arendt (1999) em seu livro: “Eichmann em Jerusalém: um relatório sobre a banalidade do mal”, ao desenvolver o célebre conceito de banalidade do mal<sup>3</sup>, mostra-nos com muita clareza que a crueldade se faz presente naqueles que de alguma forma estão dispostos a sacrificar a tudo e a todos, se assim for preciso, para atingir os seus ideais. Como podemos perceber no transcorrer desta leitura, tamanha barbárie só é possível se realizar, mediante a absoluta incapacidade de se identificar diante da dor e do sofrimento dos outros. É justamente aí que a sabedoria tanto de King, quanto de Arendt, mostram-nos que a estratégia para enfrentar a violência implica, tanto em romper as mordanças e colocar a palavra em circulação engendrando os possíveis mecanismos de potencialização do diálogo, quanto interrogar os medíocres pactos de cumplicidades que, por vezes, podemos estabelecer.

---

<sup>3</sup> Este conceito a autora desenvolve a partir da sua participação enquanto jornalista política no histórico julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém. Eichmann fora capturado num subúrbio de Buenos Aires por um comando israelense na noite de 11 de maio de 1960, voou para Israel nove dias depois e fora levado a julgamento na Corte Distrital de Jerusalém em 11 de abril de 1961, objeto de cinco acusações: “entre outros”, cometera crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante todo o período do regime nazista e principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial. A Lei (de Punição) dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas, de 1950, sob a qual estava sendo julgado, previa que “uma pessoa que cometeu um desses [...] crimes [...] está sujeita à pena de morte”. A cada uma das acusações, Eichmann declarou-se: “Inocente, no sentido da acusação”. Segundo Arendt, “a defesa aparentemente teria preferido que ele se declarasse inocente com base no fato de que, para o sistema legal nazista então existentes, não fizera nada errado; de que aquelas acusações não constituíam crimes, mas “atos de Estado”, sobre os quais nenhum outro Estado tinha jurisdição, de que era seu dever obedecer e de que, nas palavras de Servatius, cometera atos pelos quais “somos condecorados e vencemos e condenados à prisão se perdemos.” (ARENDR, 1999, p.32-33) Um dos grandes impactos deste julgamento - o maior julgamento de um carrasco nazista desde o tribunal de Nuremberg, pois o réu era um dos principais responsáveis pelo maior massacre da história da humanidade que se tem conhecimento - ocorreu na medida em que os presentes esperavam se defrontar com uma figura monstruosa, com arrojadas habilidades intelectuais, seguida de uma personalidade forte e persuasiva. Entretanto, para a surpresa e, talvez, decepção de todos, encontram-se com um sujeito de frágil formação intelectual, genuinamente incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê burocrático, haja vista a absoluta incapacidade de refletir acerca dos seus atos. Em contrapartida, Eichmann, demonstrou-se um exímio burocrata, uma máquina de cumprir ordens e um idealista implacável disposto a sacrificar tudo e, principalmente, todos, deixando isto claro ao dizer no interrogatório da polícia que teria mandado seu próprio pai para morte se isso tivesse sido exigido, ou seja, estava disposto a destruir qualquer um que interferisse em suas ações. O que importava era simplesmente o imperativo categórico: “Aja de tal modo que o Führer se souber de sua atitude, a aprove.” (Idem, 1999, p. 274) Ao ser condenado culpado e ter como pena de morte a forca, antes de morrer refere: “Dentro de pouco tempo, senhores, iremos encontrar-nos de novo. Esse é o destino de todos os homens. Viva a Alemanha, viva a Argentina, viva a Áustria. Não as esquecerei”. Segundo a autora, ainda diante da morte ele encontrou o clichê usado na oratória fúnebre. “No cadafalso, sua memória lhe aplicou um último golpe: ele estava “animado”, esqueceu-se que aquele era seu próprio funeral. Foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição que este longo curso de maldade humana nos ensinou - a lição da temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos.” (Idem, 1999, p.174) Portanto, através deste longo relatório, Arendt nos interroga o quanto à burocratização da vida pública é uma espécie de encarnação do mal que corrói e ameaça as sociedades democráticas.

Neste sentido, acreditamos que abordar o tema da violência requer uma tarefa delicada, pois se, de um lado, nos defrontamos com a extrema complexidade e obscuridade que circundam tal reflexão - tendo em vista as múltiplas e difusas formas de materializações da violência na contemporaneidade, considerando a singularidade das nuances simbólicas de cada contexto que a circunscreve -, de outro, freqüentemente, encontramos-nos na iminência de adotar discursos queixosos, presentificados em narrativas alicerçadas numa posição vitimizada, tomando-a como algo exterior a nós mesmos, como uma espécie de mal que habita no outro e a qualquer momento poderá nos atingir. Neste aspecto, em especial, é possível perceber o quanto é tentador pensarmos desta forma, pois nos desresponsabiliza da árdua tarefa de refletir acerca do potencial destrutivo existente em cada um de nós, convocando ao cômodo engodo especular de supor a violência sempre no campo do outro, restando somente localizar<sup>4</sup> e nos defender dos supostos inimigos.

Considerando estes aspectos apontados, julgamos pertinente resgatar uma passagem presente no editorial da revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - “Psicanálise em tempos de violência”:

“Seria muito agradável acreditar que a violência nos encontra em posição passiva, vitimizada. Porém se pensarmos que ela subjaz ao pai, à lei, enfim a tudo aquilo que embasa e viabiliza uma sociedade, podemos por fim compreender porque a contemplamos com fascínio compulsivo e a rondamos com verdadeira evitação fóbica.” (ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE, 1995, p. 04)

Neste sentido, quer seja na dimensão do fascínio, quer seja na tentativa de repudiar veementemente qualquer ato violento, as diferentes maneiras de materialização da violência nos defrontam com algo estranhamente familiar, ou seja, com resíduos do recalcado ameaçador, incestuoso e parricida, a saber: eminentemente violento. Freud, no inquietante texto “O estranho”, analisa este fenômeno, dizendo-nos - “O estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar.” (FREUD, 1919, p.238) Como podemos perceber, a dimensão do estranho em Freud não implica o simples desconhecimento, na medida em que a lógica deste texto rompe com a linearidade de que o

---

<sup>4</sup>O que demarcaria uma posição especular muito perigosa, haja vista os recentes acontecimentos mundiais. Refiro-me tanto a perseguição do governo Norte Americano a Bin Laden no Afeganistão, quanto à vergonhosa guerra travada contra o Iraque, as quais a partir de uma incansável tentativa de construção de um suposto inimigo – que atualmente, diga-se de passagem, parece se multiplicar em escala vertiginosa, basta constatar os milhares de nomes incluídos em suas listas como potenciais terroristas -, serviram de pretexto para destruir e matar de forma cruenta milhares de pessoas. Para aprofundar este tema, sugere-se a leitura do texto de autoria de Carlos Rambo: *A ética e a crise da subjetividade*. In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D. da (orgs), *Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2005, p.127-142.

conhecido é familiar em contraposição ao desconhecimento como sendo da ordem do estranho.

“A palavra alemã ‘*unheimlich*’ é obviamente o oposto de ‘*heimlich*’ [‘doméstica’], ‘*heimisch*’ [‘nativo’] — o oposto do que é familiar; e somos tentados a concluir que aquilo que é ‘estranho’ é assustador precisamente porque *não* é conhecido e familiar. Naturalmente, contudo, nem tudo o que é novo e não familiar é assustador; a relação não pode ser invertida. Só podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho; algumas novidades são assustadoras, mas de modo algum todas elas. Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho.” (FREUD, 1919, p.239)

Embora o autor aponte a necessidade de um elemento a mais ser acrescentado, para efetivamente se tornar estranho para o sujeito, situando-nos como este sendo da ordem do recalque, insiste em nos mostrar que o estranho não é passível de ser categorizado.

“Pode ser verdade que o estranho [*unheimlich*] seja algo que é secretamente familiar [*heimlich-heimisch*], que foi submetido à repressão e depois voltou, e que tudo aquilo que é estranho satisfaz essa condição. A escolha do material, com essa base, porém, não nos permite resolver o problema do estranho. Porque a nossa proposta é claramente não conversível. Nem tudo o que preenche essa condição — nem tudo o que evoca desejos recalcados e modos superados de pensamento, que pertencem à pré-história do indivíduo e da raça — é por causa disso estranho.” (FREUD, 1919, p.262)

No texto: “Familiaridade estranha da violência”, Bley (2005) analisa o aparente paradoxo existente na capital turística brasileira (Rio de Janeiro), pois ao mesmo tempo em que é tida por muitos, dentro e fora do país, como uma das mais violentas do mundo, fora eleita<sup>5</sup> por um instituto de pesquisa de uma Universidade da Califórnia como a de povo mais dócil, solidário e receptivo. A autora mostra-nos com muita clareza o quanto este texto freudiano abriga aquilo que a primeira vista pode nos parecer uma simples contradição.

“A psicanálise não existe, portanto, sem intertextualidade e estranhamento, engendrados a partir do familiar.

O peculiar estatuto que é o do inconsciente faz a não exclusão dos contrários. O familiar e o não familiar se convocam de modo solidário, a partir do texto freudiano “Das Unheimliche” (1919), no qual algo familiar (*heimlich*) se desenrola em direção a uma ambivalência de sentido, chegando a coincidir com seu oposto (*unheimlich*), não familiar, estranho, naquilo que inquieta e desassossega. Além disso, em Freud, esse campo do estranho, forasteiro, estrangeiro, que conjuga simultaneamente as noções de alteridade e alheamento, sem ser inquietante, está perpassado por outros termos de uso recorrente como alheamento, alienação e

---

<sup>5</sup> A autora faz referência há matéria apresentada no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão de 03/05/2003.



estranhamento(Entfremdung) e estrangeiro, alheio (Fremde).” (BLEY, 2005, p. 54)

Bley (2005) ao nos dizer que “a vivência do estranho-familiar não é um privilégio de nenhum tipo clínico específico, pois aquilo que se tornou alheio, estrangeiro (unheimlich) está associado ao processo de recalque, e sendo assim, o estranho retorna inquietando” (BLEY, 2005, p.55), apresenta-nos uma importante ponderação acerca do lugar do analista e da especificidade do seu trabalho na escuta desta familiaridade estranha da violência.

“Mas de onde, então, escutar esse familiar-estranho que margeia o horror da violência? Só podemos pensar um trabalho que aborde a violência, onde o analista empresta-se, então, na transferência. As bordas desse gozoso da violência, na clínica, podem ser reconstruídas quando conseguimos trabalhar também, mas para além daquilo que experimentamos enquanto cidadãos, participantes do mundo dito civilizado. Nele estamos mergulhados num caldo, que remexido nos desnuda, ora como agentes, ora como vítimas e ainda como espectadores da violência. Nesta participação, por vezes sucumbimos mais ao desalento da violência, em suas formatações como avalanches alastrantes; ora reacendemos esperanças de um mundo isento dela.” (BLEY, 2005, p.55)

Como constatamos no transcorrer desta pesquisa, a conjunção dos termos adolescência e violência, complexifica nosso trabalho, pois cada um destes agrega em si mesmo infinitas e, sobretudo, diferentes possibilidades de abordagens e discussões. Entretanto, fizemos esta opção levando em consideração as seguintes interrogações: por que os jovens são apontados como os representantes dos maiores índices<sup>6</sup> de violência, caracterizando-os como as principais vítimas deste complexo e obscuro fenômeno social? Diante desta interrogação, pareceu-nos fundamental abordar as relações entre adolescência e violência, restringindo nosso foco de investigação a partir da escuta clínica de adolescentes em situação de conflito com a lei.

Certamente, inúmeras foram as indagações decorrentes desta experiência, as quais apesar de reconhecermos o quanto é imprescindível escutar o que singularmente se enuncia no discurso de cada analisante - distanciando-nos assim, de qualquer tentativa ingênua de síntese -, pode-se dizer que uma interrogação, em especial, insistia em retornar, servindo-nos como

---

<sup>6</sup> Segundo Keil: “No Brasil, pode-se falar em guerra urbana. Para se ter uma idéia basta ver os dados oficiais brasileiros. Oficialmente, foram assassinados, na década de 90, cerca de 300 mil jovens. Segundo o estudo *Crianças do Tráfico*, da ONG Viva Rio, dos anos de 1987 a 2000 morreram mais adolescentes por ferimento a bala no Rio de Janeiro do que em países em guerra civil declarada. No conflito em Uganda, entre 1994 e 1998, três mil adolescentes foram mortos por armas de fogo. No Afeganistão, o número de mortes de adolescentes, entre 1991 e 1999, ficou em torno de 12 mil. No Rio de Janeiro, no mesmo período e nessa mesma faixa etária, foram registradas 23.480. A realidade da violência urbana se apresenta dilacerante.” (KEIL, 2005, p.28)

uma espécie de pano de fundo ao longo do nosso trabalho, qual seja: quais seriam os agentes potencializadores que contribuem para jogar os adolescentes a desafiar a lei, depredando o patrimônio público, violando e agredindo o semelhante através de agressões físicas, furtos e roubos?

Tal questionamento suscitou-nos o interesse em problematizar o lugar que a adolescência ocupa no contexto social, a partir dos endereçamentos que este faz aos jovens, levando-nos a supor que os processos de subjetivação da adolescência na contemporaneidade constituem-se como agentes produtores de violência.

Os três adolescentes acompanhados nesta pesquisa<sup>7</sup>, marcados por uma história com diversos atos de agressão e violência, apesar do uso freqüente da força física, do desafio constante dos limites da lei, assim como, da necessidade de legitimar os seus poderes de destruição, evidenciavam suas fragilidades através da constante posição de angústia, mediante a radicalidade de uma condição de desamparo<sup>8</sup> a que pareciam estar jogados, seja pelo contexto familiar que estavam submetidos, seja em relação às suas contingências sociais. Diante disso, estamos de acordo com a leitura que Marin (2002) faz do texto freudiano,

---

<sup>7</sup> A experiência de escuta clínica de adolescentes em situação de conflito com a lei iniciou-se no ano de 1996, através da parceria de trabalho entre Associação Clínica Freudiana (na época denominada Clínica Freudiana) Foro (representado pela Vara do Juizado da Infância e da Juventude) e Prefeitura de São Leopoldo, com o objetivo de prestar atendimento clínico junto à população infanto-juvenil, nas situações de violência, negligência, maus tratos, drogas, alcoolismo, adoção, liberdade assistida e guarda. Este trabalho transcorreu formalmente por aproximadamente dois anos, sob a coordenação do psicanalista Mario Fleig, o qual na época ocupava a função de Diretor Clínico, envolvendo também, diversos membros da clínica. Cabe ressaltar que mesmo após o término do projeto, a parceria de trabalho continuou ocorrendo informalmente por alguns anos, despertando assim, o interesse da instituição em retomar o projeto de trabalho, ao qual já atendeu, aproximadamente, em torno de um mil pacientes.

<sup>8</sup> A noção de desamparo é retomada ao longo de toda a obra de Freud em diferentes momentos. Em aspectos gerais, trata-se de uma situação onde o aparelho psíquico se depara com um excesso de excitação, desencadeada por alguma representação insuportável, na qual o sujeito se defronta com a radical impossibilidade de defesa. Envolvendo, tanto a prematuridade do recém nascido, pois, depende totalmente do outro para satisfazer as suas necessidades vitais, estando assim, a mercê de suas forças pulsionais; quanto o estado de impotência e abandono que o sujeito pode vivenciar ao longo de sua vida, deixando-o exposto a um excesso de excitação não simbolizada. Em ambas situações, o sujeito, se vê tomado pela angústia. Hanns no “Dicionário comentado do alemão de Freud”, apesar de não abordar especificamente o termo *Hilflosigkeit*, remete-o ao verbete *Reiz*, o que por sua vez, implica as noções de excitação e estímulo. Segundo o autor, o verbete *Reiz*, etimologicamente, designa o verbo *Reizen*, possuindo assim, uma certa proximidade com a violência. “É antiga a idéia em Freud de que o excesso de *Reize* é vivido pelo sujeito como algo avassalador que o leva ao estado de desamparo (*Hilflosigkeit*). Esse termo é carregado de intensidade, e expressa um estado próximo do desespero e do trauma. Esse estado é semelhante àquele vivido pelo bebê, o qual é incapaz, pelas próprias forças, de remover o excesso de excitação pela via da satisfação, sucumbindo a *Angst*.” (HANNIS, 1996, p.228)

Para uma investigação mais ampla e detalhada do conceito de desamparo no transcorrer da obra freudiana, sugere-se o artigo “A questão psicopatológica do pânico examinada à luz da noção metapsicológica de desamparo”, escrito por Mario Eduardo Costa Pereira. Ver: Boletim de novidades da Livraria Pulsional, São Paulo, ano IX, n.84, abr/1996.

quando a autora afirma que “os sujeitos podem cometer atos violentos, destrutivos quando expostos ao desamparo na busca desesperada de preservação de um Eu. O retorno do recalado aparece em ação, falham as resistências.” (MARIN, 2002, p.48)

Partindo deste pressuposto, formulamos a hipótese que a violência juvenil pode ser lida como uma resposta frente à angústia e ao desamparo a que os adolescentes estão confrontados. De um lado, eles parecem evidenciar sua condição de abandono mediante a fragilidade de uma função paterna, que se encontra impossibilitada de nomear e servir de continência frente aos impasses subjetivos e ímpetos de violência, haja vista a fragilidade em situar alguns limites aos excessos pulsionais decorrentes deste processo de passagem; de outro, os adolescentes denunciam estarem jogados na solitária rede do individualismo contemporâneo, no qual ao mesmo tempo em que parecem encarnar os ideais narcísicos da atualidade, materializando uma espécie de "ideal social moderno" (CALLIGARIS, 2000), através da "estética juvenil globalizada" (DIÓGENES, 1998), demonstram a angústia frente ao desejo de busca de reconhecimento e autonomia.

Ocorre que esta angústia e busca de reconhecimento faz o adolescente tencionar as bordas da lei, situando-o numa lógica desesperada para fisgar uma espécie de brilho qualquer no olhar do outro. Tentaremos demonstrar, no transcórre desta pesquisa, que o “adolescente em conflito com a lei”<sup>9</sup> vai evidenciar uma fixação no terceiro tempo do circuito pulsional proposto por Freud (1915), em “As pulsões e seus destinos”, a saber, se *fazer ver*.

No decorrer do trabalho clínico com estes adolescentes, parecia-nos muito evidente uma importante observação de Freud (1923), presente no texto “O eu e o isso”, que certamente, faz um giro na lógica que ordena a relação do sujeito com o ato criminoso. Vejamos:

“Constitui uma surpresa descobrir que um aumento nesse sentimento de culpa inconsciente pode transformar pessoas em criminosos. Mas isto é indubitavelmente um fato. Em muitos criminosos, especialmente nos principiantes, é possível detectar um sentimento de culpa muito poderoso, que existia antes do crime, e, portanto, não é o seu resultado, mas sim o seu motivo. É como se fosse um alívio poder ligar este sentimento inconsciente da culpa<sup>10</sup> a algo real e imediato.” (FREUD, 1923, p.65)

<sup>9</sup> Designação a partir da qual o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - nomeia o jovem que comete atos infracionais. De acordo com art. 2º da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente: “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.” Conforme o art. 228 da Constituição Federal, são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas de legislação especial.

<sup>10</sup> Como iremos demonstrar no capítulo 4.5 – “A delinquência enquanto busca desesperada do brilho no olhar do outro”, apesar desta proposição da existência de um “sentimento inconsciente de culpa” ter sido revista por Freud em 1924 no texto “O problema econômico do masoquismo”, no qual o autor vai nos falar de que seria mais prudente abandonarmos este termo, pois ele é logicamente incorreto e, em vez disto, falarmos de

Neste trabalho, poderemos perceber que o sentimento inconsciente de culpa se materializa na culpabilização que o próprio adolescente infrator atribui a si mesmo, pela fragilidade da posição paterna, haja vista a sua impossibilidade de conter os excessos de excitação e os ímpetos de violência, deixando o sujeito a mercê de suas forças pulsionais. O que, por sua vez, deixa estes adolescentes encurralados numa trágica lógica especular, pois eles supõem que, do ponto ao qual este outro o espia, recaia insígnias de morte, levando-os à hipótese de que este requer a sua perda<sup>11</sup>.

Esta investigação baseia-se no método de pesquisa psicanalítica, tendo seu início através da escuta de adolescentes em situação de conflito com a lei, encaminhada pelo Foro de São Leopoldo à Associação Clínica Freudiana de São Leopoldo. Para análise das questões propostas serão utilizados enquanto corpus de pesquisa: os atendimentos clínicos com os adolescentes, conjuntamente, com as entrevistas com os seus pais, adotando-se a construção de caso proposta por Fedida (1991), como modelo metodológico.

Na tentativa de tomar certo distanciamento de modelos estruturados por causas únicas, lineares e determinadas, acreditamos que a temática a ser pesquisada requer a interface com outros campos do saber. Neste sentido, nosso trabalho vislumbra estar em sintonia com a proposta de Eizirik (2000), pois, conforme a autora, para compreender as relações sociais orientadas pela violência, se impõe uma perspectiva interdisciplinar entre a sociologia, a antropologia, a biologia, a psicologia social e a psicanálise.

Portanto, estamos de acordo com Wieviorka (1997), - ao salientar a necessidade de um novo paradigma para a violência – segundo o qual apesar das determinações econômicas e políticas permanecerem atuando como causas eficientes, não bastam para explicar a violência em suas diferentes formas de expressão. Para o autor, elas possuem uma racionalidade

---

“necessidade de punição”, entendemos que, a estrutura lógica desta tese, de alguma forma, mantém-se, na medida em que a necessidade de punição se dá em decorrência da culpa.

<sup>11</sup> Para esta formulação nos inspiramos na leitura do capítulo seis intitulado - *Querem minha perda: narcisismo e depressão*, presente no livro - *Há um infantil da psicose?* De autoria de Jean Bergès e Gabriel Balbo, publicado pela CMC editora em 2003. Cabe ressaltar que esta proposição dos autores, além de ser desenvolvida num outro contexto de reflexão, enfoca outra dimensão de problematização psicopatológica. Segundo estes autores: “essa posição depressiva, nós a consideramos como um escape: é nela que vai se agarrar o psicótico: ‘querem minha perda’. Como isto se dá? Nós avançamos em uma hipótese: a mãe destas crianças estaria presa ao fato de ter a exclusividade; ela se apresenta como sendo única, como estando presa no seu narcisismo primordial unida à imagem que a leva à morte, conforme o mito de narciso [...] Querem minha perda é do mesmo tipo de trama em que a mãe se apresenta como única: o filho é necessariamente englobado nesta imagem, não é ninguém por si mesmo, ele não é um outro. O simbólico cai, e o que tomba não é senão esta imagem única que desemboca na morte, na qual a criança está englobada, e é neste sentido que ‘querem sua perda’. A mãe não faz qualquer hipótese de um outro saber em seu filho, ela faz de tal maneira que não haja nenhum Outro possível. Normalmente, a mãe que transitiva dá ao filho um lugar de demanda na teoria. Aquela que não transitiva não está no lugar do Outro, mas é o próprio Outro.” (BERGÈS & BALBO, 2003, p.117)

específica capaz de produzir efeitos incontrolláveis e imprevisíveis, possuindo seus repertórios específicos de expressão, de acordo com o seu período histórico. Como sugere Wieviorka (1997), seria mais prudente acentuarmos as rupturas e inflexões das nossas categorias de análises, do que a buscar uma ingênua tentativa de localização de uma verdade revelada, pois a abordagem do tema da violência, requer uma espécie de tradução dos regimes de subjetivação e sociabilidade instaurados, ou seja, uma tradução a ser construída num contínuo processo de transformação, descartando assim, as explicações de caráter globais, generalistas e causalísticas.

Frente à bibliografia repertoriada, abordaremos os seguintes aspectos: no capítulo 2 - Os imperativos da modernidade e suas implicações nas subjetividades contemporâneas, abordaremos o *advento da modernidade, a reordenação do tempo e do espaço o individualismo, a apologia do objeto de consumo e o imperativo do gozo escópico*, enfocando alguns aspectos referentes aos processos de subjetivação no contexto social contemporâneo e suas implicações na subjetividade adolescente; no capítulo 3 - *O adolescer e as implicações subjetivas de um processo de passagem*, a partir da literatura freudo-laciana, iremos apontar os conflitos decorrentes da condição de *nomadismo* e de radical desamparo que o adolescente se encontra, devido tanto às transformações do corpo, quanto à passagem da infância para a idade adulta, do lar para a ressignificação da sua posição no social; no capítulo 4 - *Articulações entre adolescência e violência*, será abordado o lugar do adolescente no contexto social, tomando-se a adolescência enquanto a cristalização dos impasses que uma sociedade produz, na medida em que passa a materializar um ideal social contemporâneo, serão abordados também: os efeitos de emudecimento que o ato violento desencadeia, o conceito de violência primária enquanto constituinte da psique, a violência na adolescência enquanto um grito de socorro que evidencia a cristalização do circuito pulsional, a delinqüência enquanto busca desesperada do brilho no olhar do outro, finalizando com a interrogação acerca das particularidades da direção do tratamento psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei; no capítulo 5 - *Procedimento metodológico*, tomaremos como referência a proposta de Fedida (1991) de construção do caso clínico como método de pesquisa psicanalítica; no capítulo 6 - *Construções de casos clínicos*, através da escuta de três adolescentes, propõe-se pensar a violência enquanto resposta aos impasses da condição própria da adolescência, frente à fragilidade da função paterna somada aos ideais sociais contemporâneos.

O objetivo deste trabalho é construir algumas interrogações acerca dos processos de subjetivação da adolescência em conflito com a lei, no contexto social contemporâneo, e problematizar as possibilidades da direção do tratamento psicanalítico.

## 2 OS IMPERATIVOS DA MODERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NAS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

Neste capítulo, destacaremos em alguns autores, de diferentes campos do saber, os aspectos relativos aos processos de subjetivação na contemporaneidade, tendo como objetivo analisar alguns dos imperativos e valores privilegiados pelo sujeito contemporâneo e, posteriormente, problematizar as possíveis relações destes com as materializações da violência na adolescência.

Para iniciarmos os questionamentos, julgamos pertinente resgatar uma passagem de Freud (1921), presente no texto “Psicologia das massas e análise do eu”, justamente porque ao se interrogar sobre os fenômenos de massas, o autor não hesita em propor um rompimento da presente dicotomia vigente na época, entre psicologia social e psicologia individual. Pode-se dizer que ainda hoje esta questão permanece atual nos meios *psi*, mostrando-nos que a fala de cada analisante sobre as suas violências é, de alguma forma, a materialização do social. No transcorrer deste texto, percebemos que, do ponto de vista freudiano, os processos de identificação e suas conseqüentes implicações subjetivas estão implicitamente relacionados com os valores, os princípios e os limites que ordenam simbolicamente uma dada cultura, num determinado contexto histórico.

“O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social.” (FREUD, 1921, p.91)

Segundo Freud, tanto a relação de um sujeito com seus pais, seus irmãos ou, até mesmo, seu próprio analista, quanto os diversos e complexos objetos de seu universo amoroso, constituem-se enquanto tema de pesquisa psicanalítica. Diante disso, os fenômenos

sociais, sejam eles quais forem, evidenciam os aspectos narcisistas presentes no relacionamento com o outro. Na esteira desta indagação, o autor resgata o famoso símile *schopenhaueriano* dos porcos-espinhos, apontando-nos os impasses e a intolerância frente à possibilidade de uma aproximação demasiado íntima com o próximo.

“Um grupo de porcos-espinhos apinhou-se apertadamente em certo dia de frio de maneira para aproveitarem o calor um dos outros e assim salvarem-se da morte por congelamento. Logo, porém sentiram os espinhos uns dos outros coisa que os levou a separarem-se novamente. E depois quando a necessidade de aquecimento os aproximou mais uma vez, o segundo mal surgiu novamente. Dessa maneira foram impulsionados para trás e para frente, de um problema para o outro até descobrirem uma distância intermediária, na qual podiam mais toleravelmente coexistir.” (FREUD, 1921, p.128)

A metáfora dos porcos-espinhos possibilita a Freud compreender que a relação entre os homens é uma arte permanente de aproximação, distanciamento e reaproximação, cuja fixação em uma destas posições pode ser portador das insígnias de morte. Neste sentido, podemos supor que Freud já nos oferece alguns elementos para pensar que a sobrevivência, ou ainda, a vivência, é uma questão de posição frente ao semelhante. Entretanto, caberia salientar: esta posição, apesar de sua infinita e, sobretudo, inapreensível singularidade, de um lado implica a manutenção de um lugar único, que minimamente lhe caiba de direito e, de outro, um certo limiar de tolerância frente ao corpo do outro.

Freud nos mostra que a intolerância joga os homens a se engalfinharem em rixas constantes, ridicularizando-os uns aos outros, tomados pelo fenômeno que ele nomeou de “narcisismo das pequenas diferenças”. Segundo o autor, tanto a relação emocional íntima entre duas pessoas, casamento, amizade, relações entre pais e filhos, quanto as relações com sócios, subordinados, grandes grupos de diferentes etnias, credos e nacionalidades, carregam um misto de sentimentos de aversão e hostilidade, o que requer uma certa distância intermediária, na qual possam tolerar-se mutuamente.

“Cada vez que duas famílias se vinculam por matrimônio, cada uma delas se julga superior ou de melhor nascimento do que a outra. De duas cidades vizinhas, cada uma é a mais ciumenta rival da outra; cada pequeno cantão encara os outros com desprezo. Raças estreitamente aparentadas mantêm-se a certa distância uma da outra: o alemão do sul não pode suportar o alemão setentrional, o inglês lança todo tipo de calúnias sobre o escocês, o espanhol despreza o português. Não ficamos mais espantados que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável, tal como a que o povo gaulês sente pelo alemão, o ariano pelo semita e as raças brancas pelos povos de cor.” (FREUD, 1921, p.128-129)

Nosso propósito em resgatar estas observações de Freud vai ao encontro das formulações de Lacan (1966), pois para o psicanalista francês não há subjetividade que se organize fora do laço social, na medida em que o discurso<sup>12</sup> é tanto a subjetividade articulada no laço social, ao mesmo tempo em que ela o articula. Diante disso, acreditamos na necessidade de compreender alguns aspectos do ordenamento social contemporâneo – e suas implicações na fala de nossos analisantes – os quais singularizam as produções subjetivas na atualidade, justamente por demarcar uma especificidade própria da violência no contexto capitalista globalizado, situando-a como uma espécie de discurso dominante da nossa sociedade.

“Não basta que um grande número de indivíduos em uma comunidade seja atingido por algo para que isso se transforme em um sintoma social. É claro que pode haver um certo percentual de fóbicos em uma população dada, sem que, no entanto, isso faça da fobia um sintoma social. Mas pode-se falar de sintoma social a partir do momento em que a toxicomania é, de certo modo, inscrita, mesmo que seja nas entrelinhas, [...] no discurso que é o discurso dominante de uma sociedade em uma época dada.” (MELMAN, 1992, p.10)

Ao tomar a toxicomania como referência de sua tese, Melman demonstra que o sintoma social instaura um discurso que domina a sociedade, em uma dada época, num determinado contexto, mostrando-nos que isso não se dá pela sua incidência estatística, nem pelos eventuais problemas que tais quadros colocam efetivamente ao convívio social, mas na medida em que a articulação discursiva, própria a cada um deles, encontra uma inscrição específica no discurso social dominante. Isto nos leva a formular as seguintes questões: a violência seria uma saída para os adolescentes interrogarem tanto a eficácia simbólica da lei, quanto os ideais sociais na atualidade, na medida em que encarnam as insígnias de beleza e potência de seu tempo e com isto cristalizam uma espécie de ideal social moderno, jogando-lhes numa permanentemente angústia frente ao semelhante? E ainda, isto demarcaria uma articulação específica da violência no discurso social vigente?

Neste sentido, nosso objetivo no presente tópico é analisar alguns dos imperativos que recaem no sujeito contemporâneo e, posteriormente, interrogar as possíveis relações destes com as manifestações da violência em casos de adolescentes em situação de conflito com a lei, pois conforme refere Lacan, em Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia,

---

<sup>12</sup> Podemos perceber estas construções quando Lacan propõe o esquema L, mostrando-nos a maneira pela qual a subjetividade é organizada tanto pela relação com o semelhante, o pequeno outro, como com o grande Outro. Ver LACAN, J. O seminário sobre a carta roubada. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.13-58.



“nem o crime nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica.” (LACAN, 1950, p.128) De acordo com o autor, não haveria sociedade que não comporte uma lei, seja ela tradicional ou escrita, de costume ou de direito, e tampouco existiria uma sociedade em que não apareça no grupo todos os graus de transgressão que definem o crime.

## 2.1 MODERNIDADE – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

“O sujeito moderno não se define pelo mundo que encontra, mas pelo mundo que ele mesmo faz ou transforma. Não se define pelo lar onde nasce, mas por suas aventuras: é o sujeito saído de casa. O que implica uma nova experiência do tempo: a oportunidade, a potencialidade, enfim, o projeto vem fazer parte integral do ser.” (CALLIGARIS, 1999, p.18)

A partir das referências de Touraine (1994), Dumont (1985), e Giddens (1995), percebemos o quanto o advento da modernidade desencadeou alguns impasses que estão colocados nos laços sociais do sujeito contemporâneo, delineando singulares dispositivos de subjetivação frente aos reordenamentos sociais decorrentes deste processo. Em relação ao primeiro autor, tomaremos como referência o texto “Crítica da modernidade”, tendo em vista a necessidade de se fazer uma breve contextualização histórica da modernidade; quanto ao segundo, abordaremos alguns aspectos presentes no livro “O individualismo”, onde o autor nos fala do mito de individualidade da cultura ocidental moderna e as implicações de uma cultura que coloca o indivíduo como valor supremo; no que diz respeito a Giddens, iremos nos pautar pelo texto “Modernidade e identidade do eu”, visto que o autor sugere que a “reordenação do tempo e do espaço”, assim como, as “culturas de risco”, presentificam-se como agentes de implicações subjetivas próprias de nossa atualidade.

De acordo com Touraine (1994), historicamente podemos situar a modernidade como o período que vai da Renascença à Revolução Francesa e os princípios de industrialização em massa, decorrente das transformações econômicas na Grã-Bretanha. Sua ideologia, calcada na busca do conhecimento organizado e no modelo matemático de ciência, é sustentada através da apologia da razão, delegando a esta os encargos de descobrir as leis do mundo e a consciência de aparecer um sujeito que não era mais divino, mas humano. Com isto,

---

substituindo a unidade de mundo criado pela vontade divina por uma dualidade da racionalização (do mundo objetivo da razão) e subjetivação (do mundo subjetivo, do apelo da liberdade pessoal).

A ideologia moderna passa a redimensionar tanto as questões do conhecimento, ou seja, a ciência, o método que se sobrepõe à tradição, quanto o mundo econômico com a emergência do capitalismo. Os princípios da razão passam a sustentar a teoria do conhecimento. Neste período, apresentam-se duas perspectivas que podem ser entendidas como as principais matrizes da modernidade: a matriz francesa (racionalismo) e a matriz inglesa (empirismo). Necessariamente, é imprescindível ressaltar a presença de Descartes como o principal propulsor do racionalismo moderno, através de sua concepção de sujeito, de sua filosofia do sujeito e da existência, o que fica evidente nos efeitos produzidos na necessidade de explicitar “que sujeito e razão coabitam no ser humano”. Diante disso, a racionalização surge como o forte princípio de organização da vida coletiva e pessoal, enfim, um componente necessário para a industrialização.

Ainda segundo Touraine (1994), a racionalização deve ser concebida como um componente indispensável da modernidade, devido ao seu espontâneo surgimento e os efeitos na própria modernização. Entretanto, apesar do autor associar a idéia de modernidade à racionalização, ele afirma que a modernidade não pode ser resumida a racionalização, na medida em que ela é também a porta voz dos anseios de liberdade e felicidade, das destruições das crenças, dos costumes e das culturas tradicionais vigentes.

A crítica à racionalização surge a partir do receio da destruição dos laços sociais, sentimentos, costumes e crenças das sociedades tradicionais, onde as experiências individuais passam a não ser reconhecidas, devido à busca e exaltação de um saber universal. Touraine, contudo, vai nos dizer que o “reino da razão conquistadora”, acaba sendo derrubado tanto por Freud e Nietzsche, quanto pelo consumo de massa e pelos nacionalismos.

A contribuição de Freud é marcante, pois ao apontar a fragilidade da ideologia moderna que, ao conceber um sujeito dotado de uma lógica eminentemente racional e consciente, desconsidera a dimensão inconsciente da condição humana. A escuta freudiana, ao acolher aquilo que poderia ser considerado desprezível pelo modelo de ciência vigente como: os sonhos, os chistes, os sintomas e atos falhos, mostra-nos através de seu enunciado - “o eu não é o senhor em sua própria morada” -, a existência da clivagem<sup>13</sup> que recai no sujeito

---

<sup>13</sup> Lacan já no começo do seminário XIII, “O objeto da psicanálise”, na lição de 01 de dezembro de 1965, faz uma contundente afirmação, dizendo-nos que, a noção freudiana de *spaltung* é a estrutura do sujeito em psicanálise, ou seja, o lugar donde ela constitui a sua práxis.

e demarca o exercício de um saber ignorante deste diante de seu obscuro objeto do desejo. Diante disso, para Freud, é justamente o que parece não encontrar sentido algum na lógica convencional que pode evidenciar algo da verdade do sujeito. Portanto, a contribuição freudiana, além de interrogar o modelo cartesiano de sujeito, mostra-nos que o homem não dispõe de uma racionalidade absoluta e determinante do destino do seu ser.

Lacan no seminário 2 “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise”, ao insistir que a metapsicologia freudiana não se confunde com uma psicologia geral, na medida em que “teoria e técnica não são inseparáveis” (LACAN, 1954 p.10), mostra-nos que Freud produz uma espécie de revolução no que se refere à concepção de eu vigente em sua época, comparando este feito com a revolução copernicana. O autor, ao interrogar o cogito cartesiano - “penso, logo sou”, refere que a descoberta freudiana fora, gradativamente, distanciando-se de uma equivalência entre eu e consciência. A partir destes elementos, Lacan vai nos dizer que, Freud instaura na cultura um novo paradigma, onde no estudo da subjetividade, o sujeito não se confunde com o indivíduo.

“O inconsciente escapa totalmente a este círculo de certezas no qual o homem se reconhece como eu. É fora deste campo que existe algo que tem todos o direitos de se expressar por [eu] e que demonstra este direito pelo fato de vir à luz expressando-se a título de [eu]. Justamente aquilo que é o mais não-reconhecido no campo do eu que na análise, se chega a formular como sendo [eu] propriamente.” (LACAN, 1954, p.15)

Como podemos perceber, Toraine ajuda-nos a compreender que além dos redimensionamentos das questões do conhecimento, assim como, do mundo econômico, a modernidade caracteriza-se também pela busca de liberdade, de felicidade, das destruições de crenças, dos costumes e das culturas tradicionais. Com isto, mostra-nos que o surgimento da modernidade se dá pelo advento do indivíduo, dotado de autonomia frente ao lugar que ocupa nos grupos, submetido ao seu ideal de liberdade.

Em “Modernidade e identidade do eu”, Giddens desenvolve uma descrição da modernidade, a partir de sua relação com o *eu*, procurando conceber a relação deste com a sociedade contemporânea. A modernidade, para ele, produz alguns efeitos que radicalizam a vida social cotidiana, tendo como consequência efeitos em nossa própria experiência.

Dentre os vários aspectos abordados em sua obra, iremos nos deter em apenas duas questões, quais sejam: a emergente “reordenação do tempo e espaço”, que afeta o homem moderno, e o que ele denominou de “cultura de risco”, presente em nossa vida social cotidiana. A primeira, o autor situa como decorrência do dinamismo do mundo

industrializado, responsável pela produção de formas mais amplas de sistemas sociais, sendo que sua diferença radical da pré-modernidade se dá no exato momento em que introduz um distanciamento entre tempo e espaço. Na pré-modernidade, ao contrário, o tempo e o espaço estariam vinculados, mediante a demarcação de um lugar, fator que não se presentifica na modernidade, tendo em vista as tendências universalizantes e os distanciamentos espaço-temporais vigentes. A segunda questão introduz alguns novos parâmetros de riscos graves, próprios do homem moderno, e desconhecidos de épocas anteriores; tais como: os riscos derivados do caráter universalizante do sistema social da modernidade, o controle de armamento internacional, tendo como eminência a possibilidade de guerras de destruição massiva, e os também eminentes, riscos de uma catástrofe ecológica.

As formulações de Giddens tornam-se fundamentais, no momento em que ao apontar os efeitos do caráter globalizante da modernidade mediante, as transformações espaço-temporais decorrentes das novas formas de inter-relações, convidando-nos a refletir sobre as conseqüências subjetivas decorrentes destes reordenamentos.

Para finalizar este tópico, acreditamos ser pertinente abordar o conceito de “modernidade líquida” proposto por Bauman (2001), justamente por compreendermos que ele acolhe algumas das diversas formulações destacadas pelos autores que citamos anteriormente, com o propósito de interrogar as implicações subjetivas, decorrentes do ordenamento social contemporâneo. Segundo o autor, vivemos sob mutação constante, permeados pela fluidez dos valores que não se fixam no espaço, nem no tempo, pois o homem moderno na medida em que supõe “hipotecam as chances das gratificações de amanhã” (BAUMAN, 2001, p.148), denuncia estar imerso num radical individualismo que parece se sustentar somente através da manutenção contínua de um eterno e sedutor sonho de liberdade. Entendemos que esta observação é muito pertinente, pois nos aponta um fenômeno ordenador da atualidade, com singulares implicações subjetivas: o individualismo.

## 2.2 O INDIVIDUALISMO

Outro aspecto a ser destacado com o advento da modernidade é o surgimento do culto à individualidade como próprio da cultura ocidental, pois situa o indivíduo como um valor supremo em detrimento do grupo. Conforme destaca Lash (1983), isto faz com que o lugar

social de cada indivíduo deixe de ser balizado pelos princípios de manutenção da coletividade, possibilitando-lhe uma espécie de liberdade para escolher o seu destino e gozar das suas paixões. Segundo esse autor, este novo ordenamento social demarca uma sociedade a qual privilegia a apologia do *eu*, caracterizando-se assim, como uma espécie de cultura onde o individualismo e o narcisismo tende a imperar, o que certamente terá suas implicações nas gerações seguintes e, como poderemos perceber no capítulo 3, tocará os adolescentes de forma muito particular.

“Viver para o momento é a paixão predominante - viver para si, não para os que virão a seguir, ou para a posteridade. Estamos rapidamente perdendo o sentido de continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originaram no passado e que se prolongarão no futuro. É o enfraquecimento do sentido de tempo histórico.” (LASH, 1983, p.25)

Dumont (1985), através do método comparativo na antropologia dos valores, parte do pressuposto que uma sociedade não pode ser descrita sem levar em conta os valores que ela prioriza. Diante disso, desenvolve uma análise frente aos elementos intrínsecos de cada cultura, com o objetivo de problematizar o lugar que cada indivíduo ocupa nela.

Ao abordar estas especificidades, o autor realiza uma análise de nossa cultura, tendo como referência o contraste com outras, a fim de compreender as formas de estruturação social que mais se distanciam das organizações conhecidas no ocidente, fazendo assim uma reflexão das sociedades diferentes da nossa. Para dar conta disso, ele apresenta duas formas de indivíduo: o primeiro, denomina como *o indivíduo fora do mundo*, toma como referência a Índia através da busca do desenvolvimento espiritual, da renúncia ao mundo e do rompimento com as instituições de forma conjunta com a existência coletiva; o segundo, denomina o *indivíduo no mundo*, pois diz respeito ao homem moderno que vive na individualidade posta como valor dentro do mundo. Nestas duas vertentes, ele se interroga como surgiu a individualidade.

Dumont aponta alguns dispositivos, para refletirmos sobre aquilo que é próprio da nossa atualidade, como o individualismo, opondo-se ao que ele denomina de culturas tradicionais e holistas. Segundo o autor, o valor fundamental da cultura ocidental é o individualismo, na medida em que situa em seu epicentro a primazia do indivíduo como valor social. Assim, o individualismo, ao privilegiar o indivíduo em detrimento do grupo, produz um fenômeno social próprio da contemporaneidade, já apontado por Lasch (1983), como vimos anteriormente, qual seja, o rechaço à tradição.

A tese de Dumont, em certa medida, corrobora com Lacan, pois o psicanalista afirma que "O mito individual do neurótico" aponta o individualismo como mito na modernidade, o qual faz surgir como um dos seus traços característicos o declínio social da imago paterna. Estas observações de Lacan serão constatadas com muita evidência nos casos clínicos, que serão relatados no capítulo seis. Neles, encontramos uma particularidade clínica dos adolescentes acompanhados nesta pesquisa, a saber, a intensa e quase absoluta fragilidade simbólica da autoridade paterna, materializada numa produção discursiva que, permanentemente, desautoriza a sua posição.

Calligaris (1993), no artigo "Sociedade e indivíduo", ao analisar as teses de Dumont sobre o "O individualismo", refere que "a oposição sociedade e indivíduo, por mais contraditória que possa parecer, é própria de nossa cultura que situa o indivíduo como valor supremo e, por conseqüência, em oposição à sociedade" (p.198). Em suma, o sujeito é o efeito da cultura que o produz. Assim, quando o ordenamento cultural situa o indivíduo como valor social maior, joga o sujeito face ao imperativo de ser livre, produzindo uma espécie de ódio ao simbólico, ou seja, um ódio que ele necessariamente tem por esta cultura.

"Ora se uma cultura - a ocidental - consiste em fazer do indivíduo o valor social maior, é preciso entender que esta cultura, quando se transmite, se transmite com o imperativo de odiá-la. O indivíduo enquanto valor supremo somente poderá se afirmar ao recusar a cultura que lhe está sendo transmitida." (CALLIGARIS, 1993, p.189)

Ao recalamos nossas heranças para sermos indivíduos, prossegue Calligaris, sofreremos de uma espécie de carência de recursos identificatórios, levando-nos a necessariamente, inventar identidades imaginárias no lugar de identificações. Como veremos mais adiante, no capítulo 3, este é um dos fenômenos no qual os adolescentes se sentem capturados, o que pode ser entendido pela situação na qual se encontram face ao processo de constituição de um lugar, dos impasses da saída do lar para o social, assim como, do olhar do outro que lhe convoca um novo posicionamento em relação ao sexual.

Levinsky (2000) aproxima-se de algumas das hipóteses de Calligaris, dizendo-nos que o regulador social contemporâneo passa mais pela transmissão de uma promessa de gozo, do que pela consciência de dívida<sup>14</sup> com gerações passadas, como aconteceu nas sociedades

---

<sup>14</sup> Parece-nos importante fazer uma ressalva nesta observação que denota uma espécie de declínio das crenças, das tradições, em detrimento do advento do indivíduo, na medida em que facilmente podemos ser fisgados por um discurso saudosista, no qual correremos o risco de adotarmos uma posição queixosa e vitimizada frente aos impasses da nossa atualidade, o que certamente seria improdutivo para o nosso trabalho. Diante disso, sentimo-nos familiarizados com a proposta de Jurandir Freire Costa, pois segundo este autor "não existe propriamente

tradicionais. Segundo o autor, a multiplicidade de opções de identificação, de ilusões imaginárias que a sociedade contemporânea coloca para que um jovem se posicione, produz um excesso de exigências, muito embora sob a forma de promessas de prazer e realização. O que nos leva a seguinte interrogação: quais as implicações subjetivas desse individualismo e rechaço à tradição na subjetividade dos adolescentes? Segundo Bauman (1998), na medida em que entendemos que a sociedade contemporânea esta imersa numa obsessiva preocupação com o individualismo e a seguridade pessoal, podemos compreender a relação do jovem com a violência: ou vítima, ou agressor, sua vida, tem sido um processo de luta para conviver com a violência, ou superá-las.

A passagem pelos autores citados nos faz pensar, conforme destaca Wieviorka (1997), que devemos insistir a respeito de um fenômeno contemporâneo da maior importância, possuindo um peso enorme na produção da violência, a saber: o crescimento do individualismo moderno. Na mesma direção, Oliveira (2001), refere que vivemos em tempos difíceis, onde as rápidas mutações do cenário globalizado, os novos mecanismos de controles e as brutais diferenças sociais, parecem fragilizar os jovens delineando novos desafios a todos eles. Portanto, neste sentido estamos de acordo com a autora diante da necessidade fundamental de problematizarmos os principais agenciamentos da sociedade globalizada, que incidem na subjetivação do adolescente e, conseqüentemente, refletirmos acerca dos possíveis mecanismos disparadores de violência.

### 2.3 O CONSUMO COMO APOLOGIA AO GOZO

Na esteira do individualismo, das múltiplas opções de identificações, das promessas de prazer e realizações imediatas, destaca-se a apologia ao gozo diante do consumo da parafernália de objetos ofertados pelo contexto social contemporâneo. Investido de uma suposta potência imaginária, os objetos de consumo, além de ocupar o estatuto imaginário de aplacar a dor da nossa existência, representam em nossa cultura uma espécie de passaporte para inclusão no discurso social. Diante deste lugar, que poderíamos chamar de suplência imaginária que os objetos ocupam na vida contemporânea, poderíamos nos perguntar: quais

---

perda de valores na sociedade atual; existe uma re-hierarquização dos valores tradicionais sob o dossel da moda e da mitologia científica." (COSTA, 2005, p.132)

seriam as conseqüências quando uma expressiva parcela da adolescência brasileira encontra-se excluída do poder de acesso aos bens e objetos? Procuraremos desenvolver esta questão no transcorrer deste tópico.

Segundo Fleig (1999), a modernidade caracteriza-se por um deslocamento do poder sobre as pessoas para um poder sobre os objetos. O autor situa a violência brasileira como decorrente dos impasses de um exercício pleno de poder frente à privação dos bens, o que por sua vez pode desencadear uma busca de acesso ao objeto através da violência. Enquanto na pré-modernidade os princípios organizadores situam-se no todo e no relacional (relações de parentesco, pertença, ao clã...), construídos sobre os pilares da hierarquia e tradição, na modernidade se transmutam para uma prevalência dos valores situados nos objetos, amparados pelos conceitos fundadores, da igualdade, do individualismo e de autonomia. Neste sentido, no contexto atual, de nada adiantaria alguém estar situado numa relação de parentesco se não consegue situar-se bem na relação com os bens, pois, ainda que fosse alvo de compaixão e caridade, dificilmente terá reconhecimento social. Na modernidade, portanto, o valor do sujeito estará diretamente relacionado com a sua capacidade de acumular objetos, na medida em que estes legitimam o seu lugar no social.

"[...] estes nos definem e nos constituem e isto pode ser de muitas formas, desde os bens acumuláveis até nossas obras, efeitos de nosso trabalho, sem esquecer a importância dos indispensáveis supérfluos, como é a parafernália de objetos do cotidiano ou aqueles de luxo e de arte. Então aquilo do qual não abrimos mão, já não está no relacional (parentesco e todas formas de laço com o semelhante), mas sim no valor do objeto. Este tomado como aquilo que supostamente possa aplacar a dor da existência e trazer uma satisfação plena, imprescindível e sem a qual a vida não poderá ter continuidade." (FLEIG, 1999, p.128)

De acordo com autor, o poder enquanto uso da força de cada um, na forma legítima, restringe-se, cada vez mais, ao poder privado sobre os objetos o que significaria a deslegitimação de toda escravidão e de exercício da força sobre o corpo do outro. Fatores que lhe levaram a afirmar a existência de um traço específico nas violências modernas oriundo dos ideais de igualdade, de individualismo e de autonomia, situando uma especificidade desta questão no cenário brasileiro:

"A forma de poder sobre os objetos está restrita a uma minoria da população, podendo-se considerar a violência contra os objetos, tanto na forma do rapto quanto na forma de sua destruição no ato de depredação, como uma impossibilidade de acesso ao poder legítimo sobre o mesmo, alcançável, por exemplo, pelo trabalho [...] A grande promessa da modernidade de que



todos terão acesso aos objetos de igual modo (direitos universais do homem e do cidadão) e a não-realização efetiva deste sonho joga cada um no caminho do acesso imediato ao objeto na forma da violência.” (FLEIG, 1999, p.130)

Segundo Fleig, se na modernidade o acesso aos bens e aos objetos caracteriza-se como aquilo que de alguma forma inclui o sujeito no discurso social, na medida em que é convocado a responder com um potencial de consumo frente à inundação de objetos que lhe convocam quotidianamente, pode-se dizer que a imensa parcela da população brasileira através dos mais variados mecanismos, encontra-se excluída deste acesso. A partir destes preciosos elementos, o autor possibilita-nos o questionamento acerca das relações existentes entre estas exclusões contemporâneas e as materializações da violência em nosso contexto social.

"As duas formas de violência em nossa cultura: violência contra os objetos na forma de rapto e da depredação e a violência contra os corpos de nossos semelhantes nas múltiplas formas de abusos, ainda não dão conta da violência mais brutal em que nos encontramos. Essa poderia ser nomeada assim: é a violência do próprio objeto contra cada um de nós. Ou seja, cada vez mais em nossa cultura, o objeto é que passa a comandar a cena e nos comandar, já não somos nós que exercemos o poder sobre os bens e os objetos, mas são estes que passam a comandar a nossa existência." (FLEIG, 1999, p.130)

Quando o autor nos fala que o “objeto passa a comandar a cena”, na medida em que é o elemento ordenador das relações de troca na atualidade e situa uma violência específica destes sobre cada um de nós, leva-nos a supor que, ao possuímos uma grande parcela de adolescentes jogados numa condição de invisibilidade e miserabilidade social, privados de princípios mínimos de dignidade e impossibilitados de poder exercer plenamente seus direitos de cidadão se constitui um terreno propício para jogá-los na delinquência, convocando-lhes a perigosa busca de se apropriarem deliberadamente dos objetos, seja pelo furto, seja pelo roubo ou, até mesmo, pela simples destruição. Em suma, na tentativa de minimamente manter este potencial de troca em operação, passam agredir o outro e até mesmo matá-lo, como uma saída encontrada para lidar com a privação deste elemento tão erogeneizado no cenário contemporâneo, o que nos leva a concordar com a observação de Calligaris (1996), ao afirmar que “privados do objeto do qual precisávamos para ser alguém, arriscamos a não ser mais ninguém. Isto basta para sair atirando.” (CALLIGARIS, 1996, p.31)

Ao questionar acerca das violências exercidas sobre os corpos das crianças e dos jovens no Brasil, assim como sobre os corpos dos semelhantes, Calligaris refere ainda que tais

atos de alguma forma representam a caricatura da forma de poder pré-moderno (servidão e escravidão), efeito do fechamento do acesso às formas de poder moderno (poder sobre os objetos) à maioria dos brasileiros. Deste modo, onde não se viabilizaria, socialmente, o exercício efetivo de um poder, ter-se-ia um convite à violência.

Segundo Keil (2005), apesar da violência ser um fenômeno mundial de extrema complexidade, inegavelmente, na sociedade brasileira percebe-se uma especificidade própria, haja vista o seu ordenamento político, social, cultural e econômico, a qual tem haver, em grande parte, com as materializações reais e simbólicas típicas do capitalismo. O consumo, nesse sentido, se tornou na atualidade, um importante vetor de socialização, situando um movimento que passa da imposição autoritária à lógica de sedução, marcando assim, sensivelmente, as subjetividades. Para agravar ainda mais a precariedade da experiência vivida por esses jovens na atualidade, a autora sugere que, a idéia de qualidade de vida está vinculada à participação no consumo.

"A cidadania passa pela capacidade de consumir, pois a lógica econômica da sociedade contemporânea exige menos trabalhadores e mais consumidores. Isso significa que passamos, sobretudo nos últimos anos, de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo. Esse movimento torna frágeis as relações políticas e as referências culturais que são as duas principais instâncias de referências normativas contribuindo enormemente para o aumento da violência urbana. Assim, nesse campo de tensões existenciais, de pura violência consentida (ou produzida) pelo Estado, enquanto representante das elites, a saída encontrada por alguns jovens – dispostos ao consumo ou a conquistar a cidadania via consumo – é sua inserção em alguma atividade do narcotráfico." (KEIL, 2005, p.29)

Santos e Tirelli (1999) referem que o exercício da violência é apontado por uma série de pesquisas, desde os anos 80, como consequência do efeito da precariedade na construção da cidadania. As manifestações da violência nas suas diversas e singulares configurações estão relacionadas “à dificuldade em se estabelecer no Brasil o contrato social, considerado a pré-condição para o reconhecimento das regras básicas de comportamento societário” (SANTOS; TIRELLI, 1999, p.114). Isto se dá, segundo os autores, em função da histórica impossibilidade de se estabelecer na sociedade brasileira a cidadania, fruto de uma “herança social marcada pela extrema hierarquização social e por um forte autoritarismo de Estado, elementos que ainda hoje são influentes na desincompatibilização entre o poder político e a participação social.” (SANTOS; TIRELLI, 1999, p.115). Os autores apontam as consequências danosas deste precário ordenamento social, nos seguintes termos:

“Como consequência, persistiria no Brasil uma organização hierárquica da sociedade, tolhendo a igualdade de tratamento dos indivíduos no plano legal e reivindicatório, e um autoritarismo, que reprime as manifestações das classes subalternas por vê-las como um risco para a ordem pública. Esta situação indica que estão em vigor os mais discriminatórios mecanismos de hierarquização, sem que haja reciprocidade. A violência entraria como o recurso eficaz para assegurar a hierarquização presente na sociedade brasileira, na falta de uma outra base consensual.” (SANTOS; TIRELLI, 1999, p.115)

Entendemos que os autores citados compartilham de uma especificidade da violência no cenário contemporâneo brasileiro, na medida em que apontam uma espécie de privação radical do poder viabilizador de acesso aos bens, das possibilidades de consumo e do exercício de sua condição de cidadão, mostrando-nos que a privação do exercício de um poder pode jogar o sujeito nos caminhos da violência. Este pensamento, nos remete às importantes formulações de Arendt (1999):

“O poder é de fato essência de todo o governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja [...] O poder não precisa de justificação, sendo inerente a própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é de legitimidade [...] A violência sempre depende da justificação pelo fim que almeja, embora possa ser justificável, jamais será legítima.” (ARENDR, 1999, p.41)

Portanto, se os cidadãos e, sobretudo, os adolescentes, estão com os seus poderes dilacerados, à mercê de um Estado que é frágil e negligente com o exercício de suas atribuições, no que se refere a garantir-lhes uma condição mínima de dignidade social, a violência por sua vez se apresenta como uma forma de corroer ainda mais este poder e destituí-lo. Entretanto, como chama atenção Arendt, “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é um poder.” (ARENDR, 1999, p.42)

“Politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esta em risco, mas deixada ao seu próprio curso ela conduz à desapareição do poder, sendo absolutamente incapaz de criá-lo”. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não-violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de cria-lo.” (ARENDR, 1999, p.44)

Neste tópico, procuramos demonstrar o quanto a apologia ao consumo se fixa na atualidade, como uma forma de exercer um poder nas relações de troca. O que por sua vez pode situar o sujeito na berlinda da exclusão, na medida em que ele passa a ser reconhecido a partir de seu potencial de consumo, estando assim à mercê dos objetos para legitimar seu lugar no ordenamento social contemporâneo. Nosso propósito é, justamente, apontar que uma grande parcela da população adolescente, ainda que convocada a gozar destas possibilidades, ao não dispor dos meios legítimos, pode encontrar, seja na depredação, seja na captura ou na violação, uma via possível de reagir à violência que estes objetos lhe impõem, constituindo assim uma triste resposta aos categóricos e alienantes imperativos do consumo.

Logo, entendemos que as observações de Winnicott (1987) nos possibilitam condensar muitos elementos que procuramos desenvolver neste tópico, em especial, quando o autor refere a conduta anti-social como um grito de desespero para o sujeito que reivindica do social aquilo que lhe foi prometido. E, neste sentido, nos mostra a importância da noção de inconsciente para compreensão dos fenômenos da violência, lembrando-nos que *o inconsciente pode ser considerado um estorvo para quem gosta de tudo simples e arrumado, mas, decididamente, não pode ser ignorado por planejadores e pensadores.*

## 2.4 OS IMPERATIVOS DO GOZO ESCÓPICO E O ADVENTO DE UMA NOVA ECONOMIA PSÍQUICA

Melman (2003), em seu livro "O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço"<sup>15</sup>, ao apontar o advento de uma nova economia psíquica na sociedade contemporânea - situando-a a partir da passagem de uma cultura fundada no recalque dos desejos, ou seja, ordenada pela neurose, para uma cultura perversa que promove a busca e a exibição do gozo sem limites -

---

<sup>15</sup> O livro é fruto de uma série de entrevistas, organizadas por Jean-Pierre Lebrun (psiquiatra e psicanalista, antigo presidente da Association lacanienne internationale), com Charles Melman, realizadas entre julho de 2001 e julho de 2002. O repertório e a forma de condução das entrevistas produziram contornos muito interessantes neste trabalho. Os interlocutores, a partir de seus relatos clínicos, além de abordarem temas complexos tais como - depressão, toxicomania, adolescência, violência, homossexualismo, perversão, o lugar do pai na cultura, entre outros, os quais situam divergências e impasses conceituais entre eles próprios - surpreendentemente, propiciam aos seus leitores algumas pitadas de bom humor, brindando-os com a leveza necessária para tratar de questões cruciais para clínica psicanalítica que, em diferentes aspectos e intensidades, de alguma forma, nos dizem respeito.

convoca-nos de forma muito contundente a darmos visibilidade às novas patologias que o ordenamento social produz.

"Estamos lidando com uma mutação que nos faz passar de uma economia organizada pelo recalque a uma economia organizada pela exibição do gozo. Não é mais possível hoje abrir uma revista, admirar personagens ou heróis de nossa sociedade sem que eles estejam marcados pelo estado específico de uma exibição do gozo. Isto implica deveres radicalmente novos, impossibilidades, dificuldades e sofrimentos diferentes." (MELMAN, 2003, p.16)

Segundo Melman, essa economia psíquica se tornou possível mediante um progresso considerável, mas, ao mesmo tempo, portador de pesadas ameaças. Tal progresso decorre do fato de que o céu está vazio, tanto de Deus quanto de ideologias, de promessas e referências, convocando os indivíduos a se determinarem por eles mesmos, singular e coletivamente, pois o domínio do homem da fecundidade e da reprodução da vida, roubou de Deus o poder de criação, permitindo-lhe trazer à luz organismos novos.

Na tentativa de ilustrar essa nova economia psíquica, o autor evoca uma exposição da arte anatômica, que foi apresentada pela primeira vez em 1997, numa cidade alemã, Mannheim. A exposição é obra de um anatomista da faculdade de medicina de Heidelberg, o Dr. Gunther von Hagens. Sua genialidade possibilitou-lhe colocar em operação uma técnica de plastificação notável e revolucionária, qual seja: ao fazer passar tecidos ou cadáveres ainda frescos num banho de acetona, expulsou a água das células e substituiu por resinas *epóxi*, de tal modo que o cadáver encontra-se protegido da putrefação, como que plastificado em suas formas.

Melman, estupefato, salienta que "podemos assim admirar o pensador, o corredor, o ginasta, o jogador de xadrez, na maior autenticidade. Os cadáveres prometidos à eternidade são, em geral, escorchados. Apresentam sua musculatura, desnuda, soberba." (MELMAN, 2003, p.18) Com absoluto sucesso de público e crítica científica, a exposição que possui como um de seus objetivos informar ao público leigo sobre o seu corpo e suas funções, possibilitando reconhecer a individualidade anatômica interior, logo após passou por Tóquio, com dez milhões e meio de visitantes e depois foi apresentada, em diferentes cidades da Europa e do mundo, com milhares de ávidos e curiosos espectadores que, ao se depararem com as esculturas, relatavam vivenciar misto de repúdio e contemplação.

“Sirvo-me dessa história para tornar sensível o fato de que estamos ultrapassando os limites. Eis uma talhada para que se os ultrapasse, já que

uma das características da espécie humana é o destino particular que reserva à sepultura, o respeito que comumente a cerca. Essa exposição e seu sucesso popular fazem, então, valer o quanto, à nossa revelia talvez, um novo limite é ultrapassado. A questão é saber o que podemos dizer a respeito, como podemos conceitualizá-la. Aqui fica apagada a permanência de um lugar que, em geral, é um lugar de memória, decerto um lugar sagrado, no qual o corpo humano que se tornou cadáver é protegido, dissimulado à visão. O que hoje constitui nossa necessidade de transparência, nosso gosto pela luz é ali, dessa forma, capaz de operar tranqüilamente.” (MELMAN, 2003, p.19)

Esta exposição, é para o autor, a ilustração paradigmática da nova economia psíquica, na medida em que demarca a ultrapassagem de um limite próprio da espécie humana, a saber, o destino sagrado<sup>16</sup> e particular que até então era reservado à sepultura. O procedimento adotado pelo Dr. Gunther demarca uma manifestação absolutamente inédita e coletiva, autorizando-nos com toda impunidade, um gozo escópico frente ao espetáculo da morte. Se a questão na atualidade é exhibir, não havendo mais limite algum à exigência de transparência, estaríamos convocados ao imperativo de exhibir e contemplar as tripas.

“O que se chama de gosto pela proximidade vai tão longe que é preciso exhibir as tripas, e o interior das tripas, e até o interior do interior. Não há mais limite algum à exigência de transparência.” (MELMAN, 2003, p.23)

Encontramos, nesta importante observação de Melman, uma familiaridade com a sensível leitura do corpo na contemporaneidade realizada por Marsillac (2005), que ao refletir sobre a supervalorização da imagem do corpo e a lógica contemporânea que o sustenta, situa-o como mais um objeto exposto ao consumo.

"O corpo, transformado em objeto na cena contemporânea, é palco das mais diversas manipulações, não só a ciência, mas também dos interesses de mercado. Enquanto substrato estritamente genético e fisiológico torna-se previsível e manipulável, negando a singularidade e a multiplicidade que lhe constitui. Enquanto objeto de mercado, o corpo passa a ser consumido/investido na busca da imagem ideal (bela, saudável, jovem) que supõe completá-lo. Imagem esta que se apresenta como a única alternativa para dizer quem você é. Nestes tempos, a imagem do corpo, sinônimo da existência, passa a ser investida e consumida." (MARSILLAC, 2005, p.07)

---

<sup>16</sup> Quanto à banalização do sagrado, o autor faz referência específica à exposição que ocorreu em Bruxelas, sob o título "Körper-welten, o fascínio do autêntico", segundo ele, num lugar, poder-se-ia crer predestinado: os Abatedouros!

Lebrun, ao questionar por que a clínica que Melman evoca não poderia se resumir a uma neurose banal, em particular, a neurose obsessiva, tendo em vista os efeitos de uma obsessivação maciça da sociedade, encontra um interlocutor disposto a sustentar a hipótese de que o ordenamento social na atualidade é perverso. O obsessivo, segundo Melman, busca sempre dissimular o desejo, estando assim organizado em torno da anulação do sexual, ao passo que nos dias de hoje ele aparece na cena pública. Neste sentido, "a nova economia psíquica, ao contrário, faz do desejo uma mercadoria entre outras" (MELMAN, 2003, p.48), pois, segundo o autor, se com dificuldade compreendemos as perversões, possivelmente, estamos todos implicados de muito perto nelas, na medida em que elas estão no princípio das relações sociais, sobretudo, através da forma de se servir do outro como um objeto, que se descarta quando se avalia que é insuficiente.

“Em outras palavras, para os neuróticos, todos os objetos se destacam de um fundo de ausência. Mas, quanto aos perversos eles se encontram tomados num mecanismo no qual o que organiza o gozo é a captura que normalmente escapa. Por isso, se engajam numa economia singular, entram numa dialética, muito monótona, de presença do objeto como total – o objeto absoluto, o objeto verdadeiro, autêntico – e, depois, de sua falta, de sua ausência. É: ou bem a presença total do objeto ou bem sua ausência. E é essa economia de sua organização libidinal que pauta a vida do perverso, seja qual for sua perversão.” (MELMAN, 2003, p.52)

Portanto, a nova economia psíquica, ao contrário, faz do desejo uma mercadoria entre outras. E como podemos perceber, no cenário contemporâneo, o corpo é um importante componente que parece cristalizar a possibilidade de materialização desta lógica.

“O corpo tornou-se mais um dos nossos objetos de consumo, que são passíveis de compra, venda e, até mesmo, passível de ser descartado. Com o surgimento da técnica da plastificação, depois de morto, podemos tornar o corpo uma obra de arte e exibi-lo em uma grande galeria ou museu, para ser visto por milhares de pessoas, por muitos e muitos anos. Essas transformações reorganizam a nossa realidade como uma aventura sem limites.” (MARSILLAC, 2005, p.38)

Esta particularidade da apologia de evidência do corpo, na atualidade, face ao imperativo do olhar, é de fundamental importância para o nosso trabalho, pois como sabemos, os adolescentes situam-se nesta questão de forma muito fragilizada, na medida em que se percebem radicalmente confrontados com o desamparo, mediante a múltiplas transformações corporais que vivenciam, as quais mais parecem situar um estado de androgenia exposta ao

olhar do outro. Isto nos leva a pensar na seguinte afirmação de Endo “quanto mais exposto o corpo, mais tocável, menos interesse torna-se o que ele tem a dizer.” (ENDO, 2005, p.73)

Neste capítulo, procuramos demonstrar que o individualismo, a mercadoria e seu poder de pertença - onde o objeto caracteriza-se como o principal veículo de inclusão ou exclusão no discurso social, atenuando a prevalência deste sobre o sujeito, “o imperativo do gozo escópico” e “a ultrapassagem da dimensão do sagrado”, somados aos diversos “agenciamentos da sociedade globalizada” - produzem marcas muito singulares na subjetivação dos adolescentes na contemporaneidade. Elementos que servem como pontos de orientação para que possamos refletir acerca da adolescentização violenta na atualidade, pois na medida em que o “triunfo do individualismo leva o princípio narcísico imperar”, pode restar aos adolescentes, somente instaurar o seu valor fálico, através do uso da força, especialmente, na forma de violência. Deste modo, podemos supor que quando o sujeito não consegue sustentar seu valor fálico pelos meios legítimos que a cultura oferece, ele pode ter como recurso apelar para o uso da força como um modo de preservar o mínimo de valor em si próprio.



### **3 O ADOLESCER E AS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS DE UM PROCESSO DE PASSAGEM**

"A adolescência não é um conceito clássico do vocabulário psicanalítico. Embora muitos pacientes de Freud fossem, senão adolescentes, pelo menos adultos muito jovens, os trabalhos sobre adolescência permanecem por muito tempo marginais, em prol particularmente das pesquisas sobre a primeira infância; em sua maioria, os analistas ainda são muito reticentes em engajar jovens sujeitos numa análise." (RASSIAL, 1999, p.12)

Neste tópico, a partir do referencial psicanalítico freudo-laciano, objetiva-se problematizar o conceito de adolescência e as implicações subjetivas deste processo de passagem, que implica numa lógica própria nos mecanismos de identificação e, conseqüentemente, demarca uma singular ressignificação do sujeito no contexto social. Nosso propósito busca apontar a posição de indefinição do lugar do adolescente na cultura, na medida em que a sua condição de sujeito, frente ao olhar do semelhante, é radicalmente questionada, sobretudo, na sustentação de sua sexualidade, o que contribui sensivelmente para jogá-lo num complexo drama de subjetivação, levando-lhe a interrogar intensamente seus modos de ser e de habitar o mundo. Isto nos parece fundamental, pois essas múltiplas demandas com que os adolescentes se defrontam, na busca de constituição de um lugar, podem desencadear um forte sentimento de angústia e desamparo, constituindo assim, um terreno fértil para potencializar suas pulsões destrutivas e precipitá-lo na perspectiva da violência, como uma espécie de defesa possível diante do estado de abandono vivenciado.

Após nos dedicarmos sistematicamente e, na medida do possível, intensamente na investigação acerca de algumas leituras psicanalíticas freudo-lacianas sobre a questão da adolescência, achamos pertinente iniciar nossas construções resgatando algumas passagens de um clássico do tema: "Adolescência normal", de Arminda Aberastury (1981). Neste texto, encontramos uma pesquisadora intensamente envolvida com a escuta clínica de adolescentes, desenvolvendo formulações importantes, já no início da década de 60 - quando o tema ainda não despertava grande interesse nos meios - às quais se pode perceber nas elaborações de muitos psicanalistas contemporâneos de diferentes escolas.

Aberastury teve a sensibilidade de perceber o padecimento dos seus pacientes, mediante o luto do corpo da infância e os complexos labirintos diante do desejado e temido mundo dos adultos, assim como, desde já, chamou a atenção dos profissionais para o padecimento dos pais frente à adolescência dos seus filhos e a dificuldade destes fazerem o luto da infância de seus rebentos e responderem aos novos endereçamentos que neste processo de passagem se evidenciam. Para a autora, isto produz nos pais uma influência não muito valorizada até hoje.

“O Adolescente provoca uma verdadeira revolução no seu meio familiar e social e isto cria um problema de gerações nem sempre bem resolvido. Ocorre que também os pais vivem os lutos pelos filhos, precisam fazer o luto pelo corpo do filho pequeno, pela sua identidade de criança e pela sua relação de dependência infantil [...] Também os pais têm que se desprender do filho criança e evoluir para uma relação com o filho adulto, o que impõe muitas renúncias de sua parte. Ao perder para sempre o corpo do seu filho criança, vê-se enfrentado com a situação do porvir, do envelhecimento e da morte.” (ABERASTURY, 1981, p.15)

Os estudos sobre adolescência, que se centralizam somente no adolescente, segundo Aberastury demarcam um enfoque sempre incompleto, quando não levam em conta “o outro lado do problema: a ambivalência e a resistência dos pais em aceitar o processo de crescimento.” (ABERASTURY, 1981, p.16) Não só o adolescente padece este longo processo, mas também os pais têm dificuldades<sup>17</sup> para aceitar o crescimento como conseqüência do sentimento de rejeição que experimentam frente à genitalidade e à livre manifestação da personalidade que surge dela, mediante as mudanças de um corpo em transformação que anuncia a irrecuperabilidade do corpo infantil.

"As mudanças psicológicas que se produzem neste período, e que são a correlação de mudanças corporais, levam a uma nova relação com os pais e com o mundo. Isto só é possível quando se elabora, lenta e dolorosamente, o luto pelo corpo de criança, pela identidade infantil e pela relação com os pais na infância. Quando o adolescente se inclui no mundo com este corpo já maduro, a imagem que tem do seu corpo mudou também sua identidade, e precisa então adquirir uma ideologia que lhe permita sua adaptação ao mundo e/ou sua ação sobre ele para mudá-lo." (ABERASTURY, 1981, p. 13)

---

<sup>17</sup> Segundo a autora, “esta incompreensão e rejeição se encontram, muitas vezes, mascaradas debaixo da concessão de uma liberdade que o adolescente vive como abandono, e que o é na realidade.” (Idem, 1981, p.14) Essa importante observação, pode-se constatar nos casos clínicos que acompanhamos nesta pesquisa, descritos no capítulo 6.

Neste período de vida, de acordo com a autora, ocorre uma flutuação extrema entre a dependência e a independência, evidenciando uma dificuldade de aceitar ser independente dentro de um limite de necessária dependência, o que caracteriza um estado de contradições, confuso, ambivalente, doloroso, permeado por conflitos com o meio familiar e social. Aberastury nos fala de um estado de sentimento de invasão que advém tanto das transformações incontroláveis do corpo, quanto das novas pautas de convivência, levando o adolescente a vivenciar um complexo estado de crise que implica o luto pela perda de um corpo infantil e sua ressignificação diante do imperativo de reconstrução de sua identidade.

“A perda que o adolescente deve aceitar ao fazer luto pelo corpo é dupla: a de seu corpo de criança, quando caracteres sexuais secundários colocam-no ante a evidência de seu novo *status* e o aparecimento da menstruação na menina e do sêmen no menino, que lhes impõe o testemunho da determinação sexual e do papel que terão que assumir, não só na união com o parceiro, mas também a procriação.” (ABERASTURY, 1981, p.14)

No instante em que este trabalho de constituição de um novo lugar implica o advento de um estranhamento do próprio corpo, requer também, a construção de um outro saber acerca da sexualidade. Diante disso, o adolescente vê-se tentado a constituição de um saber totalizante, ainda que se trate de uma saída para suportar a angústia que o afunda no mais profundo desamparo, haja vista o confronto e, por vezes, o desprezo do universo adulto, começando a partir da desidealização das figuras parentais. Entretanto, como salienta Aberastury, isto apesar de servir para mascarar a depressão que lhe impõe o desprendimento de suas partes infantis, aponta o advento de um juízo de valor que deve ser respeitado, na medida em que o leva a construir um sistema de valores, ideologias, teorias políticas e sociais e se posicionar defendendo um ideal.

“Sua idéia de reforma do mundo se traduz em ação. Tem uma resposta às dificuldades e desordens da vida. Adquire teorias estéticas. Confronta e soluciona suas idéias sobre existência ou inexistência de Deus e a sua posição não é acompanhada pela exigência de um submeter-se, nem pela necessidade de submeter.” (ABERASTURY, 1981, p.15)

A desidealização das figuras parentais, além de necessária, é estruturante da crise da adolescência, pois como refere Alberti (2002), em seu texto “O adolescente e seu pathos”, a adolescência implica pagar o preço do desligamento dos pais, ou seja, “assumir que o outro é barrado, castrado.” (ALBERTI, 2002, p.02) De acordo com essa autora, não é possível pensar a adolescência sem referência à castração, na medida em que este processo implica numa

tentativa de elaborá-la, bem como, em lidar com a angústia intrínseca a ela. Diante disso, Alberti ao retomar Freud, mostra-nos que esta angústia do adolescente esta relacionada com a posição neurótica de supor que o reconhecimento da falta no campo do Outro pode colocar em questão a sustentação subjetiva do sujeito. O temor da castração do Outro em Freud aparece sob a noção de “nostalgia do pai”, presente no texto “Futuro de uma ilusão”, justamente porque o autor aponta a importância para o sujeito de acreditar que há algo que o sustente, uma espécie de razão para sua existência, onde a religião ocupa um lugar privilegiado em atribuir uma certa consistência ao pai:

“Entendo a adolescência como trabalho de elaboração da falta no Outro. Dessa forma, não só não há adolescência caso essa falta esteja foracluída como também só há adolescência caso o sujeito possa, de alguma forma, enfrentar essa falta.” (ALBERTI, 2002, p.03)

Nas complexas demandas e operações lógicas desta passagem, a adolescência implica o luto de uma perda, uma espécie de transposição para ocupar um outro lugar, o que requer certo limiar de sofrimento. Podemos perceber isto na própria etimologia da palavra "adolescência", a qual segundo Outeiral (2003):

“Caracteriza muito bem as peculiaridades desta etapa da vida. Ela vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), significando a condição ou processo de crescimento. Adolescência também deriva de *adolescere*, origem da palavra adoecer. Temos assim, nessa dupla origem etimológica, um elemento para pensar esta etapa de vida para crescer (no sentido físico e psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimentos psíquicos devidos as transformações decorrentes desta etapa de vida).” (OUTEIRAL, 2003, p.04)

Este processo de adoecimento se constituiu como uma espécie de matriz da subjetividade moderna, na medida em que decorre do declínio dos ritos de passagem na sociedade ocidental e a conseqüente sobreposição do indivíduo em detrimento do grupo, como procuramos demonstrar no capítulo 2. Ruffino (1995), ajuda-nos a pensar as complexas relações entre adolescência e modernidade:

“Adolescer é então um acontecimento que se apresenta à subjetividade moderna sob uma dupla face. Em uma das faces, é uma instituição historicamente constituída que caracteriza a modernidade e se materializa na subjetividade de cada um ao tempo de seu final de infância. Em outra face, é uma operação psíquica que se põe em marcha no interior da subjetividade de cada um por faltar fora, no espaço da sociabilidade, o trabalho que outrora fora societário e que cuidava da hominização adulta dos membros de uma comunidade.” (RUFFINO, 1995, p.42)

Ruffino (1993) diz que qualquer subjetividade teria sido, sob as condições históricas e culturais, propícia e suscetível de adolecer, ao passo que, para a subjetividade moderna, trata-se de uma necessidade. Refere que a delimitação temporal da adolescência está acompanhada do declínio de alguns rituais de passagem, que milenarmente eram utilizados para organizar e dar continência a esta transição, na medida em que funcionavam como facilitadores do trânsito da infância à vida adulta:

“A adolescência mesma surgiu a partir do momento em que se perderam os rituais de iniciação na sociedade tradicional e, com isso, a passagem à vida adulta passou a ser um trabalho psíquico mais longo, individual e solitário, dependendo do ritmo individual de cada um para realizar esta passagem.” (RUFFINO, 1993)

Calligaris (2000), por outro lado, aponta que a adolescência é uma das formações culturais mais poderosas de nossa época, pois a modernidade ao promover o ideal de liberdade, autonomia e reconhecimento (nas relações amorosas/sexuais e o poder no campo financeiro e social), encontra no adolescente um forte representante destes ideais, justamente por ele vivenciar um momento no qual é convocado a posicionar-se sexualmente e a ensaiar os primeiros passos em busca de sua independência financeira. Segundo o autor, há um tempo de suspensão, entre a chegada à maturação dos corpos e a possibilidade de realizar os ditos valores, pois esta autorização é postergada, como uma espécie de moratória e, este tempo de suspensão caracterizaria a adolescência. A adolescência, afirma ainda, é o prisma pelo qual os adultos olham os adolescentes e os próprios adolescentes se contemplam. Objeto de inveja e de medo, ela dá forma aos sonhos de liberdade ou de evasão dos adultos e, ao mesmo tempo, a seus pesadelos de violência e desordem. Objeto de admiração e ojeriza, é um poderoso argumento de *marketing* e, ao mesmo tempo, uma fonte de desconfiança e repressão preventiva.

"Nossos adolescentes amam, estudam, brigam, trabalham. Batalham com seus corpos, que se esticam e se transformam. Lidam com as dificuldades de crescer no quadro complicado da família moderna. Como se diz hoje, eles se procuram e eventualmente se acham. Mas, além disso, eles precisam lutar com a adolescência, que é uma criatura um pouco monstruosa, sustentada pela imaginação de todos, adolescentes e pais. Um mito, inventado no começo do século 20, que vingou sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial." (CALLIGARIS, 2000, p.09)

Segundo Rassial (1997), a adolescência não está determinada eminentemente por um processo cronológico, tratando-se na verdade de um processo lógico que implica a constituição de um lugar, pois o adolescente situa-se numa passagem, do seio da família para o laço social, da infância à vida adulta. A leitura que Rassial faz da adolescência, enquanto um processo de passagem, vislumbrando a constituição de um lugar, mostra-nos que do ponto de vista psicanalítico a adolescência pode ser compreendida mais como um trabalho psíquico do que como uma faixa etária, porque a sua durabilidade não dependerá tanto da idade, mas do peculiar tempo de cada sujeito para a realização desta operação subjetiva de buscar um lugar.

Enfim, na esteira destas considerações é possível conceber o *adolescer* como uma passagem que busca ressignificar subjetivamente o sujeito perante o social. Certamente, como todo processo de passagem, isto não se dá sem conflitos. É justamente o trabalho psíquico desta passagem que parece demarcar uma espécie de padecimento singular do sujeito, na medida em que se vê confrontado com uma situação de inacabamento: nem completamente criança, nem completamente adulto. Neste sentido, o adolescente, encontra-se numa posição de indefinição do seu próprio lugar na cultura. Tal condição, conforme ressalta Rassial (1999) o assemelha a um imigrante que ainda não se sente em casa em seu novo lar:

"A especificidade do adolescente é não ser nem uma coisa nem outra, nem completamente criança, nem completamente adulto exatamente como imigrante da segunda geração, que não é nem completamente francês nem completamente estrangeiro." (RASSIAL, 1999, p.56)

Penot (1995) refere que o momento crítico e decisivo, da passagem à idade adulta, apresenta-se como ilustrativo da condição de sujeito humano enquanto tal. Mais precisamente, o processo pelo qual um sujeito vai emergir e se sustentar através das perturbações narcísicas que caracterizam esta passagem da vida:

"É principalmente, com efeito, o registro das *escoras narcísicas* que se encontra em dificuldade na passagem pubertária. Com o adolescente em sofrimento, é no corpo que isto se apresenta de saída, na medida em que a representação da imagem do próprio corpo está implicada em primeiro lugar. Mas sua postura em crise se faz acompanhar ao mesmo tempo de uma desestabilização das figuras ideais, que puderam ter um lugar de referência imaginária para a criança, de modo que vai ser absolutamente necessário para o adolescente fabricar para si um novo referencial." (PENOT, 1995, p.32)

Segundo Rassial (1995), a adolescência caracteriza-se como um paradigma da crise identitária, pois coloca em questão de forma radical, nos registros real, simbólico e imaginário, sua identidade, recolocando também em questão, a identidade dos pais, a identidade do conjunto do casal social, interrogando imediatamente o laço social em sua totalidade. Rassial, ao problematizar os elementos que caracterizariam o sofrimento próprio da adolescência, refere que o adolescente padece de uma espécie de “pane nas encarnações imaginárias do Outro”. Isto ocorre na medida em que a adolescência, além das transformações da puberdade, produz uma radical transformação do eu, dos ideais e do mundo da infância, acompanhada da sensível desqualificação dos pais, tanto em constituir o modelo do adulto, quanto na contestação da suas palavras. Fatores que exigem do adolescente uma espécie de ressignificação identificatória, pois é preciso reconstruir o Outro e lhe dar uma nova consistência imaginária.

"O adolescente é confrontado com a distância entre a realidade de seus pais, que ele começa a perceber como sujeitos comuns, com seus conflitos, seus limites, seus desejos, e os pais ideais ou idealizados da infância que, por um tempo, encarnaram esse estatuto de adulto prometido para mais tarde." (RASSIAL, 1997, p.74)

É na sua posição de sujeito, frente ao semelhante, que o adolescente se vê confrontado, pois a transformação do seu corpo convoca um novo olhar. Olhar este que passa a marcar de forma muito singular o seu corpo, na medida em que interroga radicalmente a sua sexualidade. Neste sentido, pode-se dizer que o adolescente é convocado a sustentar-se falicamente, ou seja, a posicionar-se sexualmente.

"O primeiro efeito da puberdade é o corpo da criança que se transforma em corpo de adulto. Examinei as múltiplas conseqüências dessa mudança da imagem do corpo. Por um lado, para o adolescente, isso que se nomeia como os atributos secundários (a troca de voz, da pilosidade, o crescimento dos seios, etc.) são tão importantes, se não mais, que a maturação dos órgãos genitais, stricto sensu. Por outro, o adolescente deve efetuar um trabalho de apropriação ou, antes, de reapropiação da imagem do corpo tal como ela foi construída na primeira infância. [...] Com efeito, na adolescência, o que garante essa imagem do corpo não é mais o olhar e a voz dos pais, em particular da mãe, mas o que verão e dirão os seus pares, sobretudo, os eventuais parceiros do outro sexo." (RASSIAL, 1997, p.77)

A adolescência, nesse sentido apontado por Rassial, não se trata apenas de um momento de acomodação, mas de uma construção de novas identificações, pois o olhar e a

voz a ele endereçado não serão mais os olhares dos pais, mas o olhar e a voz do semelhante que percebe as transformações do seu corpo e interroga a sustentação de sua sexualidade. Diante disso, pode-se dizer que a passagem à adolescência, é por excelência, produtora de um radical desamparo, jogando o adolescente, conforme ressalta Calligaris (2000), na angustiante questão: o que o Outro deseja?

Como podemos perceber, a passagem a adolescência implica uma convocatória que lhe vem do olhar do outro e passa a interrogar o seu corpo de uma forma muito singular, colocando em questão uma espécie de “reedição do estádio do espelho”<sup>18</sup>, que interroga o seu corpo em face de constituição imaginária até então suposta no campo do outro. Rassial (1999) sugere que este olhar, na medida em que interroga o lugar do sujeito, requer uma nova apropriação da sua imagem corporal:

"A adolescência é o momento em que, sob o olhar do outro, o sujeito vai ter que se apropriar de uma imagem do corpo transformada; ao preço, eventualmente, de um novo sintoma, ou de uma modificação do sintoma, então mais explicitamente sexual: como a jovem que passa da enurese infantil à dismenorréia, ou o jovem, da gagueira à ejaculação precoce. Esta imagem do corpo é afetada em quatro modos complementares: primeiramente, pela modificação de seus atributos (pilosidade, seios, silhueta); em segundo lugar, por seus funcionamentos (genitalidade, menstruação, mudança de voz, marcha, etc) e, mais precisamente do genitor do mesmo sexo; em quarto lugar, por sua importância para o olhar do adolescente ou do adulto do outro sexo." (RASSIAL, 1999, p.18)

Segundo Outeiral (2003), na adolescência o indivíduo se defronta passivamente com uma avalanche de transformações, que se operam abruptamente em seu corpo, jogando-lhe num sentimento de impotência e desamparo, os quais podem desencadear uma diversificada constelação sintomática.

“Cria-se um sentimento de impotência frente a esta realidade que poderá ser vivida de forma persecutória (com o corpo e/ou seus órgãos, transformando-se em um depósito de intensas ansiedades paranóides e confusionais), maníaca (com a negação onipotente de toda a dor psíquica que inevitavelmente acompanha o processo) ou fóbica (com uma evitação que coloca as transformações corporais tão distantes que nem o próprio adolescente ou seus familiares devem mencioná-las). Vive o adolescente a

---

<sup>18</sup> Para Rassial "o sujeito deve agora se apropriar da identificação especular que sustentava seu ser no olhar e na voz do Outro sexo, antes de dar de novo ao Outro, imaginariamente, uma outra consistência: se o Outro do lactente deve ser referido à Mãe e o Outro do Édipo dos pais, o Outro do adolescente está imaginariamente ligado ao Outro sexo." (RASSIAL, 1999, p.48)



perda do corpo infantil e o imperativo de habitar um corpo que vai se fazendo inexoravelmente adulto, vivenciando um misto de sensações: temor, desconhecimento e desejo.” (OUTEIRAL, 2003, p.07)

O adolescente, ao ter que fazer o luto do corpo infantil e ainda não se reconhecer num corpo adulto, vive uma espécie de androgenia que lhe produz uma certa dificuldade de se apropriar de seu próprio corpo. Isto ocorre justamente pela relativa incapacidade de reconhecê-lo enquanto seu, causando-lhe tanto um radical estranhamento de sua nova imagem, quanto de suas alterações corporais. Conforme ressalta Calligaris (2000), o adolescente se olha no espelho e se acha diferente, pois perdera a graça infantil<sup>19</sup> que, em nossa cultura, parece garantir o amor incondicional dos adultos, sua proteção e solicitude imediata. Desprovido das insígnias angelicais da infância, e ainda não possuidor dos requisitos que poderiam incluí-lo no universo dos adultos, o adolescente irá se deparar com um forte sentimento de insegurança.

"Parado na frente do espelho, caçando as espinhas, medindo as novas formas de seu corpo, desejando e ojerizando seus novos pêlos ou seios, o adolescente vive a falta do olhar apaixonado que ele merecia quando criança e a falta de palavras que o admitam como par na sociedade dos adultos. A insegurança se torna assim o traço próprio da adolescência.” (CALLIGARIS, 2000, p.25)

Neste tópico, procuramos demonstrar que o adolescente encontra-se numa posição de indefinição do seu próprio lugar na cultura, pois a sua posição de sujeito frente ao semelhante é questionada, levando-lhe a interrogar radicalmente seus modos de ser e de habitar o mundo, jogando-o num radical drama de subjetivação, no qual a angústia e o desamparo pela constituição de um lugar podem contribuir na perspectiva da violência, na medida em que esta pode ser uma resposta a estas múltiplas demandas, conforme sugere Levisky (1998):

"Penso que essa tempestade interna e superestimulação externas reativam fortemente o desamparo já que o adolescente fica imerso na excitação, e que

---

<sup>19</sup> Segundo o autor esta perda implicará numa significativa confusão de lugares. Vejamos: "Essa segurança perdida deveria ser compensada por um novo olhar dos mesmos adultos, que reconhecesse a imagem púbere como sendo a figura de outro adulto, seu par iminente. Ora, esse olhar falha: o adolescente perde (ou, para crescer, renuncia) a segurança do amor que era garantido à criança, sem ganhar em troca outra forma de reconhecimento que lhe pareceria, nessa altura, devido. Ao contrário, a maturação, que, para ele, é evidente, invasiva e destrutiva do que fazia sua graça de criança, é recusada, suspensa, negada. Talvez haja maturação, lhe dizem, mas ainda não é maturidade. Por consequência, ele não é mais nada, nem criança amada, nem adulto reconhecido.” (CALLIGARIS, 2000, p.24)

muitas vezes só lhe resta, na busca do alívio da tensão pulsional, destruir o outro, aniquilá-lo, ser violento.” (LEVISKY, 1998, p.80)

Como poderemos perceber, no capítulo 6, os incansáveis apelos de reivindicação de suas liberdades endereçados aos pais, quando atendidos, são tomados pelos adolescentes como uma fragilidade destes em situá-los perante os limites deste real que aí se impõem. Isto produz no adolescente um forte sentimento de abandono, caracterizando-se como um terreno fértil para potencializar suas pulsões destrutivas. Conforme ressalta Jerusalinsky (1995):

“A violência emerge quando o sujeito não pode reencontrar nas vicissitudes e nas repercussões que seu dizer tem no discurso social a significação necessária para legitimar sua própria ação, dos objetos que possam lhe garantir o reconhecimento do Outro. E também quando o significante que suporta o nó fundamental de seu ser não encontra na série de sua filiação, sua sexuação e sua identificação. Quando o sujeito se vê em tal impasse, somente resta a ele a possibilidade da passagem ao ato, definição por excelência da violência. Porque tal passagem se encontra determinada pela impossibilidade de substituição daquilo que faz falta.” (JERUSALINSKY, 1995, p.09)

Portanto, jogando e jogado na solitária rede do individualismo, das múltiplas possibilidades de identificação, das frágeis referências simbólicas, das promessas de realizações imediatas, materializadas na apologia ao objeto de consumo - investido de uma suposta potência imaginária que passa a ocupar o estatuto imaginário de aplacar a dor da nossa existência, uma espécie de veículo de inclusão no discurso social - o adolescente nos mostra, em sua radical singularidade, que os impasses próprios da adolescência não estão delimitados numa dimensão eminentemente cronológica. Frente ao intenso clamor pelo alargamento da juventude, através das frenéticas manipulações cirúrgicas, do uso indiscriminado de medicamentos e cosmético, manter-se<sup>20</sup> jovem, tornou-se o imperativo ao qual estamos todos submetidos? Diante disso, a juventude, tendo como fiel representante a adolescência, encarnaria uma espécie de ideal social moderno? E ainda, como seria possível pensarmos na passagem à adolescência, no instante que parecemos estar enclausurados na imagem que parece situar uma espécie de cristalização de utopia contemporânea?

---

<sup>20</sup> Como já apontamos no livro “Violências e contemporaneidade”, o clássico da literatura mundial de Oscar Wilde - “O retrato de Dorian Gray”, escrito em 1890, parece-nos um belo exemplo do padecimento que isto implica. Gray permanece prisioneiro de uma relação dual com sua imagem eternamente jovem que ao mesmo tempo lhe fascina e aterroriza, deixando-o no limite da despersonalização. Sua beleza incomparável, sua estética exuberante, captura seus admiradores, eternos contempladores da utopia da juventude plena. Gray a partir dos seus ímpetos de violência, mostra-nos que a docilidade da juventude plena é enlouquecedora.

#### 4 ARTICULAÇÕES ENTRE ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA

“Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.” (MICHAUD, 1990, p.37)

Segundo Levisky (1998), o regulador social contemporâneo passa mais pela transmissão de uma promessa de gozo, do que pela consciência de dívida com gerações passadas como era nas sociedades tradicionais. Para o autor, a multiplicidade de opções de identificação, de ilusões imaginárias, que a sociedade contemporânea coloca para o jovem se posicionar, produz um excesso de exigências materializadas através de promessas de prazer e realização. Ocorre que, ao tentarem responder estes imperativos, os adolescentes encontram-se no limite de testar sua potência fálica, o que muitas vezes leva-lhes a testar estes limites no real, marcando assim, conforme destaca Bauman (1998), sensivelmente a relação dos adolescentes com a violência: ou vítima, ou agressor, sua vida tem sido um processo de luta para conviver ou superar a violência. É neste sentido que, para Tavares dos Santos (2003), os estudos sociológicos e antropológicos apontam que a juventude é o lugar onde se materializam os conflitos produzidos pela sociedade, os quais, conforme destaca Oliveira (2001), no seu livro de título sugestivo, “Sobrevivendo no inferno” – que relata sua experiência enquanto presidente da antiga FEBEM -, além de buscarem uma forma de reconhecimento, demarcam a problemática do lugar da adolescência no cenário contemporâneo.

"De um lado, há evidências de existirem várias situações que jogam os adolescentes a um incomodo *sem-lugar*, fazendo com que seja maximizado o desejo de ser reconhecido socialmente. Por outro, existem também agenciamentos que suscitam o desejo de auto-afirmação do tipo individualista e predatório, que é o sentido de autonomia estimulado pela cultura narcísica predominante na paisagem do Brasil contemporâneo." (OLIVEIRA, 2001, p.31)

A adolescência em conflito com a lei, conforme observa Oliveira, deve ser tomada não apenas enquanto efeito de uma história individualizada, mas como um agenciamento coletivo de enunciação. Diante disso, “o jovem infrator expressa o mal-estar de uma época, o que, neste caso significa afirmar que o adolescente contemporâneo enuncia, através do comportamento delitivo, seus desassossegos vividos em tempos de globalização.” (OLIVEIRA, 2001, p.30)

A delinqüência juvenil é uma espécie de consequência de uma “adolescência exacerbada”, onde o que se encontra esgarçado, entre os adolescentes, em aspectos gerais, seria a frenética busca de reconhecimento e conquista de sua própria autonomia. É neste sentido que vai nos dizer: “o mal-estar dos jovens brasileiros que os joga à conduta delitiva está relacionado à intensidade e até mesmo à violência com que se dá o processo de esgarçamento da busca de reconhecimento e de autonomia.” (OLIVEIRA, 2001, p.31)

Alguns anos depois, em seu artigo “Quem têm medo da violência juvenil”? Oliveira (2005), ressalta que para a maioria dos jovens brasileiros são escassas as perspectivas, ao se depararem com um mercado de trabalho restrito e seletivo, o que por sua vez, diminui também suas possibilidades de acesso às demandas de consumo que cada vez mais exigentes, parecem reconhecer na juventude o seu principal foco.

“O adolescente é colocado como a própria personificação da engrenagem perversa contemporânea, uma metáfora da selvageria do mercado global: idealizado, mas sem lugar enquanto cidadão, correndo atrás de alguma coisa que não está onde ele chega. Acima de todas as leis, senhor da vida e da morte, ele é não apenas o consumidor preferencial (hedonista, voraz e presenteísta), mas o catalizador do mercado uma vez que sua potência de ser afetado e afetar o transforma em propagador nato de signos e bens. Ora, se o jovem emblematiza esta maquinária de captura de desejos, enredado em um campo de aparências, maiores as chances de sua imagem ser diabolizada.” (OLIVEIRA, 2005, p.22)

As observações de Oliveira estão em sintonia com Keil, pois em seu artigo “Descrença política e violência urbana - existe uma relação”?, refere que “qualquer novo tipo de sociedade é sempre acompanhado de violências extremas, aparecendo como uma espécie de poeira das relações de força.” (KEIL, 2005, p.27) Keil chama a nossa atenção para a maneira com que a violência brasileira captura os jovens, amputando-os do seu exercício pleno de cidadania. Refere ainda: “a extrema desigualdade social, jurídica e de direitos, somada ao

afastamento dos jovens da política<sup>21</sup> - espaço por excelência de socialização positiva e reivindicações coletivas -, vinculam-se diretamente aos aumentos dos indicadores de violência urbana" (KEIL, 2005, p.27), o que por sua vez, coloca em risco o exercício pleno da cidadania, na medida em que ela somente é passível de ser exercida por alguns brasileiros.

Para Keil (2005), as desigualdades de poder atingem os jovens de maneira profunda e variada, em decorrência do seu pertencimento social, pois o lugar social que os jovens ocupam na sociedade brasileira é decisivo para o nível de cidadania que exercem. Isto lhe leva a afirmar que o quadro social do Brasil contemporâneo produz nos jovens um grande sentimento de confusão e insegurança, assim como, uma certa ausência de reflexão crítica, evidenciando um modelo de sociedade que transforma a cidadania em consumo<sup>22</sup>.

A autora mostra-nos que o preço pago pelos jovens, transformados em consumidores, é um imenso vazio existencial produtor de jovens inseguros. Sua reflexão aponta-nos a recusa ao agir político, demarca um cenário onde tudo o que está fora do mercado é considerado obsoleto, como se não houvesse mais lugar para a cidadania fora do consumo.

"E a energia dos jovens, que poderia ser utilizada na ação política, busca outros lugares. Os jovens encontram pouco espaço para expressarem-se publicamente tendo, conseqüentemente, pouco acesso aos espaços de integração e reconhecimento social. Não raramente a violência urbana marca isso como uma resposta desesperada dos jovens face ao mundo de medos e frustrações e de uma vida saturada de vazio." (KEIL, 2005, p.35)

A passagem pelos autores citados mostra-nos a existência de uma estranha familiaridade entre adolescência e violência. Encontramos ecos desta familiaridade na observação de Marin (2002), quando a autora refere que a adolescência sempre fora associada à violência, pois qualquer ritual iniciático das sociedades primitivas, através da passagem da infância para o mundo adulto, testemunhava o controle violento sobre a puberdade, seja pelos jovens

---

<sup>21</sup> De acordo com essa autora: "No Brasil (e nos demais países do mundo capitalista) está havendo um enorme retrocesso no campo político, porquanto a socialização política das crianças e dos jovens (que ainda não era satisfatória), através da qual eles se vinculam a um sistema de valores e formam sua base ideológica na perspectiva de um agir estruturado pelo pensar, está sendo completamente negligenciada (ou abandonada ou evitada). Desvalorização e negação da política fazem parte do espírito da nossa época. Portanto, é revelador que os jovens não sejam mais vistos como *classe* revolucionária, isto é, como categoria social portadora de uma potência de transformação, mas sim como um segmento marcado pela violência. Violência que afeta os próprios jovens, assim como, ao conjunto da sociedade. Entretanto a separação e a crescente defasagem entre o poder e a política, a valorização da apatia política, a participação restrita dos jovens no campo político, afeta de modo negativo as condições para o aprofundamento da democracia." (KEIL, 2005, p.34)

<sup>22</sup> Keil (2005) sugere que a violência praticada pelos jovens é a expressão da frustração, de não poder participar do mundo hedonista prometido pela publicidade.

representarem as possibilidades de mudança, seja pela possibilidade de serem vistos como portadores do risco de desorganização social. Ou ainda, conforme ressalta explicitamente Marin:

“[...] em todos os tempos os soldados convocados para as guerras ou expedições de conquista territorial, ou religiosa, não importa, são em sua maioria convocados entre os jovens. A designação de infantaria, os que são bucha de canhão, vem de *infans*. Não por acaso são os jovens que estão à frente nas revoluções.” (MARIN, 2002, p.149)

Neste capítulo, inicialmente abordaremos a temática da violência enquanto produtora de um emudecimento do campo enunciativo, a partir dos seus efeitos de rompimento do pacto dialógico e de suportabilidade perante o outro/alteridade; num segundo momento, iremos apresentar o conceito de “violência simbólica” enquanto constituinte da psique, situando-a no universo próprio da condição humana; e, posteriormente, propomos pensar a adolescência infratora a partir da fixação do terceiro tempo do circuito pulsional proposto por Freud (1915), em “As pulsões e seus destinos”, ocasionando uma espécie de “pane da reedição do Estádio do espelho”, de Jacques Lacan (1949); logo após, propomos tomar a delinquência enquanto a busca do brilho do olhar do outro.

#### 4.1 O EMUDECIMENTO DA VIOLÊNCIA

“Somente a pura violência é muda, e por este motivo à violência por si só, jamais pode ter grandeza.” (ARENDRT, 2000, p.35)

Arendt em seu belíssimo ensaio “A condição humana”, ao situar a violência como produtora de "um" emudecimento, fornece-nos uma indicação muito valiosa para que possamos interrogar as possíveis conseqüências subjetivas decorrentes deste, tais como: a impossibilidade do estabelecimento e da aposta no diálogo e, conseqüentemente, o emudecimento do campo enunciativo.

Sousa (2000), em seu artigo “O silêncio da violência”, na esteira do pensamento da filósofa, fala-nos que a violência implica num rompimento do pacto dialógico e que mesmo

ao tentarmos em algumas situações, encontrar certas razões, que nos orientam na leitura dessas manifestações, o ato de violência não contribui em nada para uma reordenação simbólica deste laço. Segundo o autor, o ato da violência traz em sua estrutura algo de arbitrário, e ainda que possamos deduzir alguma mensagem, algum sentido em seus movimentos, é importante destacar que se trata, desde o início, de um diálogo rompido, de um diálogo fracassado.

As construções de Sousa nos mostram que o ato violento impõe um esfacelamento das possibilidades do diálogo se operar, ou seja, impede a circulação da palavra, o que por sua vez decai a possibilidade de reconhecimento de um sujeito no campo do outro, o que nos faz pensar na observação de Melman “a violência aparece a partir do momento em que as palavras não têm mais eficácia (MELMAN, 2003, p.69).” De acordo com esses autores, é justamente na medida em que a fala não é mais reconhecida que o outro deixa de ser reconhecido como sujeito, e a violência sobrevém.

Endo (2005), ao se interrogar acerca das relações entre violência, corpo, lugar e linguagem, mostra-nos que o emudecimento que a violência produz implica num certo apagamento das diferenças, com vistas ao que entendemos como uma espécie de ideal de homogeneização.

“Se a violência emudece<sup>23</sup>, estereliza e cala é certamente porque, em cada uma de suas etapas, uma das condições para sua eclosão é a de que a linguagem, enquanto reconhecimento da diferença, do diferente, seja elidida, posta de lado, e que, em seu lugar, se sobreponha alguma ação absoluta, radical e sem mediações, que busca inexoravelmente o idêntico no seio da diferença.” (ENDO, 2005, p.89)

Os autores mencionados nos parecem estar em íntima sintonia com as observações propostas no clássico<sup>24</sup> de Freud (1915), “A desilusão da guerra” e de Benjamin (1936), “O narrador - considerações sobre a obra de Nicolai Leskok.”

---

<sup>23</sup>De acordo com Endo: “Vários autores perceberam na elisão da linguagem pela violência um dos aspectos essenciais do fenômeno e dos processos violentos. Eles perceberam este efeito imediato da violência no emudecimento (Benjamin, 1936), na emergência de modos de expressão muito mais primitivos e linguageiros (Scarry, 1985) na impossibilidade de o psiquismo representar uma força que o atinge de modo excessiva e inesperada (Freud, 1920) no caráter prévio da violência que, como por princípio, executa e destrói todas as tradições ‘sociais, legais e políticas do país’ (Arendt, 1973).” (ENDO, 2005 p.89)

<sup>24</sup>Quando tivemos a oportunidade de organizar uma publicação comemorativa aos cem anos da obra magna de Sigmund Freud (1900) - *Die Traumdeutung*, através do livro “A interpretação dos sonhos - várias leituras”, procuramos demonstrar que os clássicos, assim como os sonhos, dizem de algo essencial da condição humana. Neste sentido, em toda abordagem de um clássico, freqüentemente, corremos o risco de sermos levianos, pois, de certo modo, encontramos-nos ingenuamente tentados a demarcar os limites de sua expressividade. Naquele

Freud (1915), em suas reflexões sobre a crueldade e os efeitos destrutivos da primeira guerra mundial, além de salientar o desprezo e a tirania do Estado para com o cidadão, aponta-nos que a fúria avassaladora da experiência de guerra desencadeia uma sensível destituição dos laços, na medida em que coloca em risco o patrimônio histórico e simbólico que a humanidade construiu ao longo de sua história. Vejamos:

“Então, a guerra na qual nos recusávamos a acreditar irrompeu, e trouxe desilusão. Não é apenas mais sanguinária e mais destrutiva do que qualquer guerra de outras eras, devido à perfeição enormemente aumentada das armas de ataque e defesa; é, pelo menos, tão cruel, tão encarniçada, tão implacável quanto qualquer outra que a tenha precedido. Despreza todas as restrições conhecidas como direito internacional, que na época de paz os Estados se comprometeram a observar; ignora as prerrogativas dos feridos e do serviço médico, a distinção entre os setores civil e militar da população, os direitos da propriedade privada. Esmaga com fúria cega tudo que surge em seu caminho, como se, após seu término, não mais fosse haver nem futuro nem paz entre os homens. Corta todos os laços comuns entre os povos contendedores, e ameaça deixar um legado de exacerbação que tornará impossível, durante muito tempo, qualquer renovação desses laços.” (FREUD, 1915, p.288)

Walter Benjamin, ao desenvolver uma sensível análise do declínio<sup>25</sup> da narrativa no contexto contemporâneo, mostra-nos que a arte de narrar está em vias de extinção e, conseqüentemente, o narrador situa-se cada vez mais distante do nosso convívio. Benjamin toma como ponto de partida a triste experiência da primeira guerra mundial e mostra que o impacto vivenciado pelos soldados no campo de batalha, mediante a trágica vivência de terem

---

momento privilegiamos uma dentre as quatorze proposições apresentadas por Calvino em “Por quê ler os clássicos” para definição de um clássico – “clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.” (Calvino, 1993, p.11) Esta contribuição implica na concepção de que todo clássico possui uma imensurável dimensão do seu campo enunciativo, na medida em que interroga os limites de sua própria expressividade e delega ao seu leitor o insistente convite de um possível retorno. Assim, a cada novo enfrentamento o sujeito se depara com um livro que sempre diz mais daquilo que estimava em dizer. A relação dos clássicos com os sonhos se fundamenta no instante em que resgatamos o seguinte pressuposto freudiano: a condição de sujeito, impreterivelmente, comporta um “mais dizer”. Freud ao acentuar a impossibilidade em demarcar os limites da expressividade de qualquer sonho, retrata ao seu leitor que o exercício da linguagem está sujeito as mais diversas vicissitudes, na qual a fala na singularidade e ambigüidade de cada sujeito, mediante sua imensurável enunciação subjetivante, paradoxalmente, escamoteia e revela a sua verdade. O fato de todo clássico enunciar um *mais dizer* e circular “em-torno” da problemática da verdade, convoca o leitor a cada novo encontro, a deparar-se com múltiplas significações, enunciando assim, em sua estrutura, a dimensão incomunicável da condição humana. É justamente por isso que o leitor de um clássico está permanentemente relendo o seu clássico. É importante mantermos esta idéia de permanente retorno, pois como nos lembra Calvino (1993), em outra proposição de definição de um clássico: “os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: “Estou relendo...” e nunca “Estou lendo...” (CALVINO, 1993, p.09)

<sup>25</sup> Segundo Benjamin, o declínio da tradição oral se deu em função do surgimento do romance no início do período moderno, tendo como seu representante máximo Dom Quixote de Cervantes, seguida da revolucionária invenção da imprensa.



seus corpos cruamente expostos à destruição, teve como consequência uma espécie de emudecimento, fragilizando assim, as suas capacidades de comunicação.

“Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra e a experiência ética pelos governantes. Uma geração que ainda fora a escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera alterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.” (BENJAMIN, 1936, p.198)

Endo (2005), ao problematizar este clássico de Benjamin nos diz que o autor sugere que o sentido da experiência radica-se sobre o corpo, sobre o seu reconhecimento e a possibilidade de a partir deste reconhecimento, operar mudanças, intervir no próprio destino e no alheio forjado a própria história.

“A desmoralização da experiência e com ela a desmoralização da fala nos desastres provocados pela guerra, executou-se antes no corpo, atravessando-o e ultrapassando-o como um instrumento ou um obstáculo desimportante, privado de linguagem e inerme.” (ENDO, 2005, p.92)

O autor chama a atenção para o fato de haver em Freud, especialmente em suas reflexões sobre a guerra, uma concordância com Benjamin, na medida em que o “Estado beligerante autorizou todos os demandas sobre o corpo, arrancando a fala dos combatentes, antes que ela pudesse ser proferida.” (ENDO, 2005, p.92) Lembra-nos que os choques elétricos sobre os neuróticos de guerra que, Freud era radicalmente contrário, de alguma forma contribuía para aprisioná-los no próprio corpo, jogando-os no contínuo da repetição da experiência traumática, “até que por fim, o corpo respondesse ao desejo de absoluta obediência comportamental, em que a palavra é desnecessária e estéril.” (ENDO, 2005, p.92)

A partir destas contribuições, podemos abordar a temática da violência como produtora de um declínio do poder da palavra, pois, tanto a condição de reconhecimento do

semelhante, encontra-se ameaçada, quanto à capacidade de colocar a palavra em circulação e potencializar a dimensão do diálogo. É justamente por isso que o ato violento sinaliza um impasse na manutenção dos laços, tendo como consequência o emudecimento do campo enunciativo.

Neste tópico, procuramos apontar os efeitos de emudecimento que o ato de violência produz e suas implicações subjetivas, tendo como consequência um declínio no poder da palavra e de reconhecimento da alteridade. Entretanto, julgamos pertinente salientar também que com isto não tivemos a intenção em fazermos uma posição entre violência e linguagem, pois, como salienta Endo:

“[...] a violência também viceja no seio da linguagem<sup>26</sup> e por intermédio dela, ou seja, entre violência e linguagem não haveria então oposição de forças, mas contingência, e teríamos que buscar em outros fatores os determinantes de sua colisão ou harmonia. Não residiria na linguagem, ou nas falas em si mesmas, a negação da violência, lançando-a ao impossível. A linguagem também não poderá trazer a paz.” (ENDO, 2005, p.91)

“Tanto no emudecimento quanto na repetição de explicações, narrativas, discursos sobre a violência que se viveu, se assistiu ou se cometeu, não caberá à fala ultrapassar a violência, ao contrário, ela é também, em muitas vezes, forma bastante eficaz de perpetuá-la.” (ENDO, 2005, p. 93)

---

<sup>26</sup> Quanto a este tópico sugere-se a leitura do artigo de Fernando Hartmann: *Violência e Discurso*. In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D. da (orgs). *Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2005, p. 45-52. Neste texto, o autor interroga se um ato pode ser considerado um discurso. Tal questionamento surge a partir de uma declaração de Bin Laden, em um vídeo exibido mundialmente, após o atentado de 11 de setembro de 2001, quando o terrorista que assumiu a responsabilidade por matar milhares de pessoas disse: “este ato é um discurso que todos entenderiam, independente da origem ou da língua que cada um possa estar ligado”. Entretanto, Hartmann salienta que apesar do terrorista atacar as torres gêmeas de Nova York, supondo que todos entenderiam sua mensagem, “por que Bin Laden precisou aparecer em um vídeo discursando sobre o atentado?” (Idem, 2005, p.49) A partir desta interrogação fará a importante distinção entre “escrita violenta” e escrita da violência.”

#### 4.2 A PALAVRA ENQUANTO AGENTE DE REINTEGRAÇÃO SIMBÓLICA DA HISTÓRIA DO SUJEITO: PRIMEIRAS FORMULAÇÕES ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO

“Freud nos mostra como a palavra, quer dizer, a transmissão do desejo, pode se fazer reconhecer através de qualquer coisa, desde que esta qualquer coisa esteja organizada em um sistema simbólico.” (LACAN, 1953-1954, p.269)

Como tentamos demonstrar no tópico anterior, se de um lado a violência implica no declínio do poder da palavra, de outro, pode-se dizer que é a partir da potencialização da palavra enquanto instrumento de mediação, de apropriação e de reconhecimento do semelhante, que poderemos minimizar seus efeitos. Neste sentido, entendemos que os diversos obstáculos, presentes nas tentativas de resgatar a dimensão do diálogo, apresentam-se como uma, dentre as inúmeras dificuldades que os profissionais enfrentam ao se interrogarem acerca dos infinitos meandros deste inquietante universo.

É justamente no quadrante da potencialização da palavra que a psicanálise pode trazer algumas contribuições nas relações entre adolescência e violência, pois os psicanalistas são muito sensíveis às palavras. Talvez por entenderem que é somente a partir do desejo do Outro, mediante o poder de sua palavra, enquanto instrumento de nomeação que a "cria", antes mesmo do seu nascimento, passa a ser significada, pulsionando assim a passagem de um simples organismo para os primeiros contornos de um corpo, um corpo erógeno, ou ainda, por conceberem que o sentido das palavras é passível de ser ressignificado, reordenado subjetivamente a posição do sujeito frente ao Outro. Diante disso, a prática clínica mediante a potencialização da palavra convoca-nos a silenciar e, sobretudo, implicar o sujeito com aquilo que sai da sua própria boca e o situa em relação ao seu desejo, na medida em que algo em seu texto porta um estatuto de verdade.

Lacan (1953-1954), ao propor um retorno a Freud, no início da década de 50 e durante todo este decênio, através do Seminário, “Os escritos técnicos de Freud”, propõe uma leitura minuciosa dos principais textos freudianos acerca da técnica psicanalítica, com o objetivo de apontar a banalização de conceitos fundantes da teoria e técnica psicanalítica, materializada

no engodo imaginário e intersubjetivo representado pela psicologia do ego vigente e, conseqüentemente, resgatar a dimensão da verdade presente na fala dos analisantes.

“O sentido de um retorno a Freud é um retorno ao sentido de Freud e o sentido do que Freud disse pode ser comunicado a qualquer um, porque, mesmo dirigido a todos, cada um estará interessado – e basta uma palavra para fazer senti-lo: a descoberta de Freud questiona a verdade, e não há ninguém que não seja pessoalmente afetado por ela.” (LACAN, 1955, p.406)

O autor, incansavelmente, vai nos mostrar que a inovação freudiana a partir de seu teorema fundamental - *O retorno do recalcado* – deu-se pela sensibilidade em tomar cada caso em sua radical singularidade. Além disso, situa dois princípios fundamentais que de alguma forma devem se presentificar no transcorrer de uma análise, quais sejam: possibilitar a apropriação do sujeito em relação a sua história e viabilizar a restituição dos efeitos desta sobre o mesmo, permitindo-lhe assim, reescrevê-la. Diante disso, a partir de sua leitura do texto freudiano, Lacan, neste mesmo seminário, especificamente no capítulo intitulado “O núcleo do recalque”, acentua a importância da reintegração do passado, ou seja, daquilo que ele nomeou como a “reintegração simbólica da história do sujeito.” Isto se deu justamente por ter realizado a seguinte constatação:

“O trauma enquanto tem ação recalcante, intervém só depois – *narhträglich*. Naquele momento algo se destaca do sujeito no próprio mundo simbólico que ele começa a integrar. Daí por diante, aquilo não será mais algo do sujeito. O sujeito não o falará mais, não o integrará mais. Não obstante ficará lá em alguma parte falado, se é que se pode dizer, por algo de que o sujeito não tem o controle. Será o seu primeiro núcleo do que chamaremos em seguida os seus sintomas.” (LACAN, 1953, p.222)

Logo após, através de um dos raríssimos momentos que Lacan expõe, publicamente em seu ensino, aspectos relativos à direção de tratamento de um caso clínico conduzido por ele próprio, podemos perceber com muita clareza isso que o autor propõe, a saber: a palavra na análise deve ser um agente de reintegração simbólica da história do sujeito. Trata-se de um paciente que já havia tido uma experiência de análise com outra pessoa antes de recorrer a Lacan, chegando para tratamento devido a sintomas no domínio das atividades da mão, os quais, através de uma análise conduzida, segundo a linha clássica, tinha-se empenhado em apenas organizar a todo custo estes diferentes sintomas, em torno da masturbação infantil.

Entretanto, logo no início do tratamento, um detalhe em relação ao ordenamento simbólico da história deste sujeito parece deixar Lacan bastante chocado:

“Esse sujeito era – não se pode dissimular esse exemplo da sua história, embora seja sempre delicado trazer casos particulares num ensino – da religião islâmica. Mas um dos elementos mais chocantes da história do seu desenvolvimento subjetivo era o seu afastamento, a sua aversão em relação à lei do alcorão<sup>27</sup>[...] Havia, pois, nesse sujeito um desconhecimento da lei do alcorão. Num sujeito pertencente pelos seus ascendentes, suas funções, seu futuro, a essa área cultural, era algo que me tocou de passagem, em função da idéia que acredito bastante sã, de que não se poderia desconhecer a filiação simbólica de um sujeito. Isto nos levou diretamente àquilo de que se tratava. Com efeito, a lei do Alcorão traz isso, a respeito da pessoa que se tornou culpada de roubo – *Cortar-se-á a mão*.

Ora, o sujeito tinha durante sua infância, caído no meio de um turbilhão, privado e público, que consiste mais ou menos nisso que tinha ouvido dizer – e era todo um drama, o seu pai sendo um funcionário e tendo perdido seu lugar - que seu pai era um ladrão e que devia então ter a mão cortada.” (LACAN, 1953, p. 228)

Segundo Lacan, independente da prescrição não ser mais executada, “nem por isso fica menos inscrita na ordem simbólica que funda as relações inter-humanas, e que se chama lei.” (LACAN, 1953, p.228) Este enunciado ficou para este sujeito isolado do resto da lei de maneira privilegiada, passando assim, a desencadear os seus sintomas. Isto se deu porque o resto das referências simbólicas do seu paciente foram sensivelmente afetadas, em razão da prevalência particular dessa prescrição, que se situa no centro de toda uma série de expressões inconscientes sintomáticas, inadmissíveis e conflituais, ligadas a essa experiência fundamental de sua infância. Portanto, a partir destes elementos, Lacan irá nos apontar em que direção estaria as possibilidades de um avanço do tratamento poder se dar:

“No progresso da análise, como lhes mostrei, é na aproximação dos elementos traumáticos – fundados numa imagem que nunca foi integrada – que se produzem os buracos, os pontos de fratura, na unificação, na síntese, da história do sujeito. Indiquei-lhes que é a partir desses buracos que o sujeito pode se reagrupar nas diferentes determinações simbólicas que fazem parte dele um sujeito que tem uma história. Bem, igualmente para todo ser humano, é na relação à lei à qual ele se liga que se situa tudo o que lhe pode acontecer de pessoal. Sua história é unificada pela lei, pelo seu

---

<sup>27</sup> O autor chama a atenção para o fato de que essa lei é algo infinitamente mais total do que podemos supor na nossa área cultural, que foi definida pelo *Dê a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus*. Na área islâmica, ao contrário, a lei tem um caráter totalitário que não permite absolutamente isolar o plano jurídico do religioso.

universo simbólico, que não é o mesmo para todos.” (LACAN, 1953, p.228-229)

Pode-se dizer que os princípios da direção de tratamento já estavam formalizados em 1953, no Seminário 1 “Os escritos técnicos de Freud”, entretanto, entendemos que as teses que fundamentam as possibilidades deste tratamento serão apresentadas dois anos mais tarde no texto de Lacan intitulado: “A coisa freudiana ou o sentido de retorno a Freud em psicanálise.” Neste, irá nos mostrar que esta “restituição simbólica da história do sujeito” só é possível acontecer a partir do lugar que o psicanalista responde, mediante a transferência que lhe é endereçada. Portanto, ao reconhecermos este apontamento como um pressuposto fundamental, no exercício de nossa prática clínica, percebemos a pertinência em privilegiar uma passagem deste texto. Fizemos esta opção por nos parecer muito evidente à concepção do autor acerca do seu entendimento, no que diz respeito ao lugar do analista na condução da transferência.

“Não é dele que vocês têm que falar com ele, pois ele basta para esta tarefa e, ao executá-la, nem sequer é com vocês que ele está falando: se for com ele que vocês têm que falar, é literalmente de outra coisa, isto é, de uma coisa diferente daquilo que se trata quando ele fala de si, e que é a coisa que fala com vocês, coisa esta que, diga ele o que disser, lhe permanecerá para sempre inacessível se, por ser uma fala que se dirige a vocês ela não puder evocar em vocês sua resposta, e se, apesar de terem ouvido sua mensagem sob essa forma invertida, vocês não puderem devolvê-la a ele, dar-lhe a dupla satisfação de havê-la reconhecido e de fazê-lo reconhecer sua verdade.” (LACAN, 1955, p. 420-421)

Entendemos que este recorte do texto é uma contribuição importantíssima para a prática clínica, na medida em que convoca os psicanalistas a se interrogarem do ponto de vista lógico, acerca do seu lugar na direção de um tratamento, e da transferência que lhe é suposta. O psicanalista, de acordo com Lacan, ao responder a demanda presente no engodo imaginário da lógica intersubjetiva, produz um recrudescimento das possibilidades das formações do inconsciente se enunciarem, ou seja, quando a sua pessoa se presentifica, o trabalho psicanalítico ficará comprometido.

Constatamos em nosso trabalho clínico com adolescentes, em situação de conflito com a lei, que ficamos fortemente tentados a ocupar este lugar intersubjetivo tão criticado por Lacan, haja vista as diversas desqualificações, desautorizações e adjetivações, freqüentemente

endereçadas ao psicanalista com o objetivo de atingir a sua pessoa e fazê-lo responder deste lugar, o que certamente comprometeria as possibilidades da análise avançar. Diante disso, entendemos que, ao acolhermos em análise estes adolescentes, deve-se ter um princípio ético fundamental e norteador do nosso trabalho: apostar e reconhecer as suas palavras. Pois, quando se sentem reconhecidos como sujeitos desejantes, não estando assim limitados apenas na dimensão de seu ato violento/infrator, podemos perceber a possibilidade da constituição de um espaço de escuta do que singularmente pode se constituir enquanto demanda em suas falas. A partir disto, constitui-se um lugar onde esta “coisa”, seja lá o que for, possa falar.

Lacan ainda nos chama atenção para o fato do psicanalista não tomar a coisa para si, e sim possibilitar que ela se enuncie a partir dos desdobramentos transferenciais pertinentes ao lugar ao qual está suposto. Entretanto, em se tratando de adolescentes em situação de conflito com a lei, constata-se o quanto é freqüente, às fontes encaminhadoras, solicitarem que eles possam falar no tratamento dos motivos precipitadores do ato infrator, assim como, avaliarem racionalmente as suas capacidades de juízo crítico em relação aos danos causados a si próprio e ao outro, supondo que simplesmente isto poderia minimizar as possibilidades ou, até mesmo, impedi-los de novos atos delinqüentes.

Nestes casos, é importante o analista não responder a demanda pedagógica, ao passo que estaria operando uma forçagem para o analisante explicar o seu agir, pois uma intervenção desta natureza pode desconsiderar que a posição destes adolescentes, em relação a sua responsabilidade pelo ato cometido, freqüentemente, não pode ser enunciada, seja por uma certa incapacidade de minimamente poder reconhecer a sua autoria, seja porque estas manifestações podem ser absolutamente desconhecidas pelo próprio sujeito. Neste último aspecto, em especial, cabe ressaltar que segundo Lacan (1950), no texto "Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia", o ato delinqüente não é efeito de um sujeito, na medida em que o ato em si anuncia um estado crepuscular, tendo como consequência uma espécie de ausência de consciência.

Como perceberemos adiante (item 4.5), na questão da delinqüência há sempre um investimento num determinado objeto, seja para ser destruído, furtado, roubado, etc..., cabendo-lhe, os destinos mais diversos, desde a absoluta veneração, materializando-o como uma espécie de amuleto de ostentação de insígnias de poder, haja vista as condições e as dificuldades as quais fora capturado, seja como um simples e banal objeto de troca, podendo ser descartado a qualquer momento, aparentemente, sem qualquer sentimento de culpa ou ressentimento. Diante disso, o agir delinqüente joga o sujeito, mediante à infração e/ou crime diante da busca de um olhar que o reconheça e ao mesmo tempo o contenha, demarcando

assim, tanto a fragilidade dos laços simbólicos que singularizam o seu agente, quanto a sensibilidade de precipitar-se em face de um real que insiste em invadi-lo, colocando a sua vida sempre em risco, como uma tentativa desesperada de provar a sua existência estando sempre no limiar da morte.

Costa (1985), no livro “Violência e psicanálise”, ao analisar as correlações entre violência e identidade, nos apresenta uma rica discussão clínica materializada através do caso Y, a partir do qual, o autor propõe a violência como uma espécie de identidade necessária, onde a delinquência surge como uma impostura na forma de luta contra a violência que, o sujeito fora submetido ao longo de sua história, ou ainda, como tentativa de dar um sentido para a vida e conter o avanço da morte eminente.

“Este tipo de conduta, expressão de um desejo inconsciente, explica, em parte, as infundáveis discussões a respeito da natureza do superego, da culpa ou da reparação em indivíduos anti-sociais. Ao nosso ver, os ataques, agressões, pedidos ou súplicas que estes indivíduos dirigem ao social não são apenas tentativas de extrair do mundo gratificações imediatas. Tampouco podem ser interpretadas como simples provocações masoquistas, produtos de uma qualquer culpa inconsciente. Estes sujeitos, exigindo da realidade o que lhes foi extorquido pelo ambiente materno, manifestam por um caminho ‘ilegal’, a crença na lei e nos seus direitos a uma vida psíquica fora da psicose. A delinquência é uma trincheira contra a perda do sentido da realidade, ou, o que é mais grave, contra o avanço da própria morte.”  
(COSTA, 1985, p.101-102)

A partir destes elementos, demonstraremos que na delinquência o sujeito se encontra na berlinda da morte como tentativa desesperada de manter-se vivo. Isto nos levou a reconhecer, de um lado, a condição de desamparo que estes adolescentes evidenciam estarem situados; de outro, a fundamental importância de acolher os significantes que no transcorrer de um processo analítico, possam de alguma forma situar esta posição a qual evidenciam estarem submetidos. Portanto, entendemos que é através das possibilidades de enunciação destas insígnias de morte e suas possíveis ressignificações, no transcorrer do tratamento, que uma escuta psicanalítica é possível junto a sofrimentos desta ordem.

#### **4.2.1 Quando a agressividade fala a violência cala**



Nossa experiência clínica, resguardando a singularidade de cada estrutura, história e narrativa, mostra-nos que a fragilidade das referências paternas; a falta de perspectivas em relações aos seus ideais - a ponto de demonstrar quase uma absoluta incapacidade de esboçar um horizonte de futuro qualquer -; a privação de acesso aos objetos de consumo, tendo como resposta o furto ou a depredação como uma espécie de tentativa, ainda que às avessas, de exercer um poder, jogam-lhes em condições sociais ultrajantes. Assim, demarcam um profundo sentimento de desamparo que muitas vezes se materializa na angústia de buscar reconhecimento e visibilidade social a qualquer preço, onde a violência se apresenta como uma via possível para suportar a dor da própria existência.

Nessa busca desenfreada, a angústia facilmente dá vazão à velocidade e ao oportunismo presente no famoso lema da banda *Sex e Pistols* - *viva rápido e morra jovem*. O intrigante enunciado, estampado na camiseta de alguns adolescentes, que tive a oportunidade de escutar, parecia apontar aos adolescentes uma espécie de imperativo a não sacrificar o prazer de hoje pelo fragilizado e, supostamente, incerto ideal de segurança de um possível amanhã. Este, em tempos atuais, carece de legitimidade, pois o futuro há muito tempo deixou de ser previsível, mesmo porque tanto a fragilidade da posição social dos pais na sociedade, quanto o reconhecimento dos seus saberes acerca dos ideais de futuro para os filhos, freqüentemente são repudiados e, por vezes, potencializados em face da condição de miserabilidade e invisibilidade social que se encontram. Isto de alguma forma produz uma espécie de rechaço às heranças simbólicas destes pais, causando a ilusão que a única saída possível seria fazer absolutamente “tudo” diferente deles.

Entretanto, esta mesma experiência mostrou-nos que ao escutarmos o clamor por um lugar, onde minimamente seja possível simbolicamente verbalizar suas agressividades, produz-se um declínio em seu real potencial destrutivo. Isto levou-nos a supor que o não exercício da agressividade poderá ser um agente potencializador de violência, e não o contrário, como freqüentemente somos advertidos, mediante à ingênua e simplista linearidade: agressividade gera violência.

Lacan (1948), no célebre texto "Agressividade em psicanálise", nos mostra isto muito claramente, pois, apesar de tomar a agressividade como constituinte da psique - procurando já na primeira tese deste texto, composto de cinco teses<sup>28</sup>, que "a agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição." (LACAN, 1948, p.105) -, situa o que faz com que a agressividade se desencadeie, levando-o a formulação da segunda

---

<sup>28</sup> Não estamos nos propondo neste momento analisar minuciosamente estas teses, pois iremos apenas fazer um recorte de passagens que julgamos pertinente para as nossas construções.

tese, a saber, "a agressividade, na experiência, nos é dada como intenção de agressão e como imagem de desmembramento corporal, e é nessas modalidades que se demonstra eficiente" (LACAN, 1948, p.106). Para Lacan, a produção de agressividade está ligada à quebra da imagem narcísica, a imagem que cada um faz de si e que apreende no outro, a imagem da perfeição, e quando esta imagem sofre<sup>29</sup> uma ruptura, uma ferida, a resposta mais comum é a violência.

Estas duas teses levaram Lacan afirmar a terceira "Os impulsos de agressividade decidem sobre as razões que motivam a técnica da análise." (LACAN, 1948, p.109), ou seja, de alguma forma a agressividade do paciente em relação a si próprio, bem como, ao analista, entrará em cena no seu processo de análise, pois conforme a quarta tese: "a agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico, e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico do seu mundo." (LACAN, 1948, p.112) No desenrolar das argumentações desta tese, Lacan a partir de um exemplo lindíssimo, de uma passagem de Santo Agostinho, mostra-nos que a matriz da agressividade, da ranhura que mencionávamos anteriormente, é a inveja, ou melhor, o ver-se dentro, identificado com o outro, supondo imaginariamente que este está gozando.

"A experiência subjetiva deve ser habilitada de pleno direito a reconhecer o nó central da agressividade ambivalente que nosso momento cultural nos dá sob a forma dominante de ressentimento, inclusive em aspectos mais arcaicos na criança. Assim, por ter vivido num momento semelhante e por não ter tido que sofrer com a resistência *behaviorista*, no sentido que nos é próprio, Santo Agostinho antecipou-se à psicanálise, dando-nos uma imagem exemplar de tal comportamento nestes termos: 'vi com meus olhos e conheci bem uma criancinha tomada pela inveja: ainda não falava e já contemplava pálida e com expressão amarga, seu irmão de leite'. Assim liga ele imperecivelmente, à etapa *infans* (anterior a fala) da primeira infância, a situação da absorção especular: a criança contemplava, reação emocional; inteiramente pálida, reativação das imagens da frustração primordial; e com uma expressão amarga, que são as coordenadas psíquicas e somáticas da agressividade original." (LACAN, 1948, p.17)

Na sua quinta tese, Lacan propõe que "tal noção da agressividade, como uma das coordenadas intencionais do eu humano, e especialmente relativo à categoria do espaço, faz conceber seu papel na neurose moderna e no mal-estar da civilização." (LACAN, 1948, p.

---

<sup>29</sup> Lacan vai nos mostrar que existe uma intenção agressiva manifesta que "corrói, mina, desagrega, castra e conduz a morte". Para ilustrar suas afirmações o autor nos relata uma passagem de um diálogo de uma mãe com o seu filho que parece ter arranhado fortemente o seu espelho - "E eu que acreditava que você era impotente! Gemia num uivo de tigresa uma mãe a seu filho, que acabara de lhe confessar que, não sem dificuldades, suas tendências homossexuais". (Idem, 1948, p.107)

122) No decorrer da discussão desta tese, podemos perceber que não existe simetria nas trocas, ainda que o que as ordene seja o gozo, jogando-nos num mal-estar, o qual a agressividade se presentifica como uma das formas de suportá-lo.

A partir destes elementos, pode-se dizer que a agressividade para Lacan trata-se de uma questão especular, onde uma suposta ranhura na imagem idealizada, beirando uma espécie de desmantelamento da *imago* da identificação original, pode precipitar o sujeito num ato que não é efeito de um sujeito, na medida em que, como mencionamos anteriormente, o ato delinqüente<sup>30</sup> denuncia um estado crepuscular.

Diante disso, entendemos que Lacan nos dá uma pista interessante, para que possamos pensar algumas possibilidades de direção de tratamento, pois se de um lado somos confrontados com a nossa suportabilidade, em escutar o exercício da agressividade na fala de nossos pacientes, de outro, no transcorrer do trabalho analítico, somos convocados a localizar os significantes que situam este possível desmantelamento da imago do sujeito. Entendemos que, ao tocarmos nesses significantes, possivelmente, estaremos possibilitando-lhe uma certa apropriação simbólica de algo que poderia lhe precipitar num ato real, aniquilador de sua subjetividade, ou até mesmo, mortífero.

Em “A instância na letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, Lacan (1957), ao se interrogar como um erudito tão pouco dotado para os engajamentos que o solicitavam em sua época, como fora Erasmo de Rotherdan, teria conquistado lugar tão eminente na revolução de uma reforma em que o homem estava tão interessado em cada homem quanto em todos? Diante de tal interrogação, Lacan propõe uma afirmação que entendemos ser absolutamente fundamental: “É que ao tocar, por pouco que seja, na relação do homem com o significante, no caso, na conversão dos procedimentos da exegese, altera-se o curso de sua história, modificando as amarras do seu ser.” (LACAN, 1998, p.531)

Fleig, no texto “Os sonhos de Descartes: efeitos do discurso da ciência”, retoma esta passagem do texto de Lacan, dizendo-nos: “essa é uma frase central, tanto para entender uma intervenção na cultura quanto na clínica, pois o ponto no qual se dá o trabalho psicanalítico é a intersecção precisa do sujeito com o significante.” (FLEIG, 2002, p.31)

---

<sup>30</sup>Este desmantelamento da imago, como tentaremos demonstrar no capítulo 4 – A delinqüência enquanto busca desesperada do brilho no olhar do outro – se dá em função do lugar que o adolescente infrator supõe ocupar no discurso do outro, seja porque o olhar paterno se encontra sensivelmente ofuscado em face da radical fragilidade de responder deste lugar, seja pelas exclusões às quais está submetido, jogando o adolescente numa radical condição de desamparo.

Portanto, de acordo com os autores mencionados, é na medida em que tocamos neste ponto que temos a chance de alterar o curso da história de um sujeito. Isto nos parece fundamental enquanto princípio de direção de um tratamento. Entretanto, em se tratando de adolescentes em situação de conflito com a lei, insistimos novamente que acreditamos na pertinência em salientar a nossa suposição de um ponto de intersecção muito específico, que somos convocados a trabalhar, qual seja: a intersecção dos significantes que situam o desmantelamento da imago do sujeito.

#### 4.3 VIOLÊNCIA FUNDADORA E CONSTITUINTE DA PSIQUE: UMA COMPLEXA HERANÇA FREUDIANA

Na literatura psicanalítica existem várias passagens - desde o fundador da psicanálise Sigmund Freud, e seus eminentes discípulos Jacques Lacan, Donald Winnicott e Piera Aulagnier, entre outros, assim como, psicanalistas contemporâneos de diferentes escolas - que procuram fundamentar do ponto de vista psicanalítico a existência de uma violência fundadora e constituinte da psique, estando assim, implicitamente articulada com a condição humana.

Afirmar que a violência é constituinte da psique não justifica e, tampouco, ajuda-nos a compreender as formas de violências que estamos jogados em nossa atualidade, pois estamos diante de um fenômeno multifatorial de extrema complexidade que, permanentemente, mostra-nos tanto as insuficiências de nossos saberes, quanto às fragilidades das nossas categorias de análise. Neste sentido, em se tratando da violência, como podemos perceber, até mesmo em nosso limitado cotidiano, se de um lado é possível observarmos seus ruídos de forma cruenta com muita força e visibilidade, despertando grande repercussão e impacto social, de outro percebemos também seus repertórios silenciosos, através de estratégias, impressionantemente sutis, porém não menos alienantes e emudecedoras.

Diante disso, como já mencionamos anteriormente em nossa introdução da dissertação, estamos de acordo com Wieviorka (1997), quando o autor afirma que seria mais prudente acentuarmos as rupturas e inflexões das nossas categorias de análises, do que buscar uma ingênua tentativa de localização de uma verdade revelada, pois a abordagem do tema da violência requer uma espécie de tradução dos regimes de subjetivação e sociabilidade

instaurados, ou seja, uma tradução a ser construída num contínuo processo de transformação, descartando assim, as explicações de caráter globais, generalistas e causalísticas.

Apesar de fazermos esta ponderação, acreditamos ser fundamental ressaltarmos a tese freudiana presente no célebre texto de Freud (1912), “Totem e tabu”, a saber, *a cultura se funda num ato de violência*, ou seja, *somos todos cúmplices do assassinato do pai*. Neste sentido, estamos de acordo com Fleig (1993), quando nos diz que apesar de não justificar as formas de violência nas quais estamos mergulhados na contemporaneidade, a tese freudiana implica no reconhecimento do fato de estarmos na cultura ser fruto de um ato de violência que recalamos. Recalque este produtor de sintomas, que delineiam os contornos do acontecer social, presentificando-se nas mais diversas e singulares figurações da violência<sup>31</sup> em nosso cotidiano, transformando-a numa espécie de ingrediente próprio da condição humana, no qual o adolescente encontra-se radicalmente capturado.

O mito freudiano “Totem e tabu”<sup>32</sup> situa a herança que possuímos em decorrência de uma horda primitiva da qual somos todos descendentes e que em certa medida circula no imaginário do homem contemporâneo. A referida horda trata-se de um bando de irmãos vivendo sob uma tirania sexual forçada mediante um pai violento, enciumado, que detinha todas as fêmeas para si e expulsava seus filhos à medida que cresciam. Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, unidos, tiveram a coragem e foram bem sucedidos, no que teria sido impossível fazer individualmente, mataram e devoraram o pai, colocando assim, o fim à horda patriarcal. Segundo Freud, o violento pai *primevo* fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos e, pelo ato de devorá-lo, realizam sua identificação com ele. Depois de haverem aplacado seu ódio e realizado sua identificação, entregam-se a manifestações de ternura exagerada, fizeram-no sob a forma de arrependimento experimentando um sentimento de culpa.

---

<sup>31</sup> Marin refere que "O que mais parece assustar o homem contemporâneo é ter que assumir ser violento." (MARIN, 2002, p.20) Segundo a autora a tentativa de negação da violência que é condição de subjetividade pode estar contribuindo para a formação de práticas aniquiladoras como afirmação última de singularidade. Sugere que na medida em que o sujeito assumir o que significa a negação da violência e buscar formas de contato com as representações violentas recalçadas, viabiliza-se a possibilidade de estabelecer relações sociais mais construtivas.

<sup>32</sup>Estamos cientes o quanto este texto foi sensivelmente criticado por filósofos, antropólogos e cientistas sociais, seja por entenderem que ele se baseia numa visão evolucionista da história da humanidade, seja pelas incoerências factuais de suas formulações, tornando-o assim, inconsistente. Entretanto, estamos de acordo com a leitura que Jacques Lacan propõe deste clássico, dizendo-nos que o mito da horda primitiva não deve ser visto como a narrativa de eventos históricos, mas como uma construção, no sentido psicanalítico do mito das origens, situando-o como uma espécie de formulação mítica própria à modernidade. Segundo Lacan, com “Totem e tabu”, Freud demonstrou que no crime primordial origina-se a Lei universal. Além disso, o autor faz uma observação fundamental: “Não importa a que crítica de método esteja sujeito este trabalho, o importante foi que ele reconheceu que com a lei e o crime começa o homem.” (LACAN, 1950, p.132) Diante disso, pode-se dizer que não é o pai que cria a lei, ao contrário, é a lei que institui o pai.

A referência ao mito freudiano, ao apontar que recalcamos um crime originário, do qual somos todos cúmplices, parece-nos fundamental, destacando-se no mínimo dois motivos. Primeiro, possibilita-nos distanciar qualquer noção de autoridade de uma presença real, mostrando-nos que seu poder se constitui na internalização por cada um, sob a forma de culpa e dívida de um crime, levando-o a afirmar: *o morto torna-se mais poderoso do que jamais fora em sua vida*, podendo-se dizer que para Freud o convívio social se dá mediante a internalização e, sobretudo, a manutenção desta autoridade, apresentando-se como referência mínima que dá sustentação subjetiva para um sujeito e viabiliza a organização social através do controle das exigências pulsionais. Segundo, por demarcar que do ponto de vista psicanalítico, existiria uma violência constituinte na qual estamos todos implicados, ou seja, vivenciamos um misto de agentes, vítimas e espectadores<sup>33</sup>.

Em decorrência desta pluralidade de lugares, a violência nos interroga e por vezes nos captura, mostrando-nos que o limiar entre o “fascínio contemplativo e a evitação fóbica” é muito tênue. Conforme ressalta Costa (1995), a mídia de alguma forma percebeu o impacto e o fascínio que a violência produz em cada um de nós, jogando-nos face às bordas deste limiar:

“A mídia sábia no que provoca reserva-lhe o destaque que seu sucesso desperta. Esse sucesso é preciso que enunciemos, esta diretamente relacionado ao gozo que produz. Aqui o gozo – lembrando um modelo proposto por Freud – é o do espectador na fantasia em que uma criança é espancada.” (COSTA, 1995, p.11)

As observações da autora apontam à necessidade de resgatar um outro texto de Freud (1919), de extrema importância, “Uma criança é espancada”. Neste, o autor aponta de forma muito contundente os desdobramentos da posição do sujeito frente às fantasias de espancamento. Para falar desta circulação de lugares, Freud distingue três tempos, quais sejam: 1. Meu pai bate na criança que eu odeio; 2. Meu pai me bate, portanto, meu pai me ama; 3. Uma criança é espancada: não se sabe nem quem bate, nem quem é batido, nem por quê. Segundo Freud, apesar da lembrança de uma criança sendo espancada condensar e deslocar os lugares de agente para vítima e espectador, chama-nos a atenção para o gozo que, freqüentemente, situa-se no lugar do espectador em face da violência. Em contrapartida,

---

<sup>33</sup> Entendemos que de certa forma este posicionamento de Freud já estava presente em suas formulações sobre “A interpretação dos sonhos” (1900), pois o autor preocupa-se em demonstrar que no processo onírico não é possível uma única localização do sujeito no sonho, na medida em que o seu fantasma circula entre todos os personagens de sua criação, ou seja, está pulverizado no desenrolar da trama onírica.

refere que o segundo tempo, aquele do golpe suportado por amor, é totalmente inconsciente e deve ser reconstruído pela análise.

Bergès e Balbo (2002), em “Jogo de posições da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo”, a partir de uma detalhada releitura dos três tempos propostos por Freud, mostram-nos como o desejo da mãe pode se articular ao transitivismo, através da demanda que ela supõe ao seu filho, solicitando-a em seu desejo.

“Num primeiro tempo, uma criança sofre um golpe sem reagir e é uma outra criança que se queixa sem que o tenha sofrido. Esse primeiro tempo do transitivismo é um produto da função materna. Qual? Da função que deve cortar a criança do objeto alucinatório do desejo; há entre um transitivismo necessário porque permite à criança reagir a um objeto real! O segundo tempo, qual é? É aquele pelo qual o ódio, que leva uma criança a obrigar uma outra a sofrer o que não experienciou, reenvia implicitamente ao amor que a mãe não deve ter senão por aquele que transitiva, e não por aquele que deve sofrer, em outros termos, é sempre porque minha mãe me ama que o outro deve sofrer por um golpe do qual ele, todavia, não tinha experimentado nada. Esse amor nos conduz ao transitivismo da mãe: num primeiro tempo, seu filho grita, experencia alguma coisa. Sua mãe, então, por amor, “dá”- lhe fome ou sede, ou pensa nos cuidados; num segundo tempo, ela o nutre, dá-lhe água, cuida dele; num terceiro tempo, a antecipação que ela faz sobre o que a criança experimenta recai sempre sobre a verificação da hipótese que ela tinha feito sobre o que seu filho havia experienciado. O que ela vai exprimir em frases do gênero: “Quando ele grita assim, eu bem sei que é por...” e segue-se imediatamente a hipótese de tal demanda.” (BERGÈS; BALBO, 2002, p.26-27)

Este terceiro tempo, para Bergès e Balbo, é decisivo na constituição psíquica do sujeito. Entretanto, os autores destacam o fato de que este tempo não é de ordem infantil, e sim, materna, na medida em que ele nunca é próprio da criança, ou seja, não se opera de modo reflexivo ou por retorno sobre si mesma – fome, sede, etc. Diante disso, apesar de não haver uma distância tolerável entre o que a mãe antecipa sobre o funcionamento realmente experienciado por seu filho, esse distanciamento<sup>34</sup> existe e seria justamente graças a ele que a mãe jamais responde verdadeiramente à demanda de seu filho; ela não responde senão ao que supõe ser sua demanda.

Outro escrito importante a ser destacado é o célebre texto “Mal estar na cultura”. Neste, Freud (1930) afirma que o sofrimento humano pode ter três origens: a natureza (terremotos, tempestades, etc.); o próprio organismo (as doenças); e por último, o que ele

<sup>34</sup> “Se há necessariamente distanciamento entre o primeiro e o terceiro tempo, esse distanciamento não pode existir no segundo: se existisse, com efeito, colocaria em cheque o transitivismo, uma vez que seguramente invalidaria a hipótese antecipadora da mãe.” (BERGÈS; BALBO, 2002, p.27)

considerava mais intenso e cruel, o homem no convívio com o outro (guerras, exploração, etc.). Diante disso, a referência freudiana nos mostra que pensar a lógica que ordena a violência implica refletir acerca das trocas, dos lugares, das relações de força e poder entre os semelhantes, pois para o autor, a violência em suas múltiplas formas de expressão, seja através de materializações cruentas com grande visibilidade e impacto na opinião pública, seja através de repertórios sutis e silenciosos, diz respeito aos impasses no convívio do homem com o outro.

Como poderemos perceber, os posicionamentos de Freud em relação à violência apontam uma perspectiva eminentemente ética, os quais demarcam uma singularidade da clínica psicanalítica na abordagem deste fenômeno, na medida em que para o autor a violência *subjaz* ao pai. Sendo assim, além de constituinte da psique, ela se apresenta como uma das cruéis formas de lidar com o semelhante, tanto para testar os limites da lei, quanto para interrogar à capacidade de uma comunidade manter-se unida mediante os seus laços de identificação. Diante disso, Freud além de distanciar a violência de uma dimensão irracional, mediante a ingênua leitura de uma suposta condição de animalidade que poderia ordenar os seus atos, demonstra-nos a necessidade de despatologizar o nosso olhar para que possamos dar visibilidade as possíveis racionalidades que ordenam a lógica da destruição, inerente a condição humana.

Isso que nomeamos, anteriormente, de um posicionamento ético de Freud em relação à violência, podemos encontrar de forma muito clara na histórica troca de correspondências<sup>35</sup>, no período entre as duas grandes guerras mundiais, entre dois gênios da história da humanidade: Einstein e Freud, intitulada, “Por quê a guerra?” Os interlocutores, além de demonstrarem-se preocupados com os efeitos nocivos da guerra, questionam-se acerca de outras possibilidades para resolver os impasses dos homens que não implique aderir às armas.

---

<sup>35</sup> Conforme consta na nota do editor inglês do presente texto, em 1931 o Instituto Nacional para a Cooperação Intelectual foi instruído pelo comitê permanente para a literatura e as artes da Liga das Nações a promover trocas de correspondências entre intelectuais de renome a respeito de assuntos destinados a servir aos interesses comuns à Liga das Nações e a vida intelectual, e publicar estas cartas periodicamente. Entre os primeiros que o instituto abordou estava Einstein e foi ele quem sugeriu o nome de Freud. Em agosto, a carta foi enviada e Freud respondeu um mês depois. A correspondência foi publicada em Paris no mês de março, de 1933, em alemão, francês e inglês, simultaneamente, entretanto, a publicação foi proibida na Alemanha. Em 1915, Freud já escrevera um importante artigo sobre a guerra sob o título, “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, apesar de algumas formulações deste texto estarem presentes na correspondência com Einstein, está se encontra fortemente relacionada às idéias presentes em escritos posteriores, tais como: O futuro de uma ilusão (1927) e o Mal estar na cultura (1930).



Einstein, já nas primeiras linhas do seu texto, questiona seu interlocutor: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da guerra?” (FREUD, 1933, p.193) Freud ensaia os primeiros passos de sua resposta analisando as relações entre direito e violência, dizendo-nos que, apesar de atualmente ambos figurarem como antíteses, é fácil mostrar a partir de um retorno às origens primeiras que uma se desenvolveu da outra. Freud se refere à passagem da comunidade mantida pelo pai da horda (Totem e Tabu), mediante o advento da força bruta, advinda de um único indivíduo, o que ele nomeou como o império da violência, à comunidade de irmãos que se unem para contraporem-se a esta violência e assim com a força de um grupo destitui-se o agressor e faz-se valer o estatuto de uma comunidade, o que vem a ser a substituição da força bruta pelos laços de identificação, “a violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é à força de uma comunidade” (FREUD, 1933, p.199). É neste sentido que Freud vai afirmar: “Uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força da violência e as identificações entre os membros.” (FREUD, 1933, p.201)

Desde o início da resposta a Einstein, pode-se perceber que Freud se distancia de qualquer posição moralista em relação à guerra, afirmando que ela esta intrinsecamente relacionada à história da humanidade:

“Um rápido olhar pela história da raça humana revela uma série infindável de conflitos entre uma comunidade e outra, ou diversas outras, entre unidades maiores e menores - entre cidades províncias, raças, nações, impérios -, que quase sempre se formam pela força das armas. Guerras dessa espécie terminam ou pelo sangue ou pelo completo aniquilamento e conquista de uma das partes. É impossível estabelecer qualquer julgamento geral das guerras de conquista.” (FREUD, 1933, p.200)

No transcorrer do texto, podemos perceber que Freud vai gradativamente preparando Einstein para aceitar a impossibilidade de tentar banir absolutamente as pulsões destrutivas dos homens, dizendo-lhe que: “de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens” (FREUD, 1933, p.204), como podemos perceber através da metáfora do moinho, “vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer a farinha.” (FREUD, 1933, p.206)

Procuramos através dos textos freudianos demonstrar que, do ponto de vista psicanalítico, a violência além de constituinte - estando assim tanto na constituição da raça humana quanto no singular processo de subjetivação de cada sujeito – nos faz ter que lidar

incondicionalmente com certo limiar de ‘mal estar’, que marca sensivelmente a forma do homem ser e habitar o mundo. A partir destas referências, fica evidente que para a coletividade poder se operar é preciso que o sujeito se depare com uma perda, com a inviabilidade de sua completude, ou seja, suporte a castração que o atinge face ao acesso absoluto do desejo, um mal estar próprio do humano. Esta, além de ser fundante é ordenadora dos laços sociais, sendo assim, impossível de ser banida, demarcando um buraco, uma falta que impulsiona e sustenta uma dada cultura, impedindo o sujeito de deparar-se com a possibilidade de um gozo pleno, mortífero.

Portanto, ao mesmo tempo em que Freud ao longo do texto insiste na impossibilidade de erradicar as guerras das relações humanas, suspende o escrito de forma muito provocativa, pois convoca-nos a tentar evitá-las a partir da interrogação acerca do que contribui para a manutenção dos laços entre os homens.

“E quanto tempo teremos que esperar até que o restante da humanidade também se torne pacífica? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que estes dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das conseqüências de uma guerra venham a resultar dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou porque atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas, uma coisa podemos dizer: tudo que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.” (FREUD, 1933, p.208)

Freud aponta-nos a necessidade de refletirmos acerca das trocas nas relações entre os homens, pois é o estatuto destas trocas que poderá evitar que os impasses entre os semelhantes encontrem como fim à guerra. Fleig (1993), ao referir que o social se constitui como um sistema de trocas, fala-nos que tanto nas sociedades hierárquicas, ditas primitivas, quanto nas sociedades pretensamente igualitárias, às trocas não são equivalentes. De acordo com esse autor, embora estejamos sempre tentando equilibrar às trocas, não conseguimos, pois se dão de forma não homogênea, na medida em que são sempre díspares. A disparidade nas trocas gera um resíduo - uma “espécie de lixo atômico não reciclável” - um mal estar que talvez mais nos aflija, produzindo uma violência que não é essa violência fundadora.

Então, retomando a questão da existência de uma violência fundadora, na medida em que resolvemos privilegiar em nossa dissertação um capítulo que tratasse especificamente do tema “Violência enquanto constituinte da psique”, justamente por entendermos que esta tese é uma contribuição importantíssima e muito singular da clínica psicanalítica - entendemos que deveríamos contemplar ao menos algumas das clássicas contribuições da psicanalista Pierra

Aulagnier sobre a violência, sobretudo, as formulações presentes no livro: “A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado.”

Aulagnier (1979), a partir de sua vasta experiência clínica e produção escrita entorno da prática psicanalítica com crianças, desenvolve importantes formulações com o objetivo de fundamentar a existência de uma “violência simbólica”, arbitrariamente necessária, na medida em que ela é constituinte da psique. Trata-se do momento ao qual o *infans* será violentado pelo discurso materno, mediante os sentidos que este passa a atribuir em função das hipóteses construídas acerca de suas faltas, suas necessidades e demandas, possibilitando assim a passagem daquilo que inicialmente se apresenta como um complexo organismo ainda não subjetivado para gradativamente, a partir do olhar do outro, esboçar as bordas e as marcas de um corpo, um corpo erógeno. Diante disso, é justamente na medida em que esta mãe reconhece um sujeito, neste outro, que ela passa então a interpretar suas faltas, ofertando-lhe as palavras perante um banho de linguagem, que trans-borda e constitui o seu corpo, antecipando e impondo determinações, retirando-o assim, de uma situação inicial de desamparo radical. Segundo a autora, o caráter violento deste encontro com a alteridade será o agente viabilizador da subjetivação entre dois espaços psíquicos.

A seguir propomos uma passagem do texto que condensa alguns dos elementos desta tese de Aulagnier (1979):

“A palavra materna descarrega um fluxo portador e criador de sentido, que antecipa largamente a capacidade do *infans* de reconhecer e assumir a significação. A mãe aparece como um “Eu falando” ou “Eu falo”, que faz do *infans* o destinatário de um discurso, quando ele é ainda incapaz de apreender sua significação e quando todo “escutado” só pode ser elaborado num material homogêneo à estrutura pictográfica [...] Quando falamos das produções psíquicas da mãe, nos referimos de maneira precisa aos enunciados pelos quais ela fala da criança e à criança. O discurso materno é, portanto, o agente e responsável pelo efeito de antecipação imposto àquele de quem se espera uma resposta que ele é incapaz de fornecer. É também este discurso que ilustra de maneira exemplar o que designamos como conceito de violência primária.” (AULAGNIER, 1979, p.35)

Segundo a autora, a mãe possui o privilégio de ser para o *infans* o enunciador e o mediador privilegiado do “discurso ambiente”, ocupando assim o lugar de um porta-voz<sup>36</sup>,

---

<sup>36</sup> Mais adiante, neste mesmo texto, a autora irá detalhar melhor esta idéia de porta-voz, dizendo-nos: “Este termo define a função atribuída ao discurso da mãe, na estruturação da psique: porta voz no sentido literal do termo, pois é esta voz, que o *infans* deve, desde seu nascimento, o fato de ser incluído num discurso que sucessivamente, comenta, prediz, acalenta o conjunto de suas manifestações, mas porta-voz também no sentido

que tem por função o exercício do efeito antecipador da sua palavra e do sentido que ela veicula. Portanto, o efeito de antecipação do discurso materno que causa a violência primária se manifesta, essencialmente, pela oferta de significação, cujo resultado é fazê-la emitir uma resposta que a mãe formula em lugar do *infans*.

“Chamaremos, então, violência primária à ação psíquica pela qual se impõe à psique de um outro uma escolha, um pensamento ou ação, motivado pelo desejo daquele que o impõe, mas que são, entretanto, apoiados num objeto que para o outro corresponde à categoria do necessário. A violência assegura sua meta, unindo o registro do desejo de um, ao registro da necessidade do outro: ao instrumentar o desejo sobre o objeto de uma necessidade, a violência primária alcança seu objetivo, que é o de convencer a realização do desejo de quem a exerce no objeto demandado por aquele que a sofre. Aparece assim a intricação que a violência estabelece entre os três registros fundamentais que são: o necessário, o desejo, a demanda. Intricação que permite a violência primária de tornar-se irreconhecível, quando ela se apresenta sob a aparência do demandado e do esperado.” (AULAGNIER, 1979, p.38)

Como podemos perceber, o conceito de violência primária está relacionado a uma espécie de antecipação do discurso materno mediante a oferta de significações ao corpo da criança na busca de uma resposta que a própria mãe formula no lugar do filho. Sobre este aspecto, percebemos a importância de retomarmos as formulações de Bèrges e Balbo (2002), pois quando nos falam que “a mãe ao se colocar na posição do filho lhe exprime que ele deveria sentir uma dor, caso contrário ele não a sentirá”, auxiliam-nos através do conceito de transitivismo a compreender o desenrolar desta operação psíquica, fazendo assim avanços consideráveis. A partir desta dor da mãe, dar-se-á a seguinte operação:

“[...] o filho deve então vir à posição de sua mãe para dizer “ai”! Assim, nesta posição que ela acaba de deixar – da qual o filho acaba de desalojá-la, assumindo-a – ele se atribui a hipótese de sua mãe, a fim de tomá-la por sua própria conta. De todo modo ele se coloca na pele de sua mãe - que disse “ai!” quando não havia sentido nada; em suma, ele não toma somente a hipótese de sua mãe por sua própria conta, mas também a ratifica. Identificando seu “ai!” ao de sua mãe, ele autentica o dizer dela.” (BERGÈS; BALBO, 2002, p.23)

---

de delegado, de representante de uma ordem exterior, cujo discurso enunciam ao *infans* suas leis e exigências. O discurso efetivo da mãe como portador de significação.” (AULAGNIER, 1979, p.108)

Portanto, de acordo com estes autores, a condição de ignorância desta mãe é que lhe possibilita “transitar”<sup>37</sup>, pois ao fazer uma hipótese de uma demanda em seu filho, ela necessariamente se apresenta como “não-toda”, situando assim, a sua condição de castrada. Por essa única hipótese, a criança se constitui como sujeito. Diante disso, podemos dizer que a “mãe que transita”<sup>38</sup> primeiro dá as palavras ao seu filho, para depois lhe dar então o direito ao exercício da palavra.

Em relação às teses dos autores, apontadas até o presente neste tópico, percebemos a necessidade de registrarmos um intenso contraponto em relação à noção de violência simbólica apresentada, presente na leitura que realizamos do livro de Jurandir Freire Costa (1986), “Violência e psicanálise”, reconhecida pelos pesquisadores do tema como uma importante referência nesta temática. Costa, além de apontar a precária atenção que a própria teoria psicanalítica dedica ao assunto, seja pelo “lacanismo teórico dos autores”, seja pela maneira evasiva e obscura com que se exprimem, refere que “o uso do termo violência em psicanálise continua sendo confuso, impreciso e às vezes, claramente estapafúrdio.” (COSTA, 1986, p.10) Segundo o autor, a psicanálise foi levada a renunciar o seu potencial crítico diante da violência. Tal rendição é consequência tanto da penúria de reflexão sobre o tema, quanto das questionáveis leituras realizadas de certos complexos teóricos da obra de Freud.

“Três tópicos da teoria freudiana prestam-se a interpretações legitimadoras do papel da violência como fato inaugural ou essencial do psiquismo: a teoria do trauma infantil, em particular, o trauma de sedução, a teoria da pulsão de morte e o estudo sobre Totem e tabu, com seus correlatos

<sup>37</sup> Em um outro texto de Bergès e Balbo (2003): “Há um infantil da psicose”? Bergès irá nos mostrar de maneira muito linda e clara que quando a mãe não transita, em casos de autismo e psicose, o sujeito “fabricará” o seu próprio transitivismo. Vejamos esta passagem do texto: “No caso do transitivismo psicótico clássico, aquele que grita “ai!” porque uma mulher bate um tapete numa janela que dá para uma praça, e que toma esses golpes como sendo dados em seu próprio corpo por alguém; esse transitivismo psicótico é uma tentativa de introduzir transitivismo, como se essa fosse a única transitividade possível para o psicótico.” (BERGÈS; BALBO, 2003, p. 44)

<sup>38</sup> Vejamos o detalhamento da operação proposto pelos autores, bem como, as consequências para a criança quando a mãe se coloca no lugar de saber absoluto: “Quando a mãe faz uma hipótese para transitar, ela faz a hipótese de um saber no filho. Assim fazendo, ela é o agente desse saber; o que a coloca, segundo os conceitos de Lacan, na posição de significante mestre  $S_1$  no lugar do Outro. Quando o filho faz uma demanda a partir da hipótese de sua mãe, ele formula sua demanda a partir desse saber hipotético, saber que é evidentemente não-sabido por ele, que é portanto o que se denomina, em termos lacanianos,  $S_2$ , ele também colocado no lugar do grande Outro. Mas o filho, identificando-se à hipótese de sua mãe, está também, e do mesmo modo que ela, na posição de  $S_1$ , quer dizer que ele é ao menos o agente da demanda que formula à mãe. Se a mãe é uma “mãe sabedora”, a que não ocorre a idéia de fazer a hipótese de um saber em seu filho porque ela sabe tudo, ela reduz sua criança a não ser senão um objeto para ela, objeto que Lacan nomeia  $a$ , e que situa na posição do que tomba como dejetado de um saber, como o que lhe é exterior e estrangeiro. Vê-se bem então que essa criança objeto  $a$  vai ser dividida e o será de um saber ao qual ela não deverá ter acesso, porque esse saber é propriedade única de sua mãe.” (BERGÈS; BALBO, 2002, p.35)

teóricos, que são o tabu do incesto e o mito do parricídio primordial. Naturalmente, o problema da violência em Freud, não se esgota nestes tópicos. Mas é indubitável que eles contêm o essencial da teoria psicanalítica sobre o tema.” (COSTA, 1986, p.15)

De acordo com o autor, a teoria do trauma infantil seria o primeiro suporte da noção de violência, como elemento fundador do psiquismo, tendo em vista uma espécie de dom excessivo que se antecipa à solicitação, materializada na oferta de sentido feita em nome daquilo que o adulto deseja e imagina que a criança deseja, invadindo o mundo interno infantil, como um corpo estranho. Diante disso, na medida em que este excesso não pode ser simbolizado psiquicamente, passa a ser vivido como violento, o que de certa maneira situa que o desejo dos pais, embora necessário e inevitável, é sempre violentador. Segundo Costa, estas afirmações, sobretudo, elucidadas nas teses de Ferenczi e Aulagnier - estas apresentadas anteriormente -, “revelam-se frágeis quando submetidas ao teste de coerência teórico-clínica”:

“A objeção principal a estas explicações diz respeito a noção de violência. Embora sem explicitar, é evidente que os autores têm como base de suas afirmações a noção de violência, em sua clássica versão aristotélica, ou seja, violência como a qualidade do movimento que impede as coisas de seguirem seu movimento natural.”(COSTA, 1986, p.16)

Para Costa, só assim pode-se entender que linguagem, desejo ou sexualidade do adulto violentem o psiquismo infantil:

“É porque os autores partem do postulado de uma suposta naturalidade do psiquismo infantil, que segue um curso supostamente natural, que podem qualificar de violenta a ação do ambiente ou do mundo externo sobre o psiquismo. No entanto, tal argumento contradiz a visão psicanalítica, que define o psiquismo como um fato cultura. Antes da intervenção da sexualidade, linguagem ou desejo do outro não há psiquismo. Com boa vontade, poderíamos admitir que, no quadro da definição aristotélica, que os instintos do filhote do homem são violentados pela ação humana, jamais o psiquismo. Sendo um fenômeno da cultura e não da natureza não se pode atribuir ao psiquismo um hipotético rumo natural independente da cultura.” (COSTA, 1986, p.16)

Segundo Costa, a lógica deste argumento não se sustenta, pois aceitar suas premissas implicaria em negar as premissas da teoria psicanalítica, nas quais o próprio argumento teria sua origem, dizendo-nos que é contraditório admitir ao mesmo tempo, uma noção de psiquismo como produto da interação cultural e uma noção de violência que pressupõe a

naturalidade deste psiquismo. Segundo o autor este tipo de raciocínio visa à reiteração da idéia de que a cultura, como o psiquismo, só existe pela ação de violência, o que segundo ele se tornou “um hábito mental dos psicanalistas”, tanto mais difícil de ser criticado quanto é partilhado por alguns dos pensadores<sup>39</sup> mais lúcidos da cultura contemporânea.

Portanto, procuramos neste tópico demonstrar a força que a teorização acerca da violência possui na obra freudiana, assim como, na formulação de seus conceitos fundamentais. Como podemos perceber, Freud e seus seguidores convocam-nos a escutar tanto a violência que nos constitui, quanto às violências que constituímos cotidianamente, a partir do lugar que situamos o outro em nosso discurso, ou seja, os nossos endereçamentos ao semelhante podem evidenciar a violência que habita em cada um de nós.

Endo (2005), no livro “A violência no coração da cidade”, através de uma detalhada pesquisa acerca do tema da violência na obra de Freud, expressa com muita legitimidade e contundência o que de alguma forma tentamos nos aproximar.

“As diferenças que Freud esclarece entre agressividade, sadismo, destruição, dominação, morte, masoquismo, sofrimento, trauma, dor, falam de uma obra que reconheceu nas violências um dos núcleos de sua estruturação teórica; que as percebeu em sua pluralidade e não abdicou delas em nome de uma universalização explicativa que as ordenasse cabalmente[...] Freud sabia da impossibilidade de universalizar ou capturar o fenômeno da violência numa hipótese ou conceito real, e quando poderia fazê-lo, na segunda teoria das pulsões, optou por nomeá-lo em sua forma paradoxal e extensa – pulsão de morte – na qual a violência é acompanhada de inércia e imprecisão, inscrita num movimento vital paradoxal, visíveis sob formas infinitamente variáveis.

Isso, longe de colocar as violências no pensamento freudiano ao lado do imponderável, ao contrário, remete-nos à tarefa de uma reflexão contínua que deve se exercer sobre a experiência excessiva. É o que indica para a psicanálise o caráter incapturável das violências, a tarefa de compreendê-las continuamente como forma de não sucumbir a elas.” (ENDO, 2005, p.217)

---

<sup>39</sup> Costa faz referência a Bourdieu e Passeron no trabalho sobre a “Reprodução”, justamente por abordarem “a violência simbólica de toda ação pedagógica”, pois segundo eles, na medida em que há seleção arbitrária de significações, pode-se dizer que todo ato de reprodução cultural é simbolicamente violento. Quanto à violência na imposição da ordem cultural, destaca-se também, a contribuição de René Girard presente no clássico: “Violência e o sagrado”, o qual o autor nos mostra que a dimensão do sagrado é oriunda da violência de um sacrifício.

#### 4.4 PAI... ESTOU AQUI! UM GRITO DE SOCORRO QUE EVIDENCIA A FIXAÇÃO NO TERCEIRO TEMPO DO CIRCUITO PULSIONAL PROPOSTO POR FREUD

Neste tópico apresentaremos algumas formulações de Sigmund Freud acerca da constituição do circuito pulsional e de Jacques Lacan sobre o Estádio do Espelho. Nosso propósito busca, inicialmente, problematizar a constituição psíquica do sujeito e, posteriormente, do ponto de vista metapsicológico, apontar que nos casos de adolescentes em situação de conflito com a lei, constata-se uma espécie de fixação no terceiro tempo deste circuito pulsional: *se fazer ver*, causando assim, uma espécie de “pane na reedição do estádio do espelho” na adolescência, na medida em que o jovem infrator através do seu ato busca, incessantemente, o testemunho do outro.

João Batista Ferreira (1996), ao refletir em torno da questão do olhar na constituição do sujeito, lembra-nos que “Javé olhou o ato de sua criação e disse que era bom”. O olhar, enquanto ato, é descrito desde a metapsicologia como ação pulsional, um ato que faz uma curva de início e fim, finalizando-se em sua singularidade simbólica. Diante disso, faz-se necessário refletirmos em torno da função do olhar no ato de criação, para que possamos compreender a importância da dimensão do campo do olhar no processo de constituição do *eu*. Sendo ele, tanto a possibilidade de uma possível estruturação, como também, por sua falha, inviabiliza a inscrição de um sujeito em uma dada cultura, frequentemente presente em casos de autismo, por exemplo.

O enunciado que atesta o ato de criação “Javé olhou o ato de sua criação e disse que era bom”, implica o movimento do olhar e conseqüentemente o da fala. Neste sentido, apresenta-nos duas ações, quais sejam, o olhar e o dizer, ações essas que, segundo Lacan (1979), em “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, implicam as duas pulsões estruturantes do psiquismo, a pulsão escópica e a pulsão invocante. Pulsões em que, através do seu constante processo de enlace de uma na outra, tornam-se constituintes da subjetividade. Entretanto, a partir desta constatação, poderíamos formular as seguintes questões: o que temos de transicional entre o olhar e o dizer? E ainda, o que faria esta transição para que o permanente processo de enlace pulsional se efetive? Creio que, frente a tais interrogações, é pertinente retomarmos o conceito freudiano de Pulsão (*trieb*), através de suas formulações em “As pulsões e seus destinos”, objetivando identificar os elementos que a compõem e as possíveis vicissitudes que envolvem o circuito pulsional proposto por Freud.



Retornar ao texto freudiano das pulsões implica reconhecer a inquietação do próprio autor em torno da questão, pois apesar de delegar à pulsão o estatuto de um conceito fundamental da psicanálise, chama a nossa atenção para o seu inerente caráter de complexidade e obscurantismo. Freud, permanentemente, nos lembra que a finalidade de todas as pulsões é a satisfação, ainda que em sua inseparável parcialidade. Desde então, ele faz uma espécie de distinção do plano instintivo, subvertendo o registro biologicista, pois, ao mesmo tempo em que acentua a necessidade do apoio da pulsão na função fisiológica, lembra-nos que é preciso subverter o órgão de apoio, para que ocorra a inscrição do corpo erógeno. Isto é presente em Freud, no instante em que nos diz que a pulsão faz um movimento, ou seja, um circuito. Um circuito constante para além do dar conta das necessidades vitais de um simples organismo, na medida em que viabiliza a passagem deste para um corpo, um corpo erógeno, isto é, desejante.

Neste circuito, Freud (1915) aponta-nos os cinco destinos da pulsão (*o recalçamento, a sublimação, a reversão em seu contrário, e a passagem da atividade a passividade e o retorno em direção ao próprio eu*), e os quatro elementos que a compõem (*pressão, finalidade, objeto e fonte*). Em se tratando dos destinos, mostra-nos a forma como a pulsão se organiza para atingir sua finalidade, ou seja, a satisfação. Quanto aos elementos que compõem o circuito pulsional destaca: *a pressão* (der Drang), sendo esta uma característica de todas as pulsões em sua própria essência, dotada de um ritmo que imprime uma quantidade de força; *a finalidade* (die Ziel), que objetiva unicamente a satisfação, sendo assim, sua finalidade é imutável, apesar de percorrer diferentes caminhos para atingi-la; o *objeto* (das Objekt), a coisa em relação à qual a pulsão é capaz de atingir a sua finalidade, caracterizando-se como aquilo que há de mais variável numa pulsão e originalmente não está ligada a ele, sendo assim, apenas um veículo, justamente porque o objeto em si é indiferente, na medida em que não visa a satisfação de uma necessidade e sim uma satisfação pulsional; e por fim, *a fonte* (Quelle) como sendo um processo somático, que ocorre num órgão do corpo e possui uma representatividade na vida psíquica, através de sua finalidade, caracterizando-se por um espaço onde a pulsão possa se enlaçar, produzindo um investimento erógeno (polegar, bico do seio, etc...).

Sobre os tempos da pulsão Freud refere:

“ a) O olhar como uma atividade dirigida para um objeto estranho. b) O desistir do objeto e dirigir a pulsão escopofílica para uma parte do próprio corpo do sujeito, com isso a reversão no sentido de passividade e o estabelecimento de uma nova finalidade - a de ser olhado. c) A introdução de

um novo sujeito diante do qual a pessoa se exhibe a fim de ser olhado por ele.” (FREUD, 1915, p.132)

Logo, é somente a partir desta introdução de um novo sujeito, onde através do movimento de olhar e ser olhado surge um terceiro momento que anuncia um testemunho, constituindo o sujeito pulsional, fazendo então, o fechamento do circuito, através da sobreposição do corpo erógeno sobre o biológico. Portanto, é somente a partir destes três tempos da pulsão que se torna possível a constituição do sujeito inconsciente na medida em que atinge a dimensão do Outro que o constitui.

Fleig (1999), em seu texto *O corpo, o gozo e o circuito pulsional*, lembra-nos que o circuito pulsional se faz através de um percurso de vai e vem, com a reversão/circulação (Verkehrung), implicando três momentos: *o momento de poder enlaçar algo que é exterior ao organismo, poder voltar ao organismo e haver um outro que testemunhe isto*. Assim, o circuito vai do momento ativo (enlaçar algo fora), passa pelo reflexivo (toma como objeto uma parte de seu corpo) e se fecha no momento em que *o sujeito se faz ver, se faz perceber pelo outro*.

Esses três momentos, que constituem a pulsão escopofílica, torna-se um veículo através do qual poderemos entender melhor este movimento do ato do olhar, que foi descrito pela metapsicologia através dos três tempos da pulsão escopofílica: *o olhar, o olhar-se e o se fazer olhar*. Olhar enquanto ato que surge na atividade e que precede o ser olhado, ou seja, movimento onde a atividade precede a passividade no circuito pulsional, constituindo seu fim somente com o testemunho do Outro, este que demarca a entrada de um novo sujeito, fechando então o circuito, momento em que o olhar passa a se apresentar em sua singularidade simbólica.

Em se tratando de um testemunho que, anuncia a origem da alma humana, não poderíamos deixar de destacar o célebre texto de Lacan (1949), “O estádio do espelho como formador da função do [EU] tal como nos revela a experiência analítica”. Origem do humano pois aí se opera logicamente a assunção do *eu*, através do “espírito santo da linguagem”, ou seja, para Lacan o advento do sujeito só é possível se dar no campo do Outro.

Lacan percebeu que a criança, entre os seis e dezoito meses, passa a se organizar em torno de uma representação primordial do eu, na medida em que se constrói o eu do narcisismo, o qual para Lacan é o verdadeiro *eu*, concebendo-o como o *eu* que se forma na subjetividade, enquanto que o *ego* das funções situa-se nas relações com a realidade. É neste sentido que o autor vai romper com o modelo determinista

mecanicista, alicerçado numa perspectiva puramente cronológica, justamente por não conceber o eu como centrado no sistema perceptivo/consciente, organizado pelo princípio da realidade e regulado, exclusivamente, por um processo de maturação neurológica.

Lacan vai adentrar o terreno da lógica e afirmar que existe uma ordenação da assunção da imagem especular que não se limita num processo objetivo de maturação do *s.n.c.*, apontando outra coisa que ocorre entre a criança e a tela refletora do outro, ou seja, o brilho do seu olhar, sendo este o verdadeiro espelho. O outro aí passa a ser a metáfora do espelho, ao passo que a assunção da imagem especular depende do fato da criança se ver refletida no espelho da mãe, ou melhor, desta que exerce a função materna. Esta que, ao refletir à criança uma imagem de si, passa a constituí-la enquanto sujeito, pois a criança que, até então, encontrava-se na posição de relação com a imagem fragmentada de seu corpo, passa a partir do olhar do outro, a constituir uma imagem unificada do seu próprio corpo, reconhecido no espelho e autenticada pela mãe.

“Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem – cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*. A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.” (LACAN, 1949, p.97)

Segundo Lacan, para a criança poder se apropriar de sua *imago* é preciso que o Outro tenha especularizado-a enquanto tal, nomeado e tomando o corpo do *infans* em sua própria economia subjetiva, justamente porque a constituição do *eu* só é possível mediante um fenômeno inaugural, que faz “todo o saber humano bascular para a mediatização do desejo do outro.” (LACAN, 1949, p.101) Então, é a partir da identificação com a imagem do semelhante, através da intermediação deste outro que o sujeito se constitui, pois conforme ressalta o autor: o sujeito se constitui a partir do Outro. Esta formulação, possivelmente, permitiu Lacan dizer que a criança vai descobrir seu desejo no campo do Outro. Então, o que

nós desejamos não é o outro, e sim, sermos desejado pelo outro, pois nós nos constituímos como objeto do desejo no campo do Outro<sup>40</sup>.

A prática clínica com adolescentes em conflito com a lei, leva-nos a interrogar sensivelmente as frágeis relações entre pulsão e imago. Isto nos faz pensar na possibilidade de ter ocorrido uma fixação no terceiro tempo da pulsão, face ao apagamento do brilho do outro enquanto testemunho do fechamento do circuito pulsional. O que, por sua vez, pode ocasionar uma fragilidade da potência fálica do pai real, materializada através da permanente desautorização deste e a busca insaciável de reconhecimento, mediante a forçagem de um brilho qualquer no campo do outro. Entendemos que esta fixação, no terceiro tempo do circuito pulsional, terá sérias implicações na sua imagem especular, na medida em que o testemunho do outro fracassou, jogando-lhe numa busca desesperada de reconhecimento. É neste sentido que o adolescente em conflito com a lei está em busca de um espelho qualquer que possa lhe devolver uma imagem de si. Sua angústia implacável só parece encontrar descanso quando encontra alguém que possa lhe fazer o favor de minimamente testemunhar o seu padecimento, ou seja, alguém que possa juntar os cacos de um espelho estilhaçado e identificar uma imago, o que não raras vezes ele encontra na presença do juiz, do policial, dos colegas de detenção, e até mesmo do doutor que costura os pontos de seu corpo.

É neste sentido que o adolescente em conflito com a lei vai escancarar a fragilidade simbólica das instâncias simbólicas:

"Quando as estruturas da sociedade se tornam reais, o poder é, então, figurado na sua representação real e inclusive policial. O objeto mesmo, o objeto que conta, cessa de ser simbólico para tornar-se nada mais que um objeto real. O pai vai assim estar privado de todas as suas incidências simbólicas para valer somente em sua realidade." (MELMAN, 1992, p.47)

#### 4.5 A DELINQUÊNCIA ENQUANTO BUSCA DESESPERADA DO BRILHO NO OLHAR DO OUTRO

---

<sup>40</sup> Lacan ao retomar "O estádio do espelho" no seminário "Os escritos técnicos de Freud", nos diz "Essa imagem de si, o sujeito a reencontrará sem cessar como o quadro mesmo das suas categorias, da sua apreensão do mundo – objeto, e isso, por intermédio do outro. É no outro que ele reencontrará sempre o seu eu-ideal, donde se desenvolve a dialética das suas relações ao outro." (LACAN, 1953, p.321)

“O olhar não se situa simplesmente ao nível dos olhos. Os olhos podem muito bem não aparecer, estar mascarados. O olhar não é forçosamente a face do nosso semelhante, mas também a janela atrás da qual supomos que ele nos espia. É um *x*, o objeto diante do qual o sujeito se torna objeto.” (LACAN, 1953, p.251)

Neste tópico, apontaremos que o jovem infrator através de atos delinquentes busca “desalojar as coisas”, sobretudo, o estatuto do seu lugar na sociedade. Neste sentido, o adolescente em conflito com a lei, além de interrogar a sociedade capitalista, marcada por profundas desigualdades sociais, através da busca de reconhecimento, autonomia e visibilidade social, requer desesperadamente o brilho no olhar do outro. Como poderemos perceber, através dos relatos de casos clínicos, independente de estarem situados numa condição social, econômica e cultural mais ou menos privilegiada, estes adolescentes buscam incessantemente e, desenfreadamente, uma espécie de testemunho do olhar.

Nossa hipótese é que isto ocorre porque o olhar paterno se encontra sensivelmente ofuscado, em face da radical fragilidade de responder deste lugar, levando o adolescente em conflito com a lei a supor que o ponto ao qual este outro o espia, requer a sua perda. Esta nos parece a tragédia especular pela qual estes adolescentes estão encurralados, a saber, supor que do olhar paterno recai insígnia de morte. Nas entrevistas com os pais destes adolescentes, perceberemos o receio acerca do potencial destrutivo do filho e, em função disto, eles jogam estes filhos no desamparo.

Lacan (1953), ao abordar novamente a questão do olhar neste mesmo seminário, o que nos parece muito pertinente nestes casos, retoma a problemática do olhar a partir da lógica da guerra.

“É a guerra. Avanço na planície, e suponho-me sobre um olhar que me espia. Se eu o suponho, não é tanto que tema qualquer manifestação do meu inimigo, qualquer ataque, porque logo a situação se distende e eu sei com quem tenho a ver. O que mais me importa é saber o que o outro imagina, detecta de minhas intenções, de mim que avanço, porque é preciso que eu lhe oculte meus movimentos. Trata-se de uma astúcia. É nesse plano que se sustenta a dialética do olhar. O que conta não é que o outro veja onde estou, é que veja aonde vou, quer dizer, muito exatamente, que veja aonde não estou. Em toda a análise da relação intersubjetiva, o essencial não é o que está ali, o que é visto. O que a estrutura, é o que não está ali.” (LACAN, 1953, p.255)

Desde o início dos atendimentos destes adolescentes, freqüentemente testemunhamos alguns posicionamentos dos pais, em relação ao lugar que seus filhos ocupam nos discursos destes. Num primeiro momento, estes nos pareciam aparentemente contraditórios. Entretanto,

no transcorrer do trabalho clínico, constatamos que a aparente contradição produz um mesmo destino, a saber: jogam-lhes num sentimento de profundo e radical desamparo. De um lado, inúmeras vezes escutamos alguns pais referirem a quase absoluta incapacidade de reconhecer um saber próprio acerca do que se passa com o seu filho, materializada no seguinte enunciado: "prefiro não fazer nada senão as coisas pioram". Delegando a quaisquer outros (juízes, assistentes sociais, psicanalistas, educadores, etc), a possibilidade de lidar com os impasses, tanto da turbulência da adolescência vivenciada pelo filho, quanto a impor limites diante a fragilidade de simbolização das leis que regem o seu precário convívio social. Em outras situações, evidenciava-se um discurso onde a truculência parecia se apresentar como única saída possível para lidar com os atos dos filhos: "eu bato e castigo, porque se não fizer isto, amanhã ele pode matar qualquer um". Percebe-se também, em alguns casos, uma espécie de cumplicidade dos pais em relação aos delitos de seus filhos, representados ora através da negação da gravidade do ato cometido, ora pela incapacidade de reconhecer o seu filho como autor e responsável pelo dano causado a si mesmo, enquanto sujeito, e à sociedade, a qual, permanentemente, busca "desalojar".

Seja através da impossibilidade de minimamente conter os ímpetos de violência, decorrentes da conjunção da passagem à adolescência e a fragilidade de simbolização da lei, seja mediante a imposição da violência física, como tentativa de suportar o que se passa com as fraturas da relação do filho com a lei, assim como, em função da incapacidade de reconhecer a gravidade e a autoria do ato infrator cometido pelo filho, estes discursos denunciam a fragilidade simbólica dos pais em lidar e servir de continência frente aos impasses de seus filhos, no convívio social. Isto nos leva a pensar numa precariedade destes pais frente as suas próprias capacidades de relação e transmissão da lei. De uma forma ou de outra o que esta endereçado a estes filhos são insígnias de morte, e é justamente estes endereçamentos que, paradoxalmente, farão estes jovens desafiar a morte como uma precária e desesperada tentativa de manterem-se vivos.

Conforme já mencionamos no primeiro capítulo, os três adolescentes acompanhados nesta pesquisa, marcados por uma história com diversos atos de agressão e violência, apesar do uso freqüente da força física, do desafio constante dos limites da lei, assim como, da necessidade de legitimar os seus poderes de destruição, evidenciavam suas fragilidades, através da constante posição de angústia, mediante a radicalidade de uma condição de desamparo que pareciam estar jogados, seja pelo contexto familiar que estavam submetidos, seja em relação as suas contingências sociais. Neste sentido, novamente trazemos aqui uma passagem do texto de Marin, pois estamos de acordo com a leitura que a autora realiza do

texto freudiano, quando refere que, submetido a um desamparo radical, “os sujeitos podem cometer atos violentos, destrutivos quando expostos ao desamparo na busca desesperada de preservação de um Eu.” (MARIN, 2002, p.48)

Partindo deste pressuposto, formulamos a hipótese que a violência na adolescência pode ser lida como uma resposta frente à angústia e o desamparo que os adolescentes estão confrontados, pois de um lado evidenciam sua condição mediante a fragilidade de uma função paterna, que se encontra impossibilitada de nomear e servir de continência, frente aos impasses subjetivos decorrentes do processo *adolescens*, quanto em conter e impor limites aos excessos pulsionais e ímpetos de violência, decorrentes deste processo de passagem; de outro, os adolescentes denunciam estarem jogados na solitária rede do individualismo contemporâneo, no qual ao mesmo tempo em que parecem encarnar os ideais narcísicos, materializando um "ideal social moderno" (CALLIGARIS, 2000), por representarem uma espécie de "estética juvenil globalizada" (DIÓGENES, 1998), demonstram a angústia frente ao desejo de busca de reconhecimento e autonomia.

Ocorre que esta angústia e busca de reconhecimento faz o adolescente tencionar as bordas da lei, situando-o numa lógica desesperada para fisgar uma espécie de brilho qualquer no olhar do outro, pois o adolescente em situação de conflito com a lei vai evidenciar, como mencionamos no capítulo anterior, uma fixação no terceiro tempo do circuito pulsional proposto por Freud, em “As pulsões e os destinos das pulsões”, a saber, *se fazer ver*. Certamente, após esta hipótese, de imediato pode surgir a seguinte questão: quais seriam os fatores que contribuem para esta imperiosa necessidade de *se fazer ver* a qualquer custo?

No decorrer de nosso trabalho, percebíamos uma espécie de culpabilização que os adolescentes infratores pareciam atribuir a si mesmos, seja pela fragilidade da posição paterna que insistia em jogá-los num profundo sentimento de abandono, seja pelo sentimento de exclusão tanto em relação as suas possibilidades de consumo, quanto das suas condições mínimas do exercício de sua cidadania. Isto nos levou a pensar que talvez seja justamente este sentimento de abandono que fará o jovem, em conflito com a lei, ficar jogado numa frenética busca deste olhar que faça brilho, ou seja, o que está em causa é simplesmente fisgar um olhar que enxergue e testemunhe minimamente a sua condição de desamparo.

Ocorre que este brilho, que nossos adolescentes tanto buscam, parece-lhes permanentemente, evanescente, pulverizado e indiferenciado no social, podendo ser todo mundo e ninguém ao mesmo tempo. Aparentemente, pouco importa de que lugar advém este olhar, pois o que importa mesmo é simplesmente atestar as insígnias que ele supõe que o outro o endereça: insígnias de morte. É justamente por isso que suas incansáveis buscas os

defrontam com um horizonte que tende a se dissipar constantemente, restando-lhes o arrombamento, a violação, a captura, ou seja, um verdadeiro “vale tudo” desesperado, como tentativa de testar todas as possibilidades para apreender este olhar.

Estes elementos nos fizeram atentar para uma importante observação de Freud (1923), presente no texto “O eu e o isso”, pois, como mencionamos anteriormente na introdução, entendermos que ele faz um giro na lógica que ordena a compreensão de muitos de nós acerca da relação do sujeito com o ato criminoso. Retomemos então esta passagem:

“Em muitos criminosos, especialmente nos principiantes, é possível detectar um sentimento de culpa poderoso, que existia antes do crime, e portanto, não é o seu resultado, mas o seu motivo. É como se fosse um alívio poder ligar este sentimento inconsciente da culpa a algo real e imediato.” (FREUD, 1923, p.65)

Apesar desta proposição da existência de um “sentimento inconsciente de culpa” ter sido revista por Freud em 1924 no texto “O problema econômico do masoquismo”, onde o autor vai nos falar de que seria mais prudente abandonarmos este termo, pois ele é logicamente incorreto e, em vez disto, falarmos de “necessidade de punição”, entendemos que a estrutura lógica da tese, de alguma forma, mantém-se, na medida em que a necessidade de punição se dá em decorrência da culpa.

“Os pacientes não acreditam facilmente em nós quando lhes falamos sobre o sentimento inconsciente de culpa. Já sabem demais porque tormentos — as dores da consciência — se expressam um sentimento consciente de culpa, uma consciência de culpa e, portanto, não podem admitir que possam abrigar em si mesmos impulsos exatamente análogos, sem estarem no mínimo conscientes deles. Até certo ponto, penso eu, podemos enfrentar sua objeção se abandonarmos o termo ‘sentimento inconsciente de culpa’, que, de qualquer modo, é psicologicamente incorreto, e falarmos, em vez disso, de uma ‘necessidade de punição’, que abrange o estado de coisas observado de modo igualmente apropriado. Não podemos, porém, impedir-nos de julgar e localizar esse sentimento inconsciente de culpa do mesmo modo como fazemos com o tipo consciente.” (FREUD, 1924, p.184)

É justamente em função da necessidade de punição que a delinquência se apresenta como uma via possível para encontrar um naco de olhar a qualquer preço, o que na maioria das vezes advém da instituição, quer seja policial, quer seja jurídica, ou até mesmo, hospitalar. O que importa, conforme ressalta Rassial, é à busca de mudança estrutural de lugar que as



instâncias paternas e sociais não simbolizam, ou seja, o que esta em questão é a saída do olhar ofuscado, para a busca de um testemunho.

Segundo Lacan, em “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, “nem o crime nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica.” (LACAN, 1950, p.128) De acordo com o autor, não haveria sociedade que não comporte uma lei, seja ela tradicional ou escrita, de costume ou de direito e, tampouco, existiria uma sociedade em que não apareça no grupo todos os graus de transgressão que definem o crime. Diante disso, se ato criminoso está circunscrito num ordenamento simbólico, ele busca então um testemunho do olhar do outro. É neste sentido que entendemos a inquietante afirmação de Lacan, quando analisa o simbolismo presente no crime, dizendo-nos que “a psicanálise soluciona um dilema da teoria criminológica: ao irrealizar o crime, ela não desumaniza o criminoso.” (LACAN, 1950, p.137) As construções de Lacan nos mostram que é pela transferência que a psicanálise dá acesso ao mundo imaginário<sup>41</sup> do criminoso, que pode ser para ele a porta aberta para o real. A partir destas importantes formulações, Lacan apresenta uma tese que nos parece central em nossas reflexões tanto no que diz respeito às tentativas de entendimento do que se passa no ato delinqüente, quanto em nossas reflexões acerca das possibilidades de direção de tratamento, a saber:

“As estruturas da sociedade são simbólicas; o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; na medida em que é psicopata, exprimi-as por condutas simbólicas.” (LACAN, 1950, p.134)

Charles Melman, na esteira das formulações lacanianas, propõe pensar a delinqüência enquanto resposta "a um declínio da função paterna que lança todos na procura de improváveis atos simbólicos." (MELMAN, 1992, p.11) Esta procura joga o sujeito a testar os limites do real, no qual o objeto em si não esta em questão, apenas a sua possibilidade de ser violado, raptado.

---

<sup>41</sup>Neste mesmo texto Lacan analisa uma passagem do histórico julgamento de “Nuremberg” para abordar o tema do imaginário considerando a especificidade da transferência do criminoso em relação à figura do juiz. “Observe-se aqui a manifestação, espontânea dessa mola na conduta do criminoso e a transferência que tende a se produzir para a pessoa de seu juiz, da qual seria fácil colher provas. Citemos apenas, pela beleza do fato, as confidências do chamado Frank ao psiquiatra Gilbert, encarregado da boa apresentação dos réus no processo de Nuremberg: esse Maquiavel derrisório, e neurótico a tal ponto que a ordem insensata do fascismo confiou-lhe suas grandes obras, sentia o remorso agitar sua alma ante a simples aparência de dignidade encarnada na figura de seus juízes, particularmente a do juiz inglês, “tão elegante”, em suas palavras.” (LACAN, 1950, p.137)

"O que caracteriza a delinqüência é que o acesso ao objeto é organizado não pelo símbolo, que é o quinhão comum de todos os neuróticos, mas pela apreensão, pelo rapto, pela violação. É preciso desenvolver esta observação notando que não é somente o acesso ao objeto que se encontra assim particularizado na delinqüência, mas o objeto mesmo não parece tomar seu preço senão justamente à condição de ser raptado. Em outras palavras, o que faz seu preço não é o seu valor venal." (MELMAN, 1992, p.42)

Segundo Melman, as condutas do delinqüente são simbólicas de uma falta essencial de acesso a este objeto que comanda o gozo, isto é, o falo. Ora, seria então a falta de tomada pela ordem simbólica, na medida em que esta dá acesso a este objeto essencial, que não deixa ao delinqüente outro recurso senão o do rapto, da apreensão violenta, da violação. Mesmo porque de acordo com esse autor, não há outra maneira de entrar em relação com o falo, de detê-lo, de possuir dele uma parte, vislumbrando potencializar a sua virilidade. Em última instância, para Melman a causa da delinqüência se dá na falta de reconhecimento simbólico do *Nome-do-Pai*, na medida em que *delinquo* quer dizer: faltar com seus deveres; e *linquo* é deixar cair, abandonar. É neste sentido que o delinqüente demonstra, através dos seus atos, a falta com o dever para com ele, ou seja, alguma coisa no dever com relação a ele não foi cumprida e sua ação não faz senão responder a esta falta, esta omissão do Outro.

"Podemos dizer que a relação do delinqüente com seu objeto não é dual, mas se funda na anulação do terceiro paterno, deste pai real, na medida em que por seu ato, ou sua ação, o delinqüente o reduz à impotência, o deixa cego, o amarra, testemunha-lhe que ali ele nada pode. Este ponto pode ser perfeitamente característico de certos cenários próprios à delinqüência. Existem alguns cenários que passam pela preocupação de poder amarrar o guarda, o diretor, o pai ou o marido, e de poder, sob seus olhos, cometer o delito mais infame possível. Esta dimensão dá à delinqüência seu caráter fundamentalmente incestuoso." (MELMAN, 1992, p.52)

É justamente esta omissão do Outro que situa o delinqüente na radical preocupação de se fazer um nome, de se fazer reconhecer: ser alguém. Muitas vezes podemos constatar isto como uma espécie de delírio de autonomia, como se não tivesse nada que o antecedesse, repudiando sua herança simbólica, procurando bastar-se por si mesmo, onde o nome próprio e o sobrenome tornam-se secundários, pois o apelido que parece receber o estatuto de uma refundação, ocupa o lugar mais precioso, face ao seu entorno, muitas vezes defendido com a própria vida. Segundo Melman:

---

"Os atos cometidos pelos delinquentes são quase sempre altamente simbólicos. Não se trata de uma ação de grande banditismo ou de perspectivas a longo termo concernido à constituição de riquezas, de um tesouro. Não é absolutamente isto. Trata-se cada vez de furtar tal objeto, tal moeda, mas que tem sempre um valor de símbolo. Isto é, trata-se sempre de uma tomada de posse daquilo que lhes falta. Em outras palavras, seja pela escolha de sua aparência, seja na apropriação de um objeto pela violência, para eles é uma necessidade adquirir esta insígnia que não lhes foi transmitida pela filiação simbólica." (MELMAN, 1992, p.59)

Rassial, aponta-nos que, além da fragilidade paterna na delinquência, o que está em questão é uma tentativa de mudança de lugar, ainda que às avessas.

"Com efeito, têm-se o hábito de orientar toda a explicação desta sintomatologia para o lado de uma deficiência da função paterna, o que não é falso, mas insuficiente. Se observarmos articulação, no discurso delincente, entre o sujeito, o objeto e o dinheiro, podemos já identificar algumas características específicas da delinquência juvenil: insistiremos neste que "delinque", na mudança de lugar, na produção de um outro espaço que não o espaço cotidiano onde o sujeito adolescente não tem lugar simbolizado." (RASSIAL, 1999, p.60-61)

Rassial ao problematizar a delinquência se interroga sobre esta passagem de lugares:

"O que é um delincente? é alguém que delinque, que faz falta ao que "linque", mas também àquilo que o "linque". A etimologia da palavra é interessante: *de-linquere*. *Linquere* é deixar algo, ou alguém, no seu lugar e o *de* marca a separação, o destacamento. O delincente é - contra a natureza própria das coisas, de retornar ao seu lugar - aquele que desaloja: que desaloja as coisas, que se desaloja do seu lugar, do lugar que lhe é atribuído pela sociedade." (RASSIAL, 1999, p.55)

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Insisto no fato de que Freud avança numa pesquisa que não é marcada pelo mesmo estilo que outras pesquisas científicas. O seu domínio é o da verdade do sujeito. A pesquisa da verdade não é inteiramente redutível à pesquisa objetiva, e mesmo objetivante do método científico comum. Trata-se da realização da verdade do sujeito, como de uma dimensão própria que deve ser destacada na sua originalidade em relação a noção mesma da realidade [...] Certamente, a análise como ciência é sempre uma ciência do particular.” (LACAN, 1953, p.31)

O método de pesquisa psicanalítica será utilizado como metodologia para construção de casos clínicos. Diante disso, as entrevistas ocorrerão de forma "livre", tomando-se como referência o modelo equiflutuante, conforme proposto por Freud (1900), para posteriormente a partir dos efeitos desta experiência de escuta do sofrimento alheio interrogar as conceitualizações psicanalíticas vigentes no que diz respeito às possibilidades de direção de tratamento psicanalítico, com adolescentes em situação de conflito com a lei. Neste sentido, a construção de caso se dará a partir da própria experiência clínica, pois entendemos que esta é por excelência o espaço fundamental, onde se realiza a pesquisa e não somente o local de aplicabilidade tanto das descobertas realizadas, bem como, dos conceitos legitimados na literatura psicanalítica.

Para a composição desta pesquisa, a partir da escuta clínica de três adolescentes encaminhados para tratamento devido seus comportamentos, os quais no presente momento demarcam uma posição social de conflito com a lei, pretende-se articular princípios metodológicos da construção psicanalítica de caso, proposta por Fedida (1991). Segundo este autor, a narrativa desta história, realizada pelo analista na situação de tratamento, a partir do registro de fragmentos e lembranças do paciente, na medida em que implica uma interpretação sobre o caso, encontra-se atravessada pelos efeitos desta escuta no inconsciente do psicanalista. Diante disso, a construção psicanalítica de caso é uma ficção, uma teoria em gérmen, uma outra cena, em que o analista ao refletir sobre sua prática, situa um momento de elaboração fecundo sobre a sua clínica, deixando como resíduo de sua práxis certo coeficiente de invisibilidade, uma dimensão enigmática do caso.

Segundo Fedida, ainda que o psicanalista pudesse relatar fielmente o caso, como seria possível publicá-lo, quando se sabe que o conteúdo das afirmações e as situações pessoais que elas portam devem ser maquiadas, disfarçadas, mudadas, para preservar o tratamento de qualquer risco de indiscrição? Diante desta questão, o autor interroga, é possível falar verdadeiramente de casos em psicanálise? Isto o leva a afirmar que aquilo que se nomeia como um caso, qualquer que seja o contexto em que se situe, deve receber status de apresentação pública, caso contrário, não é um caso.

O caso na psicanálise é uma “teoria em gérmen”, uma capacidade de transformação metapsicológica, portanto, ele é inerente a uma atividade de construção. O autor, na esteira da tradição freudiana afirma “o caso é construído” (FÉDIDA, 1991, p.230). Podemos encontrar estes pressupostos em Freud (1937), no clássico texto “Construções em análise”, onde o autor escreve que o analista nada viveu ou recalçou no que se refere ao material do analisante. Sendo assim, sua tarefa não pode ser rememorar alguma coisa, mas a partir dos índices que escaparam do esquecimento construir o que fora esquecido. Para Freud, o que o analista busca é uma imagem do paciente de seus esquecidos anos que seja verdadeiramente essencial. Neste sentido, insiste que a construção é seguramente a palavra mais apropriada, pois o caminho que começa na construção do analista deve finalizar nas lembranças do analisante, produzindo-lhe uma firme convicção da verdade da construção.

Em “Construções em análise”, Freud com admirável beleza mostra-nos, sobre um certo aspecto, que o trabalho de um analista assemelha-se ao do arqueólogo, na medida em que “estamos à procura de um quadro dos anos esquecidos do paciente” - o exercício de escuta implica a recordação do analisante e a construção do analista. Entretanto, não deixa de salientar que sobre um certo prisma, ambos se diferenciam, pois o psicanalista trabalha com “algo vivo”, e, neste sentido, se para o arqueólogo a reconstrução é o objetivo, para o analista é apenas um trabalho preliminar.

Jacques Lacan, no seminário os “Escritos técnicos de Freud”, ao refletir em torno deste texto freudiano, nos fala que um dos grandes atos de genialidade de Freud foi de justamente tomar cada caso em sua singularidade. Lacan se interroga:

“Tomá-lo na sua singularidade, o que quer dizer isto? Quer dizer que essencialmente que, para ele, o interesse, a essência, o fundamento, a dimensão própria da análise, é a reintegração, pelo sujeito, da sua história até os seus últimos limites sensíveis. [...] A história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historiado no presente – historiado no presente porque foi vivido no passado. O caminho da restituição da história do sujeito toma a forma de uma procura da restituição do passado.

Essa restituição deve ser considerada como o ponto de mira visado pelas vias da técnica.” (LACAN, 1953, p.21)

A partir destes elementos, Lacan vai apontar que durante toda a obra, mas principalmente em “Construções em análise”, Freud mostra-nos que o fundamental na direção de um tratamento é a idéia de reconstrução da história do sujeito, pois “o vivido não é o fundamental, o que conta é o que o sujeito reconstrói, o essencial é a reconstrução” (FREUD, 1937, p.23), ou seja, é o sujeito reescrever a sua história.

Para Fedida, a construção do caso não pode proceder de um relato “cronológico”, circunscrito mediante uma série de acontecimentos estáticos, pois a construção faria alusão a uma memória anacrônica. As questões relativas à escolha do caso não envolvem somente o status do mesmo, mas sem dúvida também o sentimento da análise pessoal, a função teórica do mesmo e a condição metapsicológica da “comunidade” analítica dos psicanalistas entre si, assim como, o desejo de pesquisa do psicanalista.

Caon, ao referir-se à pesquisa psicanalítica afirma:

"A pesquisa psicanalítica utiliza o método psicanalítico como procedimento para coleta de fatos empíricos e a construção do caso psicanalítico como instrumento de relação de pesquisa a ser compartilhada com os demais pesquisadores da comunidade científica universitária." (CAON, 2001, p.26)

Segundo Caon (2001), a construção de um caso tem resultados necessariamente diferente do que seria um auto-retrato pelo paciente/analísante desse mesmo caso. De acordo com o autor, o caso psicanalítico não fornece um retrato biográfico do analisante, mas hipóteses e constatações metapsicológicas do diagnóstico do analisante que, por sua vez fornecem fundamentos teóricos aos fatos clínicos relevantes.

Entretanto, o autor faz um apontamento fundamental acerca da sua concepção de pesquisa psicanalítica, estando intimamente em sintonia com Freud e Fedida, a saber, ninguém consegue ser psicanalista ou pesquisador psicanalítico se não tiver sido paciente, pois esta última condição de ser paciente da técnica, é constituinte do profissional desta mesma técnica; é sua condição de possibilidade. Segundo Caon, a situação psicanalítica de tratamento inicia-se e implanta-se a experiência ou aprendizagem psicanalítica, no sentido de *Erfahrung e Páthei máthos* (aprender passando pelo sofrimento), onde a experiência psicanalítica encontra sua fundação. Na situação psicanalítica de pesquisa, está-se diante de

uma refundação dessa mesma experiência. Assim, uma das características da pesquisa psicanalítica, singularizada e diferenciada de outras pesquisas, coloca-se em equivalência existente entre a técnica e a ética.

"A pesquisa psicanalítica é a refundação, [...] daquela experiência anteriormente fundada na situação psicanalítica de tratamento, onde o paciente é o pesquisador por excelência e o psicanalista é o diretor dessa pesquisa, produzidas em método e procedimentos de associação livre, produzidas pelo analisante em transferência e "in praesentia" do psicanalista." (CAON, 2001, p.04)

As afirmações do autor são passíveis de serem identificadas ao longo da obra freudiana, pois na busca de fundamentar sua tese de que os sonhos são realizações de desejos, Freud (1900) privilegia um sonho seu para analisar, minuciosamente, em detrimento dos sonhos de seus próprios pacientes, "Análise de um sonho modelo", ou melhor, "o sonho de injeção em Irmã". Por que a análise deste sonho situa-se como fundante do pesquisador psicanalítico? Freud ao situar-se como sujeito e objeto de sua própria pesquisa, inaugura uma singular forma de pesquisar, radicalmente distante dos moldes tradicionais, onde o sujeito deve sair de cena e privilegiar meramente a descrição do objeto investigado. Portanto, em Freud temos um pesquisador onde o sujeito é por excelência o próprio objeto de sua pesquisa, ou seja, nesta análise do sonho, bem como, em diversos momentos de sua produção, está em cena a sua própria análise.

Para apontar os caminhos da pesquisa psicanalítica, Moura e Nikos (2001) sugerem a explicitação das diferenças entre o estudo de caso e a construção de caso, esta última sendo a metodologia de escrita da pesquisa psicanalítica, originalmente desenvolvida por Freud e, posteriormente, como mencionamos anteriormente, resgatada por Fédida. Estes autores descrevem vários aspectos diferenciadores entre o estudo de caso e a construção do caso. Segundo eles, no estudo de caso procura-se descrever uma realidade psicológica, composta por uma seqüência cronológica de fatos clínicos, situados em discurso e conteúdo. Já na construção do caso, implica uma restauração da memória do analista. Ao invés do relato de fatos pesquisados, sujeito a um tempo cronológico, há um encadeamento de significantes articulado num tempo lógico, trazendo à luz uma hipótese metapsicológica (MOURA; NIKOS, 2001, p.73). Assim, o pesquisador ao escrever o caso já está submentendo o escrito ao seu inconsciente. A construção do caso trata-se de uma construção do pesquisador psicanalítico sujeito aos efeitos no seu inconsciente da transferência que esteve submentido.

D'Agord, ao se interrogar acerca da construção do caso, refere-se às expressões “ficção” e “construção”, como inerentes à clínica psicanalítica, em que a subjetividade do pesquisador está diretamente relacionada às construções realizadas.

"As construções teóricas de Freud originou-se, sem dúvida, das ficções que elaborou a partir da escuta de seus pacientes em análise. E não haveria outra forma senão a construção, na medida em que o objeto da psicanálise, o inconsciente - como o sabemos - não aparece ao observador diretamente, mas pelo equívoco, pelo não dito." (D'AGORD, 2000, p.13)

Portanto, ao demonstrarmos a construção de caso e como pretendemos conduzir os escritos desta dissertação, sentimo-nos muito familiarizados com a proposta de Sousa (2000), presente no texto: “A vida entre parênteses”, pois na esteira das elaborações de Fedida, o autor nos mostra que o caso clínico é sempre um recorte.

“O caso funcionaria, em última instância, como este objeto que nos olha e que interpela a teoria, já que não é possível não incluir no objeto o percurso histórico do investigador (seu trânsito transferencial) [...] Guardar o recorte do caso e poder pensá-lo junto com os retalhos deixados no chão, com a tesoura/método que o configurou, com a mão hesitante e, é claro, pensante que escolheu os pontos de corte, isto nos dá um desenho mais vivo do que está em questão no nosso trabalho.” (SOUSA, 2000, p.18)

A partir das referências citadas, entendemos que o nosso método de construção de caso surge como um detalhe que insiste em ecoar em nossos ouvidos, fazendo de nossas investigações uma espécie de enigma. Isto nos coloca em sintonia com as afirmações de Poli (2005), quando a autora refere que o método de pesquisa psicanalítica implica uma espécie de enigma que evidencia o desejo do pesquisador.

“Método de pesquisa em psicanálise não se confunde com o uso de um determinado instrumento ou técnica de produção de conhecimentos. Se de modo geral, no campo de experiência constituído pela ciência positivista são os objetos passíveis de medida e verificação que definem a validade e os critérios de verdade, a experiência psicanalítica se pauta pela inclusão primeira do desejo do pesquisador na constituição do enigma que seu trabalho busca desvelar.” (POLI, 2005, p.43)

Então, após situarmos alguns princípios acerca do nosso entendimento sobre o lugar da construção de casos clínicos e suas implicações no processo de escrita do pesquisador



psicanalítico, propomos, a partir da experiência de escuta clínica com adolescentes em situação de conflito com a lei, construir três casos clínicos e levantar algumas hipóteses acerca dos agentes potencializadores da violência na adolescência no contexto social contemporâneo. Entretanto, ressaltamos, o valor da noção de enigma aqui presente é justamente o trabalho do pesquisador em tentar desvendá-lo, na perspectiva de abrir questões, sem ter a pretensão de esgotar o próprio do enigma, o que por vezes pode contribuir para a constituição de pesquisadores empobrecidos.

## 6. CONSTRUÇÕES DE CASOS CLÍNICOS: NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DIREÇÃO DE TRATAMENTO PSICANALÍTICO

"Do ponto de vista do psicanalista que atende jovens delinquentes – o que me aconteceu apenas algumas vezes e na maioria delas por um viés institucional -, a tarefa não pode ser portanto, “curar” a delinquência, mas permitir o sujeito explorar outras vias menos perigosas.

Do lado das intervenções sociais, o risco é duplo, e nós o conhecemos: ou bem, indo no sentido de uma repressão social, confirmar para o adolescente sua queixa de ser vítima de um mundo injusto; ou bem, em nome da compreensão educativa, negar esta manifestação intempestiva do sujeito desejante, em benefício de uma cumplicidade egóica. Evitar estas duas armadilhas não é fácil." (RASSIAL, 1999, p.63)

Como mencionamos anteriormente (item 4.2), o trabalho de escuta com adolescentes em situação de conflito com a lei tem como princípio ético fundamental apostar em suas palavras. Ao reconhecer-lhes como sujeitos desejantes que não se limitam apenas na dimensão de seu ato violento/infrator, viabiliza-se um espaço possível de escuta do que singularmente pode se constituir enquanto demanda em suas falas. Trata-se de um trabalho muito delicado que particulariza sensivelmente os diversos obstáculos que se colocam na direção do tratamento. Dentre estes, inicialmente, podemos apontar no mínimo dois: primeiro, o adolescente infrator não busca tratamento por si próprio, na verdade ele é “obrigado” a se tratar - sabemos o quanto isso fere o princípio básico das possibilidades de uma demanda se efetivar; segundo, as instituições encaminhadoras solicitam um trabalho ortopédico, reeducativo de padronização às normas que regem um convívio social harmonioso. Diante dessas particularidades, entendemos que as observações de Rassial são extremamente pertinentes:

"Assim, os agentes das diversas instâncias que têm que lidar com os adolescentes, em particular com os jovens delinquentes, deveriam evitar que se constitua, diante do discurso da lei, um outro discurso, "reeducativo" por exemplo, que se assujeita o sujeito da mesma forma. Que o adolescente possa ter certeza de que o que ele diz a um ou a outro não serve para alimentar um discurso sobre ele é o mínimo. Seria melhor que as diversas intervenções, terapêutica, educativa, pedagógica, social, repressiva, etc,

fossem totalmente dissociadas uma das outras e que o sujeito conservasse a faculdade de circular entre estes diferentes discursos, certamente com o risco de, por sua vez, em algumas circunstâncias, jogar com isto." (RASSIAL, 1999, p.83)

Ora, se de um lado o psicanalista não deve responder a demanda pedagógica, mesmo porque disto estes adolescentes já estão saturados, denunciando constantemente a total intolerância a intervenções desta natureza; de outro, eles nos mostram que a demanda não é unilateral, não está dada de saída, ou seja, a demanda é o resultado de uma oferta: a escuta. Isto sim pode constituir um tecido simbólico que minimamente possa viabilizar uma análise, mas para que isto ocorra, o psicanalista precisa enlaçar algo com os seus ouvidos.

Entretanto, este *algo* não se trata de qualquer coisa, ou até mesmo, de *algo* que possamos julgar importante ou essencial para o tratamento. Trata-se apenas de um detalhe que aos olhos do adolescente possa ser reconhecido como um testemunho de sua história. É neste sentido que o analista deve ser absolutamente despretensioso, distanciando-se tanto de qualquer demanda de reconhecimento<sup>42</sup>, quanto da ingênua tentativa de compreender o que se passa com o seu analisante. Ressaltamos que este testemunho implica a possibilidade do psicanalista apontar determinados significantes presentes no discurso do analisante, os quais, além de situarem à condição de desamparo que estes sujeitos estão jogados, evidenciam o lugar de ignorância acerca do que se passa com ele, na medida em que este outro que ele endereça a sua fala, o escutou. Caso contrário, o adolescente em situação de conflito com a lei continuará vindo ao analista, simplesmente, para responder ao ordenamento jurídico que lhe é imposto.

É justamente esta condição de reconhecimento da ignorância do sujeito, em relação aos impasses que, sobretudo, ele os reconhece enquanto tal, a possibilidade do início de um trabalho psicanalítico. Conforme ressalta Lacan (1953), Freud em seus textos “A dinâmica da Transferência” (FREUD, 1912) e “Observações sobre o amor transferencial” (FREUD, 1915),

---

<sup>42</sup> Segundo Rassial "O trabalho do analista, fundado na relação transferencial, confronta-o com uma dificuldade imediata, que ele compartilha sem dúvida com todo profissional que tem que lidar com adolescentes: se a adolescência é realmente o momento de trabalho de luto da compreensão dos adultos, ao analista deve desde o início da cura, aceitar que um dia vai ter que ser rejeitado pelo adolescente, não como um inimigo, mas como um sujeito qualquer; por outro lado, não deve se refugiar sob o que seria sua compreensão do outro. Certamente isto também é verdadeiro na análise do adulto. Mas neste caso, esta queda do analista só surge no fim da cura, enquanto que o adolescente põe em jogo imediatamente o ser do analista e sua capacidade de ouvir diferentemente do que os adultos de seu meio; por outro lado, desde as primeiras entrevistas, na maioria das vezes, manifesta-se o estilo adolescente do "tudo ou nada", que pode engajá-lo nisto que foi qualificado de psicose de transferência: este estilo força imediatamente o analista a responder de sua posição." (RASSIAL, 1999, p. 160-161)

deixou-nos claro que transferência é amor, ou seja, quando se supõe, se ama, e, conseqüentemente, se odeia, obviamente. Todavia, Lacan chama a nossa atenção para uma questão de extrema importância, dizendo-nos que se o sujeito não se posiciona num lugar de ignorância, não existe entrada possível numa análise:

“Ora essas duas possibilidades do amor e do ódio não vão sem essa terceira, que se negligencia e que não se nomeia entre os componentes primários da transferência – a ignorância enquanto paixão. O sujeito que vem para análise se coloca entretanto, como tal, na posição daquele que ignora. Nenhuma entrada possível na análise sem essa referência – não se diz isso nunca, não se pensa isso nunca, quando ela é fundamental.” (LACAN, 1953, p.309)

Para Lacan, esta posição de ignorância pode implicar o sujeito na pesquisa da verdade, na medida em que ela é possibilitadora de uma espécie de abertura à transferência, na qual o psicanalista além de estar implicitamente incluído, também se situa de um lugar de ignorância.

“Há no paciente abertura para a transferência pelo simples fato de que ele se coloca na posição de se confessar na palavra, e procurar sua verdade no fim, no fim que está lá, no analista. No analista também convém considerar a ignorância [...] em outros termos a ignorância do psicanalista deve ser a de uma ignorância *docta*<sup>43</sup>, o que não quer dizer sábia – não se trata de ignorância *docens* que o psicanalista acredite saber alguma coisa.” (LACAN, 1953, p.316-317)

A direção do tratamento com adolescente em situação de conflito com a lei implica o reconhecimento da sua condição de ignorância em face do desamparo vivenciado pelo sujeito

---

<sup>43</sup> Lacan no seminário “O saber do psicanalista”, na lição de 04 de novembro de 1971, logo em sua abertura, refere que, ao voltar a falar em Sainte-Anne, esperava que os residentes dos asilos estivessem presentes, pois gostaria de lhes falar da relação do saber com a ignorância. Ao lembrar a sua história de plantonista no antigo hospital, assim como, a psiquiatria da época que, segundo ele, devia ser seguida pela “vacilação atual”, retoma o conceito de *ignorância douda*. “Naquela época, afinal de contas, essa ignorância – não esqueçam que falo da ignorância – acabo de dizer que é uma paixão, não é para mim uma menos-valia, também não é um *déficit*. É outra coisa, a ignorância está ligada ao saber. É uma maneira de estabelecê-la, de fazer dela um saber estabelecido. Por exemplo, quando alguém queria ser médico numa determinada época, que, naturalmente, era o fim de uma época, bem... é normal que tenha querido beneficiar-se, mostrar, manifestar uma ignorância, se posso dizer, consolidada. Dito isto depois do que acabo de lhes dizer sobre a ignorância, vocês não se surpreenderão que eu sublinhe que a “douda ignorância”, como se expressava um certo cardeal, no tempo em esse título não era um atestado de ignorância, um certo cardeal chamava “douda ignorância” o saber mais elevado. Era Nicolau de Cusa, somente para lembrá-lo. De sorte que a correlação da ignorância com o saber é algo de onde essencialmente temos que partir e ver que afinal, se a ignorância, assim, a partir de um certo momento, num certo setor, porta o saber em seu nível mais baixo, não é culpa da ignorância, é antes o contrário.” (LACAN, 1971, p.12)

ao longo de sua vida, sobretudo, na sua passagem à adolescência, pois este desamparo o deixa jogado num excesso de excitação que não pôde ser suficientemente simbolizada. Isto nos parece fundamental, pois entendemos que o sujeito impotente em face dessa posição de desamparo, pode encontrar como uma defesa possível e eminente o ataque ao outro, ou seja, o desamparo vivenciado retorna através da impactante crueza que o real da violência lhes impôs.

Diante disso, compartilhamos com as impressões de Marin (2002), quando a autora ao se interrogar acerca das relações entre violência e desamparo, ao se deparar com texto de Lacan sobre “Psicanálise e criminologia”, refere: “é significativo que, em um trabalho que discute o crime, Lacan aponta para o desamparo como significante na história do sujeito.” (MARIN, 2002, p.137) Vejamos então este recorte do texto de Lacan:

“O fato é que a persistência imaginária dos bons e maus objetos primordiais, em comportamentos de fuga que podem colocar o adulto em conflito com suas responsabilidades, levaria o supereu a ser concebido como uma instância psicológica que, no homem, tem uma significação genérica. Essa noção, no entanto, nada tem de idealista; ela se insere na realidade da miséria fisiológica própria dos primeiros meses de vida do homem, na qual um de nós insistiu, e exprime a dependência do homem, genérica de fato em relação ao meio humano. Que essa dependência possa surgir como significante no indivíduo, num estágio incrivelmente precoce de seu desenvolvimento, não é um fato diante do qual o psicanalista deva recuar.” (LACAN, 1950, p.138)

Esta passagem nos leva a pensar que a direção do tratamento com estes adolescentes implica em fazer o psicanalista trabalhar com os desdobramentos da vivência de desamparo ao longo da vida do sujeito. Este, de alguma forma, está potencializado, em face da impotência que o sujeito se encontra para dar conta de uma situação vivida como traumática, pelo o excesso de tensão que o aparelho psíquico não dá mais conta de elaborar.

Diante disso, o testemunho viabilizador da análise se dá justamente quando o psicanalista suporta escutar a regra que fundamenta sua práxis, refundando assim, a psicanálise a cada analisante que nos defrontamos, qual seja: *fale tudo que vem a sua cabeça*. Embora possa parecer um tanto óbvio tal afirmação, cabe ressaltar que não é nada fácil fazer isso efetivamente se dar, pois nestes casos, em particular, somos tentados a subverter a regra que nós mesmos propomos, haja vista as dificuldades presentes ao nos deparar com o que este "tudo" pode vir a produzir nestes adolescentes. Tudo... Pode ser tudo mesmo! Somam-se aí os

---

diversos adjetivos que o psicanalista torna-se alvo, mediante uma tentativa de repudiar a sua presença, o seu saber, e até mesmo, as suas possíveis expectativas com o seu trabalho. Este “tudo”, muitas vezes, pode se materializar enquanto “nada”, através do recrudescimento das possibilidades de apropriação e circulação da palavra, em face da presentificação e manutenção de um silêncio absoluto que parece delinear os contornos de um emudecimento mortífero.

Como podemos perceber, a especificidade da transferência em questão, evidencia-nos a pertinência de algumas das observações de Lacan (1956), presente no texto "A direção do tratamento e os princípios do seu poder", porque o autor refere que o psicanalista ao dirigir um tratamento, também paga: paga com sua palavra, com a sua pessoa e com o cerne do seu ser. Ao atendermos adolescentes em situação de conflito com a lei, podemos perceber que de alguma forma o nosso corpo paga, frente há uma certa radicalidade que parece estar submetido, pois estes adolescentes ao testarem os extremos entre o tudo e o nada, passam a estabelecer uma relação muito prepotente com o saber, o que certamente vai recair na especificidade de sua relação transferencial com o psicanalista. Conforme destaca Melman (1992), aqueles que se ocupam de delinqüentes conhecem o investimento propriamente transferencial deles em relação a estas instâncias e, como se poderia esperar toda a ambivalência própria à transferência, o que ilustrará a relação que ele vai travar com o saber destas instâncias.

Portanto, o lugar que o psicanalista inicialmente pode ocupar no início destes tratamentos é um tanto delicado, porque eles parecem não supor um saber neste, acerca de seu padecimento, mesmo porque, não raras vezes, nem sequer há um reconhecimento evidente de um sofrimento de qualquer natureza. É neste sentido que, o psicanalista ao trabalhar com estes adolescentes pode ser chamado simplesmente de “trouxa” (como poderemos constatar no item 6.1). Entretanto, isso que a princípio pode ser escutado como um simples desafio sustentado numa lógica de eminente desqualificação, implica um endereçamento que, por vezes, possibilita-nos começar um trabalho, na medida em que aponta, minimamente, a existência de um lugar suposto, ainda que aos olhos do adolescente, o psicanalista possa ser o trouxa do juiz, o trouxa da polícia, o trouxa do sistema..., ou até mesmo, um trouxa que talvez esteja, ingenuamente, a serviço de tentar fazê-lo respeitar e aceitar as questionáveis normas de uma boa convivência social. Neste sentido, o trouxa em si, pouco importa, e, tampouco, o psicanalista deva encarnar em nome próprio o adjetivo a ele endereçado, mesmo por que, ele pode estar apenas sinalizando a trouxa de uma demanda que requer ser desenrolada.

Como podemos perceber, estes adolescentes são muito sábios, pois se o psicanalista responder de algum destes lugares supostos, além de legitimar a impossibilidade do trabalho psicanalítico ocorrer, ele reforça o sentimento de desamparo destes adolescentes. Na verdade, estas “desqualificações” estão a serviço de um enunciado que tende a se repetir, seja em suas falas, seja em seus atos, qual seja: desista de mim. Certamente, esta possibilidade de desistência por parte do psicanalista de escutar este sujeito é uma realidade constante e, até certo ponto, compreensível, ao passo que podem ser inúmeras as limitações que se fazem presentes em nosso trabalho. Todavia, tivemos a oportunidade de constatar situações desta natureza, ora através de atos explicitamente enunciados, ora mediante desistências mais sutis, não verbalizadas, porém não menos danosas ao passo que se materializam em violentos formalismos burocráticos, com medidas terapêuticas que insistem em recusar o reconhecimento de um sujeito desejante, contribuindo assim para reforçar o seu mortal sentimento de abandono.

Então, qualquer tentativa terapêutica que privilegie a confrontação<sup>44</sup> de saberes irá fracassar, mesmo porque eles estão imersos na angustiante tentativa de destituição de todo e qualquer saber que se pretenda totalizante. Pode-se dizer que isto se dá em função dos impasses que vivenciam, mediante a necessidade de posicionamento sexual frente ao olhar do outro, que interroga radicalmente a sua sexualidade. É neste sentido que a relação do adolescente com a destituição de saberes, sobretudo, aqueles que advêm dos adultos, pois estes “não sabem nada”, é a permanente tentativa de afirmar uma grande verdade que as históricas brilhantemente ensinaram a Freud, a saber: todo e qualquer tentativa de constituição de um saber acerca do sexual é sempre insuficiente.

Em contrapartida, podemos perceber também que, não raras vezes, os adolescentes parecem supor uma figura que imaginariamente pudesse encarnar o ideal do mestre detentor de todo saber. Vejamos a observação de Rassial:

"Por estar na incerteza sobre si mesmo, seu próprio saber e o saber dos outros, o adolescente tem a tendência ou a desvalorizar todo saber, considerado como incapaz de um efeito de verdade, o adulto sendo, por natureza, aquele que não compreende nada; ou então, ao contrário, a colocar um adulto, isolado, em posição de mestre detentor de todo saber; ou então ainda, a se apoiar em sua boa figura para se apresentar ele mesmo como

---

<sup>44</sup> Aberastury nos mostra o quanto à dor que os adolescentes vivenciam é pouco percebida pelos pais, que costumam fechar-se numa atitude de ressentimento e reforço da autoridade, tornando ainda mais difícil a relação com os seus filhos, na medida em que aponta uma espécie de incompreensão diante do reforço de sua autoridade. O que por sua vez produzira no adolescente uma forte necessidade de confrontação com o saber parental.

detentor de um saber inacessível ao outro (particularmente o caso, muitas vezes, do toxicômano)." (RASSIAL, 1999, p.190)

O psicanalista ao se deparar com estes adolescentes poderá perceber, no eixo da transferência, a força da suposição que este sujeito tem que os demais, em seu entorno, desejam a sua perda. O sentimento de desamparo e a necessidade de reativá-lo a qualquer custo, jogam-lhes numa constante repetição de insistir por diversos mecanismos que desistam dele, mesmo porque, isto comprovaria à sua hipótese que o outro lhe endereça insígnias de morte.

É neste sentido que estes adolescentes vão testar até que ponto o psicanalista deseja escutá-lo, ou simplesmente, responder do lugar de uma engrenagem que está “perfeitamente” instrumentalizada para situá-lo nos perigosos, senão perversos, caminho do bem. Lacan (1959), no seminário sobre a “Ética da psicanálise”, especificamente, na lição XVII, intitulada “A função do bem”, aponta o quanto o ideal de fazer o bem, de curar, pode trazer problemas na condução de uma análise, pelos impasses que isto produz na posição do sujeito em relação ao seu desejo.

“A cada instante temos de saber qual deve ser nossa relação efetiva com o desejo de fazer o bem, com o desejo de curar. Temos de contar com ele como algo suscetível de desencaminhar-nos, e, em muitos casos, instantaneamente. Diria mais – poder-se-ia de maneira paradoxal, ou até mesmo decisiva, designar nosso desejo como um não-desejo de curar. Essa expressão não tem outro sentido senão o de nos alertar contra as vias vulgares do bem, tal como elas se oferecem a nós tão facilmente em seu pendor, contra a falcatrua benéfica do querer-o-bem-do-sujeito. Mas daí, de que então desejam vocês curar o sujeito? Não há dúvida de que isto é absolutamente inerente à nossa experiência, à nossa via, à nossa inspiração – curá-lo das ilusões que o retêm na via de seu desejo.” (LACAN, 1959, p. 267)

Portanto, entendemos que o psicanalista deve primeiro reconhecer a sua própria condição de desamparo para que o trabalho psicanalítico possa acontecer, ou seja, reconhecer tanto a insocorridade que o constitui, quanto a insocorridade em recorrer, quer seja a categóricas medidas ou normas jurídicas, quer seja em manuais psicologizantes com saberes generalistas ou, até mesmo, aos encarceramentos subjetivos promovidos pelas psicopatologias das burocratizações institucionais. Seu amparo se situa apenas em seu desejo de escutar, o qual entendemos estar implicitamente relacionado com alguns aspectos fundamentais ao longo de sua formação, quais sejam: os avanços que pôde fazer em sua própria análise -



destacando-se tanto as possíveis mazelas da travessia da própria adolescência, quanto os possíveis impasses presentes na sua relação com a lei –; as permanentes interrogações acerca das possibilidades de manejo da teoria que fundamenta sua práxis e, ainda, o reconhecimento de sua ignorância *docta* no processo de escuta, o que pode se dar também, através da busca de supervisão clínica para interrogar o seu lugar na condução destes casos.

Entretanto, cabe ressaltar, como já mencionamos anteriormente, este desejo de escutar implica uma certa paixão pelo detalhe, detalhe esse que busca um testemunho na medida em que parece enunciar algo da dimensão do sofrimento do outro, quer seja: um “canal”, um “tomate” ou até mesmo um “trouxa”. Como sabemos, a clínica psicanalítica nasceu da paixão de Freud pelos detalhes (sonhos, atos falhos, chistes, sintoma histérico), ainda que estes fossem considerados uma espécie de lixo para o modelo de ciência vigente em sua época.

Precisamos investir nos detalhes, pois eles podem mudar (há) vida!

No paradigmático texto de Freud (1920), “Além do princípio do prazer”, além do autor reordenar a teoria das pulsões, na medida em que passa a nos falar da existência de uma pulsão de morte, situada num primeiro plano da vida psíquica, percebemos também, um impactante início de escrita - “o fim de todo organismo vivo é a morte” - que evidencia a tendência do homem à destruição do sujeito e do objeto. Uma leitura possível para este enunciado seria que, do ponto de vista lógico, a morte está dada, ainda que cada um anuncie a sua morte seja pela maneira agressiva, senão violenta que se relaciona: invejando e produzindo conflitos; seja pela maneira que se alimenta, dirige no trânsito, faz amor, etc.. - mas a vida tem que ser re-construída a cada novo por do sol, como uma tentativa de afastar a morte eminente, muitas vezes, previamente antecipada nas mórbidas e enfadonhas repetições. Então, se viver implica afastar um pouco a morte, o que seria o viver para estes adolescentes que, permanentemente, através de seus atos, parecem repetirem uma curiosa forma de se manterem vivos, através do contínuo desafio da morte?

Neste tópico, a partir da proposta de construção psicanalítica de caso de Fedida (1991), apresentaremos três casos de adolescentes encaminhados para tratamentos por apresentarem comportamentos violentos, marcados por uma história com diversos atos de agressão e violência, os quais apesar do uso freqüente da força física, do desafio constante dos limites da lei, assim como, da necessidade de legitimar os seus poderes de destruição, evidenciam uma permanente posição de angústia mediante a radicalidade de uma condição de desamparo que parecem estar jogados, seja pelo contexto familiar que estavam submetidos, seja em relação às precárias contingências sociais. Fatores aos quais suscitou-nos o interesse em problematizar o lugar que a adolescência ocupa no contexto social, a partir dos

endereçamentos que este faz aos seus jovens, levando-nos a supor que os processos de subjetivação da adolescência na contemporaneidade, somados à fragilidade de uma função paterna que possa tanto servir de continência face aos impasses próprios da adolescência, quanto aos possíveis ímpetos de violência que possam advir em decorrência deste processo de passagem, caracterizam-se como mecanismos sociais potencializadores de violência.

Nosso propósito, na construção psicanalítica destes casos, é laborar entorno de alguns detalhes que insistiam em fazer eco em nossos ouvidos e, posteriormente, apontar as nossas suposições acerca das possibilidades de direção de tratamento psicanalítico com adolescentes em situação de conflito com a lei. Logo, quando nos propomos a construir a partir do detalhe, ressaltamos que optamos em dispensar o modelo de narrativa de caráter descritivo, cronológico e explicativo.

### 6.1 VIVA RÁPIDO E MORRA JOVEM: "PAI, NÃO VÊS QUE ESTOU QUEIMANDO"<sup>45</sup>?

A primeira vez que encontrei W, antes mesmo de ouvir a sua voz, uma imagem estampada em sua camiseta, acompanhada do seguinte enunciado – “Viva rápido e morra jovem” – de alguma forma me tocou. Tratava-se de uma espécie de lema de uma banda Punk dos anos 70. Além da aparente distância da geração de W, este grupo musical não se configurava na época como uma banda midiática, tampouco, apresentava grande repercussão entre os adolescentes de sua idade. Entretanto, durante alguns meses, ele vinha para a sua análise utilizando sempre a mesma camiseta. Com o passar do tempo, pude perceber que W sequer conhecia algo da história do grupo, tampouco tinha conhecimento de suas músicas e letras. Isto me levou a supor que foi justamente o enunciado estampado naquela roupa que

---

<sup>45</sup> Este título é uma alusão a um sonho belíssimo analisado por Freud no capítulo VII de “A interpretação dos sonhos”, intitulado “A psicologia dos processos oníricos.” Em aspectos gerais, trata-se de uma situação a qual, um pai estivera de vigília à cabeceira do leito de seu filho enfermo por dias e noites a fio. Após a morte do menino, fora para o quarto ao lado descansar, mas deixou a porta aberta para enxergar o aposento em que jazia o corpo do filho que, estava acompanhado com velas altas a seu redor e, um velho, encarregado de velá-lo. Após algumas horas de sono, o pai sonhou que *seu filho estava de pé junto a sua cama, tomando-o pelo braço e lhe sussurrando em tom de censura: “Pai, não vês que estou queimando?”* Ele acordou, notou um clarão intenso no quarto, correu até lá e constatou que o velho vigia caíra no sono e que a mortalha e um dos braços do cadáver de seu amado filho tinham sido queimados por uma vela acesa que tombara sobre eles.

Freud observa que esse sonho evidencia a realização de desejo, pois o filho morto, ao advertir o seu pai, comporta-se no sonho como se estivesse vivo, levando-o, a prolongar o sono, como uma tentativa de manter esta condição.

interpretou algo da verdade da história do sujeito, levando-o a usá-la compulsivamente, como uma tentativa de legitimar uma certa identidade.

Marcado pelo esquecimento da infância, supunha sofrer de algum tipo de amnésia, o que lhe fazia afirmar que tratamento algum poderia ajudá-lo. Entretanto, lá estava ele, adolescendo com o seu profundo olhar de tristeza, que além de capturar um menino de treze longos e penosos anos, demarcava um sujeito buscando dolorosamente uma espécie de referência que pudesse lhe dar alguma visibilidade de um esboço qualquer de futuro.

E aí trouxe! Estas foram as primeiras palavras endereçadas. E logo após um profundo silêncio, refere que o meu trabalho seria uma perda de tempo e, se dependesse dele, não viria, pois teria vindo somente porque o trouxe do juiz o obrigou. Digo-lhe que isto tudo só fará sentido em sua vida se ele desejar vir, caso contrário, seria realmente uma perda de tempo. Suas palavras pareciam repetir incessantemente o mesmo enunciado: "desejo ver as pessoas arderem no fogo do inferno". Todos que supostamente lhe desejavam algum mal, recebiam as mesmas missivas.

- Fogo!!! Fogo!!! Palavra de ordem que freqüentemente explodia em sua boca. Logo após anunciá-la, seus lábios, tremulamente, cerravam-se, abrindo caminho para um olhar fulminante, digno de um corpo em chamas. Ao repetir intensamente a palavra fogo, buscava de alguma forma, transmitir algo de uma experiência.

Certa feita, refere que sua mãe abandonara seu pai quando ele ainda era menino. Apenas lembrava da casa em chamas, fruto da ira do pai, pois não perdoara a esposa pelo repentino abandono. Queimá-la teria sido a forma encontrada para puni-la. Todavia, quis o desatino que só estivesse ele na humilde e frágil casa que, em poucos minutos, demonstrava sua impotência frente às labaredas de fogo. Depois deste dia, jamais encontraria seu pai novamente, embora as marcas em seu corpo das profundas queimaduras, materializassem sua amarga presença.

Passaram-se alguns anos e lá estava ele, compulsivamente, queimando outras crianças, com isqueiro, cigarros, ferro de passar roupa, etc..., até o dia em que jogou *álcool* no diretor da escola e ateou fogo (motivo do encaminhamento para tratamento), simplesmente por acreditar que este era um trouxa que se comportava como se fosse o pai da escola. Enfurecido, demonstra muita raiva de sua mãe, a ponto de referir que se ela não se ocupasse tanto com as roupas e cuidasse melhor de seu pai, talvez ele não teria feito o que fez - "ela é outra trouxa". Isto me leva a dizer-lhe: eu sou um trouxa, o diretor é um trouxa, o juiz é um trouxa, o pai é um trouxa e a mãe é uma trouxa. Diante disso, ele chora compulsivamente e se diz um trouxa, culpando-se por carregar as marcas das queimaduras em seu corpo, pois não teria conseguido

reagir quando percebeu a casa em chamas, ficando absolutamente imóvel, impotente e desamparado diante da violência que estava submetido. Várias eram as questões: Por que o pai fazia aquilo? Por que a mãe demorou em chegar? Por que ele não fez nada? Por que o diretor pensa que é pai da escola? Por que este juiz o encaminha para um psicanalista? E ainda, por que raios é preciso falar com este sujeito?

O corpo em chamas de W situava a sua condição de culpa pelo próprio abandono que estava submetido, levando-lhe a supor que o outro requer a sua perda, pois as dolorosas marcas em seu corpo eram uma espécie de materialização no real das insígnias de morte endereçadas a ele através deste pai. Ocorre que a possibilidade de encarnar o pai, em qualquer um que representasse uma certa autoridade, era realmente algo eminente, quer seja o juiz, o diretor, o psicanalista, etc.

Quanto aos atos cometidos e os possíveis efeitos causados nos outros, W demonstrava não ter conhecimento acerca dos motivos que o levavam a roubar, a agredir os demais ou, até mesmo, não reconhecia qualquer razão que pudesse justificar a crueldade em queimar pessoas e colocar fogo nas coisas. Apenas demarcava uma situação a qual parecia ser engolfado por um real, do qual não possuía nenhuma consciência. Era preciso um grito para que ele se apercebesse do que estava acontecendo, mas não se tratava de um grito qualquer, era preciso que aos seus ouvidos fosse interpretado como um grito de dor. A dor do outro como a visão da própria imagem no espelho, era paradoxalmente, tanto o motivo quanto o limite do seu ato, ou seja, uma espécie de presentificação mínima de um significante que simbolicamente pudesse fazer um furo neste real aniquilador. W parecia nos dizer que suas precárias possibilidades de reconhecer um sujeito no campo do outro só era possível quando o corpo do semelhante pudesse ser marcado com algum ato de crueldade.

Depois de um certo tempo de tratamento W refere que sempre antes de precipitar-se em agredir alguém sentia um intenso calor no corpo que só diminuía quando “fazia alguma besteira”. Diante disso, poderíamos formular as seguintes questões: o corpo em chamas de W seria uma espécie de encarnação na própria pele das labaredas da casa incendiada pelo seu pai? Ou, seria a encarnação do próprio pai em seu corpo enquanto destruidor? E ainda, as incansáveis tentativas de destruir os outros seria uma forma às avessas tanto de aliviar o sofrimento da própria alma, quanto de anunciar o desamparo a que estava submetido, mediante a identificação com um corpo que queima e grita por socorro? Não sei se algum dia encontrarei respostas para estas questões, ou até mesmo, se com o passar do tempo eu conseguirei formulá-las melhor, o que talvez, poderia ser mais interessante. Entretanto, W nos mostra que seu complexo sofrimento não se encontra numa confortável e empobrecedora

linearidade de causa e efeito, pois seu pedido de socorro circula entre o menino que queima, o menino que é queimado e o menino queimador, como uma espécie de busca desesperada de um pai que apague as chamas do corpo que ele mesmo incendiou, materializada no grito de socorro – pai não vê que estou queimando.

Sua atormentadora angústia que assolava sua existência encontra uma espécie de descanso quando ele formula a seguinte questão - será que o pai sabia que eu estava dentro da casa quando ateou fogo? Valiosa interrogação, pois ao instaurar minimamente uma dialética, faz um furo na morte, na medida em que reordena as suas possibilidades de lidar com outro. Relativizando assim, o imperativo que estava capturado, ou seja: talvez não seja mais imprescindível viver tão rápido, nem categoricamente preciso morrer tão jovem.

## 6.2 SOBRE UM CERTO “JUNIOR” ESTRANHAMENTE FAMILIAR E OS LIMITES NA CONDUÇÃO DE UM CASO

Junior foi encaminhado para tratamento em função de pequenos furtos, depredação do patrimônio público, envolvimento em brigas de gangues e uso de maconha. Ao chegar sozinho para o seu primeiro e único atendimento, rapidamente, faz questão de dizer que não precisa de ninguém para trazê-lo, pois a vida inteira havia se arranjado por si mesmo. Tão logo passamos à sala de atendimento, antes mesmo que pudéssemos sentar nas poltronas, ouço alguém batendo fortemente na porta. Ao abri-la, deparo-me com um sujeito ensopado em suor e visivelmente com dificuldades para respirar - o que naquele momento parecia lhe causar uma certa impossibilidade de falar - dizendo-me: “sou o pai deste menino”. Ao convidá-lo para entrar, ele não se move, apenas dirige um olhar para o seu filho, buscando uma espécie de autorização para adentrar a sala. Respira fundo e diz: “eu só entrarei se ele deixar, caso contrário, ele poderá ficar muito brabo”. Diante disso, Junior demonstra ficar fortemente incomodado e logo verbaliza seu repúdio a postura de seu pai, respondendo: “entre seu idiota”.

Ainda sobre os efeitos deste momento inicial, pergunto ao Junior o que significava o fato de a vida inteira ter se arranjado por si mesmo. Diante desta questão, os adjetivos endereçados ao pai eram de uma avassaladora desqualificação, quer seja pelas repetidas ausências em sua vida, quer seja pela condição social que o impossibilitava de fazê-lo usufruir

da parafernália dos objetos de consumo idealizados por ele. Seu pai, segundo ele, era um pobre imbecil que, além de nada poder, com qualquer coisa se contentava. Suas certezas jogam-lhe na delinquência face ao desespero de se fazer reconhecer, de ser alguém, ainda que imerso numa espécie de delírio de autonomia, como se nada que o antecedesse tivesse algum valor, na medida em que parecia repudiar, veementemente, suas frágeis heranças simbólicas. Em contrapartida, enfaticamente dizia que com ele seria tudo diferente, pois se não consegue aquilo que almeja, ele arranca, rouba ou simplesmente depreda, orgulhosamente exhibe um colar em seu pescoço fruto de um furto “pelo menos faço alguma coisa, não fico ai parado como um otário vendo tudo acontecer e só os outros se divertirem”. Curiosamente, a mensagem estava dada a este pai: faça alguma coisa! Não fique ai parado na porta vendo-me gozar e pedindo licença para entrar! Aqui, diferente de nossa introdução, é um filho que parece encurralar o pai, dizendo-lhe: reaja pai! Faça alguma coisa, senão eu me destruo...

Quando pergunto ao pai de Junior o que ele faria se o filho ficasse brabo. Ele responde que isto é tudo o que não deseja, demonstrando-se absolutamente disposto em fazer todas as vontades de seu filho, supondo que com isso estaria contribuindo para que as coisas não piorassem. Além disso, demonstrava-se muito disposto em fazer o que fosse preciso para ajudar no tratamento, embora deixasse muito evidente que todo e qualquer saber acerca de como lidar com os impasses de seu filho, seria uma espécie de saber instrumentalizado, ou seja, encarnado em alguma figura que pudesse representar uma espécie de estereotipo de autoridade, sobretudo, aos olhos do pai.

Nesta busca de um representante da lei, facilmente este pode se materializar na figura do juiz, do advogado, da autoridade policial e, até mesmo, do próprio psicanalista. Este perigoso caminho de investir numa aposta, em encontrar no outro aquilo que está precariamente simbolizado para si próprio, na verdade, o que produz é uma radical exclusão do pai de responder deste lugar, assim como, de legitimar a sua condição de impotência, jogando assim, o seu filho no desamparo. Isto por sua vez, leva-o a testar no real os limites da lei como uma tentativa desesperada de que alguém possa fazer alguma coisa, ainda que para isso, seja preciso ir para trás das grades. Neste caso, se o pai não responder, pouco importa de que lugar advenha este olhar, pois o que está em questão é simplesmente atestar as insígnias que ele supõe que o outro o endereça: insígnias de morte. Restando-lhe somente o arrombamento, a violação, a captura, ou seja, um verdadeiro “vale tudo” desesperado como tentativa de testar todas as possibilidades para apreender um naco de olhar que possa testemunhar o seu desamparo.

Acreditamos que, num primeiro momento o lugar que este filho ocupa no discurso deste pai, pode ser lido da seguinte forma, ainda que o pai se exclua, ele de alguma maneira aposta na existência de que alguém detenha um saber acerca de seu filho, pois seria justamente esta aposta absoluta no outro o motivo desta exclusão da sua condição de pai, na medida em que, supostamente, o outro detém o saber. Durante um certo tempo, também nos pautamos por esta lógica. Atualmente, pensamos que talvez isto não seja tão simples assim. Ocorre que essas supostas idealizações absolutas, de buscas de saberes encarnados, jogam o sujeito na mesma vala comum: todos, qualquer um e ninguém. Na verdade, o discurso deste pai aponta que ninguém pode lidar com os problemas do filho, pois o que ele busca quase sem ar, ensofado em suor, arrebatando uma porta, é a encarnação de uma lei para si próprio. O filho jogado ao desamparo, situa-se como uma espécie de sacrifício de um pai que, aparentemente, não possui problemas com a lei, mas que através deste violento não saber, evidencia a fragilidade de sua transmissão.

Diante disso, a busca de um saber instrumentalizado é a denuncia dos impasses da relação problemática do pai deste adolescente com a lei. Isto nos leva a supor que é justamente em função destes impasses em relação com a lei que recaí neste filho insígnias de morte, fazendo-o supor que este deseja a sua perda. Diante de tal desamparo seu filho desafiará a morte como uma precária e desesperada tentativa de se manter vivo.

Como já mencionamos, no início da construção deste caso, foi apenas um atendimento que realizei com este pai e seu filho. No momento que suspendi esta primeira e única sessão, pude me dar conta que gradativamente e silenciosamente, eu havia afastado a minha cadeira em direção à janela, como quem demarcasse uma necessidade de tomar uma certa distância dos horrores que ali foram enunciados. Mas por que seriam horrores? Durante o meu processo de análise, pude perceber que o Junior que carregou em meu próprio nome foi justamente o obstáculo que se colocou para que eu pudesse conduzir este tratamento. Talvez ali me deparei com algo “estranhamente familiar” e insuportável<sup>46</sup> que me levou a empurrar a cadeira na busca de um distanciamento real de uma espécie de violência a qual ainda não estava preparado para escutar, ou seja: como um Junior poderia falar assim com o seu pai? E como este pai responde deste lugar?

Portanto, sobre um certo aspecto a construção aqui presente pode ser um tanto precipitada e, até mesmo, limitada no que diz respeito às possibilidades de direção de

---

<sup>46</sup> Neste momento penso ser pertinente resgatar uma observação de Lacan: “Nunca se disse que o analista não deve ter sentimento em relação ao seu paciente, mas deve saber não apenas não ceder a eles, colocá-los no seu devido lugar, mas servir-se deles adequadamente na sua técnica.” (LACAN, 1953, p.43)

tratamento. Entretanto, acredito que alguns detalhes desta experiência podem nos servir para tomarmos um certo cuidado na condução destes tratamentos, identificações à parte, cabe ressaltar que muitas vezes, quem demanda uma análise são os pais e, diante disso, é preciso estar atento para não responder cegamente a demanda implícita no encaminhamento jurídico de atender o adolescente. É neste sentido que o psicanalista deve sustentar o seu ato e isto começa justamente no momento em que acolhe alguém em tratamento, pois como nos lembra Lacan (1968) no seminário “O ato psicanalítico”, o primeiro ato de um psicanalista se dá no momento que acolhe alguém em análise.

Nesses casos, é preciso lembrar que a sustentação deste ato se dá tanto com os sujeitos em questão, quanto com as fontes encaminhadoras, o que, diga-se de passagem, apesar de muito profícuo esse diálogo, não é nada fácil, o entendimento do discurso jurídico com a prática psicanalítica.

### 6.3 A PERVERSÃO ENQUANTO “UM DESEJO QUE NÃO OUSA DIZER O SEU NOME”

A primeira vez que encontrei L ele estava acompanhado de seus pais. Fora encaminhado para tratamento em função do uso de maconha e de alguns envolvimento em depredações do patrimônio público e privado. Rapidamente, solicitou-me que o atendesse sozinho. Resolvi acolher o seu pedido e deparei-me com um sujeito apavorado frente ao desespero de ser novamente espancado pelo pai, o que de saída levou-lhe a fazer-me o seguinte pedido - faça com que ele não me bata mais.

Seu pai, através de uma brutal e diversificada truculência, supunha que era preciso colocar um limite nos atos delinquentes de seu filho, para tal, recorria a sermões infundáveis, espancamentos, castigos e, até mesmo, aprisionamentos físicos mediante a cruéis contenções corporais. Sua hipótese era que se ele não fizesse isto, às coisas iriam piorar, pois L poderia matar qualquer um, inclusive ele, ou seja, o pai de L supunha que potencialmente o seu filho poderia destruí-lo. Esta delicada suposição, de alguma forma, parecia ordenar as suas violentas ações em relação ao corpo do filho, jogando este adolescente numa radical condição de desamparo, o qual era sensivelmente legitimado pela mãe de L, na medida em que ela não reconhecia em si mesma a possibilidade de fazer uso da palavra em relação aos seus saberes



sobre o filho. Limitava-se apenas em dizer que o seu marido estaria absolutamente correto, pois em relação ao filho, ela não teria nada a dizer, restando-lhe somente dar-lhe muito carinho.

Foram apenas algumas sessões, onde sempre que possível L mostrava as marcas em seu corpo dos espancamentos que se intensificavam sensivelmente. Certo dia levanta a sua camisa na frente do pai e solicita-me que eu o impeça de fazer aquilo novamente. Diante disso, seu pai responde que os culpados das agressões seriam o próprio L, pela insistência no uso das drogas, e eu, por não conseguir impedi-lo de repetir os seus atos. Parece-nos muito evidente que seria interessante que este pai pudesse submeter-se a um tratamento. Entretanto, quando lhe questiono sobre a sua responsabilidade em relação ao que se passa com o seu filho, bem como, em relação às contínuas agressões, procuro, equivocadamente, naquele momento, apontar-lhe as possibilidades de legitimar a sua autoridade perante o uso da palavra em detrimento da violência. Ele responde mostrando-me a mão e dizendo-me: “esta é a minha palavra e não temos mais nada a fazer aqui<sup>47</sup>”.

Creio que não é possível afirmar que este sujeito possuía dificuldades para o estabelecimento da transferência, simplesmente pelo lugar que ele coloca a palavra na relação com o outro. *Só depois* pude perceber que a minha intervenção foi extremamente equivocada, na medida em que estava situada numa relação intersubjetiva de caráter defensivo, procurando apontar a importância desse sujeito se dar conta da sua responsabilidade, exigindo-lhe a fazer uso de algo que, naquele momento, parecia-lhe logicamente impossível. Na verdade, o que não foi escutado, foi justamente a sua hipótese, a saber: que o seu filho, potencialmente, poderia destruí-lo. Aí sim poderia haver uma possibilidade da palavra circular mediante o lugar que este filho estava suposto no discurso do pai.

Passados alguns anos, L já adulto, orgulhoso de sua qualificação profissional, retorna a procurar-me, fazendo questão de mencionar que estaria ali em causa própria, pois seu pai já havia falecido e “os problemas do passado não existiriam mais”. A morte do pai, jogou-lhe numa voraz obsessão pelos estudos, bem como, por ganhar e perder dinheiro. Entretanto, seus impasses com a lei continuavam mediante há freqüentes situações de espancamento de suas companheiras, seguido de diversos processos e sérios problemas financeiros.

---

<sup>47</sup> Lebrun, em seu Livro “Um mundo sem limite”, no capítulo que discute a função do pai, traz uma importante contribuição a partir de sua leitura do trabalho de Aldo Naouri, abordando uma passagem onde o autor refere que “em qualquer lugar ou circunstância, a função paterna exige ser sustentada por um meio sob pena de produzir situações que não podem ser geridas. Um pai não pode, com efeito, decretar-se pai. Se o fizer, podemos estar certos de que provocará danos consideráveis na sua descendência.” (LEBRUN, 2001, p.43)

Num primeiro momento, pensei que este sujeito apenas teria vindo me dizer: você não fez ele parar de me bater, agora vim aqui te mostrar que atualmente sou eu o agressor. Será que poderás protegê-las agora? Creio que esta, entre diversas outras, podem se configurar como uma das limitadas hipóteses que ficamos tentados a formular quando nos deparamos com a interrogação acerca das possibilidades de tratamento psicanalítico em casos de perversão. Neste sentido, às vezes é necessário nos libertarmos um pouco, sem desconsiderá-las obviamente, de algumas formulações, verdades, senão, clichês, presentes nas literaturas que abordam o tema, na medida em que dependendo da relação que estabelecemos com elas, podemos obturar sensivelmente as nossas capacidades de escuta. Tais como: o perverso dificilmente procura uma análise e, quando o faz, ele busca simplesmente o saber do psicanalista para fazer uso em nome de um gozo próprio, ou até mesmo, uma espécie de autorização para continuar executando o seu roteiro; assim como, simplesmente goza pela hipótese que seu relato pode produzir neste que o escuta, sofrimento.

### **6.3.1. O fetiche enquanto gozo escópico do corpo materno**

L referia não entender o por que as companheiras faziam isso com ele, pois sempre se envolvia com mulheres de baixíssimo nível intelectual, possuindo como única missão nessas relações formá-las academicamente. Isto que chamamos de uma missão em relação às mulheres: “formá-las”, era uma espécie de roteiro fixo que se conjugava diante daquilo que se apresentava como a única forma de atingir o orgasmo, a saber, era preciso colocar o seu órgão sexual entre os pés de suas amadas. Quando conseguia fazer isto fazia questão de dizer – “elas não precisavam fazer mais nada, além de ficarem quietas e imóveis”. Lacan na lição de 09/06/1954, do seminário Livro 1, “Os escritos técnicos de Freud”, a partir de sua leitura de Marcel Proust de “Em busca do tempo perdido”, ao abordar especificamente o ciclo de Albertine<sup>48</sup>, mostra-nos que a lógica do perverso situa-se *numa captação inesgotável do*

---

<sup>48</sup> Segundo Fernando Py “Em Sodoma e Gomorra, o narrador entra no universo da inversão sexual, embora tenha pensado em livrar-se de Albertine, passa a amá-la morbidamente e decide impedi-la que seja contagiada por este mundo de depravações, mantendo-a seqüestrada em sua companhia. No instante em que se convence que o amor como qualquer sentimento se degrada e destrói com o passar do tempo, procura interromper este fluxo corrosivo, concluindo que é necessário abandonar Albertine. Isto ocorre exatamente no momento em que é avisado que a moça acabara de fugir de sua casa. Então, aquilo que num primeiro momento lhe causa mágoa pelo abandono, transforma-se em luto, ao saber que logo após a fuga, ela morreu.” (PY, 2002, p.11)

*desejo do outro*, jogando-o e fixando-o na condição de objeto inanimado. É a partir da relação do narrador com a Abertine que Lacan vai nos dizer:

“O que é a perversão? Ela não é simplesmente aberração em relação a critérios sociais, anomalia contrária aos bons costumes, se bem que esse registro não esteja ausente [...]. Ela é outra coisa na sua estrutura mesma. Não é por nada que se disse de certo número de tendências perversas que são de um desejo que não ousa dizer seu nome. A perversão situa-se, com efeito, no limite do registro do reconhecimento e é isso que a fixa, a estigmatiza como tal. Estruturalmente, a perversão tal como a delineei para vocês no plano imaginário, só pode se sustentar, em um estatuto precário que, a cada instante, do interior, é contestado para o sujeito.” (LACAN, 1953, p.252)

A fixação na imagem dos pés mostra-nos que o perverso se encontra aprisionado em seu próprio fetiche, capturado por uma imagem que impossibilita o reconhecimento de um sujeito, reduzindo-o à condição de mero instrumento, na medida em que o outro está na condição inanimada. Insistimos nesta tese de Lacan de que “o outro está na condição de objeto inanimado”, justamente porque ela nos aponta alguns elementos para pensarmos a lógica de um sujeito situado num discurso perverso.

Entretanto, podemos nos interrogar também acerca de como se constitui o objeto fetiche para o sujeito. Segundo Lacan, no Seminário Livro 4, “A relação de objeto”, “o que constitui o fetiche, o elemento simbólico que fixa o fetiche e o projeta sobre o véu, é retirado especialmente da dimensão histórica<sup>49</sup>. Este é o momento da história onde a imagem se fixa.” (LACAN, 1956-57, p.159) Neste caso, uma recordação pode nos trazer algumas luzes neste complexo universo. Trata-se da lembrança de sua primeira experiência de masturbação na adolescência de L, na qual sentiu muito prazer ao ficar meduzado, olhando a estátua de uma índia que carregava peixes mortos numa cesta (objeto inanimado). Recordar-se que, naquele momento, parecia existir apenas aquela estátua, pois nenhum outro objeto ao seu redor,

---

<sup>49</sup> Esta formulação de Lacan decorre de sua leitura do célebre texto de Freud (1927) “Fetichismo”, no qual o autor propõe o fetiche como uma espécie de matriz da perversão. Diz Lacan: “Antes de ir mais longe, vocês já podem ver todos os tipos de coisas se esclarecerem, inclusive e até o fato de Freud nos dar como primeiro exemplo de uma análise de fetichista essa maravilhosa história de trocadilho. Um senhor que passara sua primeira infância na Inglaterra e que viera se tornar fetichista na Alemanha, buscava sempre um pequeno brilho no nariz, que ele via, aliás, *ein Glanz auf die nase*. Isso nada mais queria dizer senão *um olhar sobre o nariz*, nariz este que era, naturalmente, um símbolo. A expressão alemã só fazia transpor a expressão inglesa *a glance at the nose*, que lhe vinha de seus primeiros anos. Vêm aqui entrar em jogo, e projetar-se num ponto sobre o véu, a cadeia histórica, que pode mesmo conter uma frase inteira e, bem mais ainda uma frase numa língua esquecida.” (LACAN, 1956-1957, p.161)

convocava o seu olhar. Capturado<sup>50</sup> pela imagem da tal índia, percebeu-se masturbando compulsivamente e, logo após, dirigiu-se para a janela de sua casa e passou a contemplar as mulheres que passavam na rua, com apenas um pensamento: engravidá-las.

No transcorrer da análise refere que ao receber o seu primeiro salário desejou comprar um sapato para sua mãe. Esta, em algum momento de sua infância, contou-lhe que um tio tentou abusá-la quando ainda era menina; apesar de não ter tido êxito, ele a perseguiu e a pegou pelos pés. Descalça, ela havia corrido e se desvencilhado do tal agressor. Num determinado momento lhe ocorreu que sua mãe julgava as feições de seu próprio corpo muito diferente de seu pai, no caso, o avô materno de L, mas, segundo ela, o seu próprio pé, o que lhe rendia muito orgulho, era a única parte de seu corpo igual ao do seu pai. Este suposto endereçamento incestuoso da mãe a este filho, implica a possibilidade de acesso ao corpo dela, de acesso ao corpo de tio, do próprio pai, bem como, do corpo do filho.

Estes elementos apresentados nos levam a seguinte interrogação: a constituição do objeto fetiche seria uma espécie de endereçamento da mãe ao seu filho, na medida em que se trata de um “pedaço<sup>51</sup>” do corpo erogenizado dela que recai no imaginário deste? E ainda, poder-se-ia pensar este “pedaço” enquanto objeto de desejo da mãe que estaria fixado na geração anterior? Ou seja, uma parte do corpo desejado do pai da mãe que recai no filho.

A impossibilidade da mãe de L poder falar algo acerca de seu filho - como mencionado nas primeiras entrevistas -, limitando-se a simplesmente dizer que apenas lhe cabia dar afeto; somado às agressões do pai, apontariam os delicados laços incestuosos desta família, estabelecidos através do abuso do corpo do outro, seja mediante aos silenciosos afagos da mãe, seja em função das cruentas agressões do pai? Este transbordamento do corpo, tomando-lhe como um objeto de gozo teria alguma relação com as depredações do patrimônio público tão frequentes na adolescência de L? Ou, até mesmo com os contínuos espancamentos de suas companheiras?

O clássico da literatura luso-brasileiro “Lavoura arcaica”, de autoria de Nassar (1975), ao abordar a violência sobre o viés da relação incestuosa - onde a entrega dos corpos à família, situa-se em primeira instância na incestuosa manutenção eterna dos filhos na própria casa, através do enunciado paterno que referia “a felicidade só é possível no seio da família”;

---

<sup>50</sup> Lacan (1956-1957) na lição do IX “A função do véu” nos fala que o fetiche é uma espécie de materialização aguda do objeto.

<sup>51</sup> Entendemos o quanto a noção de pedaço situa uma certa dimensão primária, que de alguma forma acentua o que procuramos mencionar anteriormente, pois o *fetiche* funciona como uma espécie de brilho, que faz um recorte muito específico de uma parte que apaga ou ofusca todo o resto, uma espécie de recurso face aos riscos do apagamento absoluto do outro.

seguido da entrega do corpo ao laborar incansavelmente a terra, assim como, da entrega dos corpos entre os irmãos, pois se sentiam autorizados pelo enunciado do pai - ajuda-nos a pensar os efeitos dos discursos paternos no desencadeamento de atos perversos. Vejamos:

“Foi um milagre o que aconteceu entre nós, querida irmã, o mesmo tronco, o mesmo teto, nenhuma traição, nenhuma deslealdade, e a certeza supérflua e tão fundamental de um contar sempre com o outro no instante de alegria e nas horas de adversidade; foi um milagre, querida irmã, descobrirmos que somos tão conformes em nossos corpos, e que vamos a nossa união continuar a infância comum, sem mágoa para nossos brinquedos, sem corte em nossas memórias, sem trauma para nossa história; foi um milagre descobrirmos acima de tudo que nos bastamos dentro dos limites de nossa própria casa, confirmando a palavra do pai de que a felicidade só pode ser encontrada no seio da família.” (NASSAR, 1975, p.120)

“Como último recurso, querida Ana, te chamo ainda à simplicidade, te incito agora a responder só por reflexo e não por reflexão, te exorto a reconhecer comigo o fio atávico dessa paixão: se o pai, se o pai no seu gesto austero, quis fazer da casa um templo, a mãe, transbordando em seu afeto, só conseguiu fazer dela uma casa de perdição.” (NASSAR, 1975, p.136)

Retornando a questão do fetiche, pode-se dizer que a fixação do perverso, em relação a um objeto, é uma espécie de tentativa de captura do objeto causa do desejo, na medida em que se fixa em uma imagem, que imaginariamente pudesse capturar o olhar. Entretanto, Lacan vai nos dizer que a captura do objeto *a* (causa do desejo) é da ordem do impossível, ou seja, não há imagem do olhar, porque o objeto *a* não é especularizável, não tem imagem, pois não possui nenhuma materialidade e substância, não tem imagem e, conseqüentemente, não se pode apalpá-lo. Neste sentido, conforme Násio (2003), em “O olhar em psicanálise” o olhar é um gozo ligado a algum orifício. Ocorre que o perverso encontra-se no beco sem saída do engodo imaginário de supor ter capturado e fixado este objeto em sua própria retina.

Lacan vai nos dizer que na perversão o que esta em questão é o sujeito esconder a falta fálica da mãe, onde o véu possui uma função paradoxal de esconder o nada, que está para além do objeto enquanto desejo do outro. A mãe não tem o falo, mas ao mesmo tempo é onde se projeta a imagem fixa do falo simbólico: a mãe tem o falo. Segundo Lacan, o fetichismo coloca um véu sobre a falta fálica da mãe, sendo esse o substituto do falo deslocado para o pé, o sapato, situando o fetiche como substituto do falo faltante na mãe.

A perversão, diz Lacan é uma experiência no sentido pleno da paixão humana. Sua estrutura é eminentemente imaginária, estando assim, alicerçada no engodo do eixo especular, o que demarca uma lógica desejante, que só pode se satisfazer em uma captação inesgotável do desejo do outro, perseguindo e dissolvendo o ser do sujeito, jogando-o na condição de

objeto inanimado, como instrumento à mercê do seu gozo. As formulações de Lacan nos levam a seguinte proposição: o perverso aprisiona o outro, a tal ponto de não fazer a suposição de que ali há um sujeito.

### 6.3.2 A profanação da imago paterna

As construções que faremos, a seguir, decorrem de nossa leitura da lição de 27/04/1966 do seminário livro 13, “O objeto da psicanálise”, onde a Senhorita Grazien, a convite de Lacan, apresenta um recorte do texto de Proust “Em busca do tempo perdido”, através da célebre cena de *Montjuvain*, no qual o lugar da Srta Vinteuil, situa a posição perversa de simultaneamente afirmar e negar a presença do pai.

A fim de tratarmos da profanação do pai na perversão, retornamos a Proust, na célebre “cena de Montjouvain”. Nosso narrador fora até “Montjouvain” observar os reflexos do teto de telhas e, devido ao calor, deitou-se nas moitas e adormecera. Quando acorda, era quase noite, ao levantar-se viu a senhorita Vinteuil, o que lhe deixa paralisado, na condição de espectador, com receio de ser descoberto. Eis o relato da cena:

“No fundo do salão da srta Vinteuil sobre a lareira, havia um pequeno retrato do pai, que ela foi buscar as pressas no momento em que ressoou o rodar de um carro na estrada. Depois, atirou-se sobre um canapé e puxou para junto de si uma mesinha sobre a qual pôs o retrato [...]. No decote de seu corpinho de crepe, a senhorita Vinteuil sentiu que a amiga lhe dava um beijo, soltou um gritinho, fugiu, e as duas se perseguiram aos saltos fazendo revoar as largas mangas como asas e gorjeando e chilreando como dois pássaros amorosos. Por fim a senhorita Vinteuil caiu sobre o sofá, coberta pelo corpo da amiga. Mas esta se encontrava de costas para a mesinha onde esta a o retrato do velho professor de piano. A senhorita Vinteuil compreendeu que a amiga não o veria se não lhe atraísse a atenção, e lhe disse como se apenas agora estivesse reparado nele: oh este retrato de meu pai que nos olha, não sei quem o pôs ai, já falei mil vezes que não é este o seu lugar.” (PROUST, 2002, p.138)

“Um desejo que não ousa dizer o seu nome”, implica em não saber o que fazer com este retrato do pai, que sempre aparece, capturando o perverso numa miserável lógica

imaginária de incansavelmente mostrar ao outro a presença do pai que, permanentemente, e despretensiosamente, lhe cai aos olhos, ainda que na condição de ser profanado. Neste sentido, a perversão não se trata de falta de pai, muito pelo contrário, na verdade de uma forma ou de outra, ela sempre convoca um excesso de pai no real, embora não sustente e reconheça a demanda de autoria que requer o seu ato: “mas quem colocou este retrato aí, já falei mais de mil vezes...”. Este excesso que nos referimos é como um feixe de luz que lhe produz cegueira diante da impregnação do corpo materno, restando-lhe muitas vezes o *fetich* que, se de um lado funciona como uma espécie de brilho, fazendo um recorte muito específico de uma parte, apagando ou ofuscando todo o resto, de outro, presentifica-se como um recurso face ao apagamento absoluto do outro.

Entendemos que a possibilidade de direção de tratamento psicanalítico pode se dar nestes casos, onde o sujeito está tomado por um roteiro fixo numa imagem que parece capturá-lo, conforme ressalta Fleig (2006), é justamente que “a queda deste objeto possa se dar, ou seja, que a cena a qual o sujeito se vê tomado, possa cair. Trata-se na verdade das possibilidades de haver um descolamento do significante da imagem a qual ele está fixado.”<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Conforme palestra realizada no Santander Cultural - POA em 20/05/2006, sob o título “O desejo Perverso e sua interpretação”, compondo as atividades realizadas na Jornada “Lacan com Proust: a cena e o objeto.”

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta dissertação, situamos o trabalho do psicanalista enquanto uma laboriosa paixão pelo detalhe. Tivemos como princípio, resgatar o valor da aposta freudiana naquilo que poderia ser considerado um erro perceptivo elementar ou, até mesmo, aparentes banalidades, seja pelo senso comum, seja pelo modelo de ciência vigente, a saber, os chistes, os sintomas, os atos falhos e os sonhos. Optamos por este caminho justamente por entender que a genialidade e a sensibilidade de Freud permitiram-lhe, de um lado, escutar algo da dimensão da verdade do sujeito enunciada nessas formações do inconsciente e, de outro, construir uma prática que, permanentemente, interroga a sua própria teoria, na medida em que o seu exercício só é possível se dar, a partir do valor, do respeito e do saber atribuído às palavras de cada analisante, que o psicanalista se propõe a escutar. Estas, apesar de demarcarem suas singulares e inapreensíveis formas de padecer, situando o lugar do sujeito perante o outro, não se deixam capturar por saberes totalizantes, pois a fala em análise está sujeita às mais diversas vicissitudes, nas quais, o analisante se depara com um saber outro acerca de si mesmo, o que certamente, poderá mudar o rumo de sua vida.

Como percebemos, ao longo deste trabalho, a aposta freudiana convoca o psicanalista a problematizar o seu lugar, a partir das demandas que lhe são endereçadas, nos caminhos da transferência. Diante disso, quando nos aventuramos a interrogar as possibilidades de tratamento psicanalítico, com adolescentes em conflito com a lei, a ponto de fazer desta questão uma pesquisa de mestrado, percebíamos que se tratava, tanto de uma tentativa para dar conta de uma certa angústia, que insistia em se fazer presente, quanto em lidar com os diversos fracassos decorrentes de nossa prática clínica. Entretanto, o interesse pelo tema, a responsabilidade com as demandas que continuavam a chegar até nós, assim como, a hipótese que fomos construindo ao longo deste trabalho clínico, parecia-nos nutrir da força necessária para sustentar o desejo de escrever essas linhas e defender esta dissertação. Vislumbrando, assim, trazer alguma contribuição para este delicado e complexo universo que, muitas vezes,



de forma visceral, jogava-nos num brutal desamparo, quer seja pela fragilidade de nossos saberes, quer seja pela radicalidade transferencial que estávamos submetidos.

Os adolescentes, acompanhados nesta pesquisa, ainda que marcados em suas histórias, como agentes de diversos atos de agressão e violência, mediante o uso freqüente da força física, do desafio constante dos limites da lei, assim como, da necessidade de legitimar os seus poderes de destruição, mostraram-nos suas fragilidades através da angústia, materializa no imperativo de ferir o outro. Desde o início deste trabalho, supomos que esta angústia era um sinal, onde através de um tímido pedido de socorro, buscava-se enlaçar um olhar, que pudesse testemunhar a sua condição de desamparo.

Isto nos levou a escutar a dimensão do conflito com a lei, como uma espécie de denuncia, em face da situação de desamparo que estavam submetidos, seja por demarcarem a impotência da função paterna para situar limites aos excessos pulsionais e ímpetos de violência de seus filhos, seja pela fragilidade destes adolescentes, em lidar com alguns dos imperativos e valores sociais priorizados em nossa cultura. Ambos, parecem jogá-los na solitária rede do individualismo contemporâneo, através da busca desesperada de reconhecimento e visibilidade social. Enfim, a fragilidade da função paterna, acompanhada dos impasses próprios da passagem à adolescência, aguçada face aos apelos frenéticos do consumismo, a exposição do corpo enquanto mercadoria mediante o imperativo do gozo escópico, assim como, o individualismo exacerbado, freqüentemente, materializado no rechaço às frágeis heranças simbólicas herdadas, configuram-se como alguns dos dispositivos que tendem a precipitar estes adolescentes nos confrontos com a lei.

Nossa prática clínica, levou-nos a pensar que eles se sentem encurralados numa trágica lógica especular, pois supõe que, do ponto ao qual este outro o espia, recai insígnias de morte. Isto os leva a formular a hipótese que este outro requer a sua perda, pois como mencionamos anteriormente, ao longo destes atendimentos, os adolescentes em conflito com a lei encontram-se fixados no terceiro tempo do circuito pulsional, proposto por Freud, em “As pulsões e seus destinos”, qual seja, se fazer ver. Esta fixação, joga-os num profundo sentimento de abandono, situando-os na berlinda da morte, como uma tentativa desesperada, ainda que paradoxal, de manterem-se vivos, através da busca frenética de um brilho no olhar do outro a qualquer preço, ou seja, o que está em causa é enlaçar um olhar que testemunhe a sua condição de desamparo.

Ocorre que esta busca faz da vida destes adolescentes um insuportável sofrimento cotidiano. Como tentamos demonstrar, este brilho que eles tanto buscam parece-lhes

permanentemente evanescente, pulverizado e indiferenciado no social, podendo ser todo mundo e ninguém ao mesmo tempo, ou seja, pouco importa de que lugar advenha este olhar, pois o que importa mesmo é, simplesmente, atestar as insígnias que ele supõe que o outro o endereça, insígnias de morte. Em suas incansáveis buscas, defrontam-se com um horizonte que tende a se dissipar constantemente, restando-lhes o arrombamento e a violação, ou seja, um verdadeiro “vale tudo”, como tentativa de testar todas as possibilidades para fisgar um naco de olhar, ainda que, para isto se dar, seja necessário ir para a prisão ou, até mesmo, pagar com a própria vida. Neste sentido, sua trágica lógica especular de supor que o outro requer a sua perda, pode levá-lo tanto à busca de uma prisão real, como uma espécie de materialização do cárcere subjetivo que vive, quanto a confirmar a hipótese suposta no campo do outro.

Procuramos, no transcorrer deste trabalho, apontar alguns dos diversos obstáculos que singularizam sensivelmente a transferência endereçada ao psicanalista, na direção do tratamento. Destacamos algumas dificuldades que exigem um delicado manejo transferencial, sobretudo no que diz respeito às demandas corretivas e adaptacionistas, evidentes nas falas das fontes encaminhadoras, assim como, da aparente ausência de demanda de tratamento por parte dos adolescentes. Ao fazermos estas ponderações, procuramos salientar certas nuances que evidenciam o lugar ao qual o psicanalista está suposto. Entretanto, a partir da nossa leitura de Lacan, encontramos algumas luzes para refletir acerca das possibilidades de direção de tratamento, com adolescentes em conflito com a lei. Através dela, percebemos a importância de acolhermos os significantes que, no transcorrer de um processo analítico, situam a radical condição de desamparo do sujeito, face ao eminente desmantelamento da sua própria imagem.

As construções de casos levaram-nos a compreender que, ao tocarmos nesses significantes de desmantelamento da imagem do sujeito, possibilitamos uma certa apropriação simbólica de *algo* que poderia precipitá-lo num ato real aniquilador ou, até mesmo, mortífero. Portanto, entendemos que é através das possibilidades de enunciação destas insígnias de morte e suas possíveis ressignificações, no transcorrer do tratamento, que uma escuta psicanalítica é possível junto a sofrimentos desta ordem.

Enfim, como já mencionamos anteriormente, este *algo* não se trata de qualquer coisa ou, até mesmo, de *algo* que possamos julgar importante ou essencial para o tratamento. Trata-se apenas de um detalhe que aos olhos do adolescente possa ser reconhecido como um testemunho de sua história. É neste sentido que o analista deve ser absolutamente despretensioso, distanciando-se tanto de qualquer demanda de reconhecimento quanto da ingênua tentativa de compreender o que se passa com o seu analisante.

Para finalizar, gostaríamos de compartilhar algumas palavras sobre um filme<sup>53</sup> que trouxe uma grande contribuição no desenvolvimento deste trabalho, sobretudo no que diz respeito à situação do desamparo, onde a instância do olhar, a mediação da palavra e a capacidade de formular uma hipótese de que existe um Outro, em algum lugar, foram alguns dos recursos simbólicos que o sujeito dispunha para se proteger da eminente possibilidade de ser engolfado por um real aniquilador. Trata-se do “Ray Charles”.

A primeira vez que me deparei com este filme, mediante um pequeno recorte de uma cena, apesar de ter sido uma passagem extremamente rápida, tive uma experiência de profunda radicalidade. Num primeiro momento, após o corte da cena, algo ficou em suspenso, produzindo-me um forte sentimento de desamparo e, conseqüentemente, o desejo de escrever.

A cena em questão é marcada por um profundo e "barulhento silêncio". "Ray" já adulto, vai ao hospital conhecer o seu filho que havia nascido, ao segurar o rebento nos braços, com um certo embaraço, e muita angústia, imagens da sua infância parecia lhe pedir passagem, presenteando os espectadores, com uma lembrança belíssima. Sua mãe está cozinhando, na sua velha e humilde casa, de repente um menino que gradativamente vinha perdendo a sua visão, entra correndo pela porta, tropeça numa cadeira de balanço e vai ao chão. Logo após chora intensamente e chama aos gritos por sua mãe - "Mamãe!! Socorro!! me ajuda.., preciso de você!!!" Esta, por sua vez, embora estivesse, naquele momento, com o olhar angustiadamente atento a cada movimento de seu filho, parecendo estar sempre na eminência de protegê-lo de todo e qualquer perigo, permanece calada e não responde aos apelos do filho, pois acreditava que era preciso ensinar-lhe a se virar sozinho, para que um dia ele pudesse se tornar um grande homem e não sentisse pena de si mesmo pela abrupta cegueira. No transcorrer dos segundos intermináveis desta cena, podemos escutar que apesar do silêncio desta mãe, sua palavra transmitiu-lhe uma sustentação, um amparo, um olhar. Olhar este que sustentou e potencializou o corpo de seu filho, permitindo-lhe enxergar na cegueira.

"Ray" ao perceber que sua mãe não vem ao seu socorro, procura se reerguer e começa a tatear o chão, passando a olhar intensamente em seu entorno e escutar os pequenos fragmentos de movimentos e ruídos dos corpos e objetos que, diga-se de passagem, era marcado por uma diversidade sonora que anunciava a musicalidade ímpar que percorrerá todo o desenrolar da cena. A imagem de uma chaleira assobiando, anunciava a fervura, acompanhada do mugido da vaca, do canto dos pássaros e do cacarejo das aves. Sua atenção o

---

<sup>53</sup> Novamente, agradecemos a professora Liliane Froemming, pela discussão que fomentou a partir deste filme, sobretudo, no que diz respeito ao tema do desamparo.

leva na direção da chaleira e da proximidade com o fogo, na eminência de tocar as chamas, o olhar atento da mãe, parece impedi-lo de se queimar. Como uma espécie de pintura, uma lágrima escorre, vagarosamente, no rosto de sua mãe, que acompanha cada passo, cada obstáculo e cada suspiro de seu filho. De repente, ambos, dirigem simultaneamente os seus olhares para um gafanhoto. que parecia perambular despreziosamente pelo chão. "Ray" através do olhar da mãe vai ao chão novamente - mas agora de um outro lugar -, pega-o em forma de concha e deixa-se tocar pelos sons do gafanhoto que potencializam a sua produção imaginária e possibilita-lhe encontrar a sua amada mãe. Em face da situação de desamparo, ele sustenta seu olhar no olhar da mãe, a ponto de num dado momento dirigir-se em direção a ela, parando, exatamente, na sua frente e dizendo:

- "Também estou te ouvindo.., mãe! você esta bem aí", ao que a mãe responde:
- "Eu estou aqui."
- "Por quê esta chorando mãe?"
- "Porque estou feliz..."

Sentir-se amparado é formular uma hipótese, ainda que na eminência da "insocorridade", que tem alguém aí, que há um olhar, pois a violência do desamparo, na sua absoluta radicalidade, é justamente a impossibilidade de fazer esta hipótese, que só parece encontrar suporte num certo limiar de esperança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A; KNOBEL, M. (org.). **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ALBERTI, S. **O adolescente e seu pathos**. Psicol.USP. São Paulo, v.13,n.2, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0103-65642002000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-65642002000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 out. 2006.
- APPOA - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, ano V, n.11, 1995.
- APPOA - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. **Psicanálise em tempos de violência**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, ano VI, n.12, 1996.
- APPOA – Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. **Onde fala um analista**. Porto Alegre: APPOA, ano XII, n.29, 2005.
- ARAGÃO, L (org). **Clínica do social**: ensaios. São Paulo: Escuta, 1991.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a violência** (1969). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém** (1964): um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A condição humana** (1958). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- AULAGNIER, P. **A violência da interpretação**: Do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- AZEVEDO, M. S. T. **Adolescência infratora**: um rito de passagem. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUCSP. 2000.

- BARTOLETTI, S. C. **Juventude hitlerista**: a história dos meninos e meninas nazistas e a dos que resistiram. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2006.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BERGÈS, J; BALBO, G. **A atualidade das teorias sexuais infantis**. Porto Alegre: CMC Editora, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Jogo de posições da mãe e da criança**: ensaio sobre o transativismo. Porto Alegre: CMC Editora, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Há um infantil na psicose?** Porto Alegre: CMC Editora, 2003.
- BENJAMIN, W. **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1936) In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, v.1 (obras escolhidas).
- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLEY, S. **Familiaridade estranha da violência**. In: HARTMANN, F; ROSA JR, N, C, D, da (orgs), *Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2005, p.53-62.
- BLOCH, E. **O princípio esperança** (1959). Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Fundo Social de Solidariedade, s/d.
- BRASIL. **Código de Processo Penal**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 31ª edição. São Paulo: Saraiva, 1992.

CALLIGARIS, C. **Hello Brasil!** Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1991.

\_\_\_\_\_. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

\_\_\_\_\_. **Crônicas do individualismo cotidiano.** São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **A adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e indivíduo.** In: FLEIG, M (org), *Psicanálise e sintoma social.* São Leopoldo: UNISINOS, 1993.

CALVINO, Í. **Por que ler os clássicos** (1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Seis propostas para o próximo milênio:** lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAON, J. **O pesquisador psicanalítico e a pesquisa psicanalítica.** In: J.A.T MACHADO (org). *Filosofia e psicanálise, representação e realidade em psicanálise – um diálogo.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p.35-73.

\_\_\_\_\_. **Serendipidade, comparatismo e transdisciplinariedade da pesquisa psicanalítica:** contribuições para o entendimento de formação da insocorridada humana numa experiência de situação limite. In: FILHO, P; COELHO JUNIOR, N; ROSA, M. (org). *Ciência, pesquisa, representação e realidade em pesquisa.* São Paulo: EDU, Casa do psicólogo, 2000, p.90-108.

CHEMAMA, R. **Elementos lacanianos para uma psicanálise no cotidiano.** Porto Alegre: CMC editora, 2002.

CHAUÍ, M. **A não violência do brasileiro:** um mito interessantíssimo (1980), mimeo.

CORSO, M. **A cena primária do psicanalista.** In: *Narrativas em psicanálise.* Correio da APPOA. Porto Alegre, n.133, março, 2005.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise.** Rio de Janeiro: Grall, 1986.

- \_\_\_\_\_. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo.** Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- COSTA, A. **Três registros sobre a violência.** In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, *Psicanálise em tempos de violência*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, ano VI, n.12, 1996, p.11-16.
- D'ARGOD, M. **Uma construção de caso na aprendizagem.** In: Pulsional revista de psicanálise. São Paulo: Escuta, Vol.13, n.140/141, p.12-21, 2000/2001.
- DA MATTA, R. **As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social.** In: "Violência Brasileira", São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 42.
- DELEUZE, G. **Lógica do sentido.** São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DESCARTES, R. **Discurso del metodo.** Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop.** São Paulo: Annablume, 1998.
- DOLTO, F. **A criança do espelho.** Porto Alegre: Artes médicas, 1991.
- DUCHAMP, M. **O ato criador.** In: BATTCKOCK, G. (org.), *A nova arte*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise** (1989). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- DUMONT, L. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- EIZIRIK, C. **Nuestro admirable nuevo mundo: reflexiones sobre el psicoanálisis, la violencia y la perversidad.** In: Revista de Psicoanálisis, Buenos Aires: APA, nº 7, 2000.
- ENDO, P. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo.** São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.
- ENRIQUEZ, E. **O trabalho da morte nas instituições.** In: KAES, R. (org.), *A instituição e as instituições*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.



- \_\_\_\_\_. **Da horda ao Estado.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- FÉDIDA, P. **Nome, figura e memória.** São Paulo: Escuta, 1991.
- FERREIRA, J. B. **O olhar na constituição do sujeito.** Boletim de Novidades Pulsional, Centro de psicanálise, Ano IX - n.92, Dez.1996.
- FIGUEIREDO, L. C. **Adolescência e Violência:** considerações sobre o caso brasileiro. In: LEVISKY, D. L. (org.). **Adolescência pelos caminhos da violência:** a psicanálise na prática social, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Modos de subjetivação no Brasil.** São Paulo: Escuta, 1995.
- FLEIG, M. (org.). **Psicanálise e sintoma social.** São Leopoldo: UNISINOS, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Violência lixo atômico não-reciclável?** In: FLEIG, Mário (org), **Psicanálise e sintoma social.** São Leopoldo: UNISINOS, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Os efeitos da modernidade:** a violência e as figurações da lei na cultura. In: SOUSA, E. (org), **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil,** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Os sonhos de Descartes:** efeitos do discurso da ciência. In: ROSA JR, N. C. D. da; CORREIA, S (orgs), **Interpretação dos sonhos: várias leituras - publicação comemorativa aos cem anos da obra magna de Sigmund Freud.** São Leopoldo: UNISINOS, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O corpo, o gozo e o circuito pulsional** (texto. s.n.t)
- FONSECA, T. **Produção de sentidos e violência.** In: SOUSA, E (org), **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro: Record, 1992.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: **Obras Completas.** Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

- \_\_\_\_\_. Totem e tabu (1913). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XIII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Reflexões para tempos de guerra e morte (1915). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XIV, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Uma criança é espancada (1919). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. As pulsões e os destinos da pulsão (1915). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XIV, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. O estranho (1919). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XVII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Psicologia de grupo e análise do eu (1921). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. O ego e o id (1923). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. O problema econômico do masoquismo (1924). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Por que a guerra?(1933[1932]). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XXII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Novas conferência introdutórias sobre a psicanálise (1933[1932]). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XXII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Além do princípio do prazer (1920). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. Construções em análise (1937). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XXIII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

- \_\_\_\_\_. Análise terminável e interminável (1937). In: **Obras Completas**. Trad. Jaime Salomão, Edição Standard brasileira, vol. XXIII, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- GIDDENS, A. **Modernidad e Identidad del yo**. Barcelona: Península, 1995.
- GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GOLDENBERG, R (org.). **Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise**. Salvador: Agalma, 1997.
- HANNS, L. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- HARTMANN, F. **Violência e discurso**. In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D. da (orgs), **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2005, p.45-52.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Porto Alegre: Companhia das Letras, 1995.
- JERUSALINKY, A. et al. **Adolescência: Entre o passado e o futuro**. Porto Alegre: APPOA/Artes e Ofícios, 1997.
- KEIL, I, M. **Descrença política e violência urbana: existe uma relação?** In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D. da (orgs), **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2005, p.27-38.
- KAUFMANN. P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LACAN, J. **O Seminário - Livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-54)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário - Livro 4: A relação de objeto (1956-1957)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário - Livro 5: As formações do inconsciente (1957-1958)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 6:** O desejo e sua interpretação (1958-1959). Publicação não comercial. Circulação Interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre: 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 7:** A ética da psicanálise (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 8:** A transferência (1960-1961). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 9:** Identificação (1961-1962). Publicação não comercial. Circulação Interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife. Recife: 2003.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 10:** A angústia (1962-1963). Publicação não comercial. Circulação Interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife. Recife: 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 11:** Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 15.** El acto psicoanalítico. Escuela Freudiana de Buenos Aires: 1986.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 19:** O saber do psicanalista (1971-1972). Publicação não comercial, Circulação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife. Recife: 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Seminário – Livro 20:** Mais, ainda (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O tempo lógico e a asserção de uma certeza antecipada – um sofisma** (1944). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.197-213.
- \_\_\_\_\_. **Agressividade em psicanálise** (1948). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.104-125.
- \_\_\_\_\_. **O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica** (1949). In: Escritos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1998, p. 96-103.

- \_\_\_\_\_. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise** (1949). In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p. 238-323.
- \_\_\_\_\_. **Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia** (1950). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.127-151.
- \_\_\_\_\_. **A coisa Freudiana ou sentido de retorno a Freud em psicanálise** (1955). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.402-437.
- \_\_\_\_\_. **A instância na letra no inconsciente ou a razão desde Freud** (1957). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.496-533.
- \_\_\_\_\_. **A direção do tratamento e os princípios do seu poder** (1958). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.591-652.
- \_\_\_\_\_. **A ciência e a verdade** (1966). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.869-892.
- \_\_\_\_\_. **Lituraterra**. In: Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.15-25.
- \_\_\_\_\_. **Os complexos familiares na formação do indivíduo** (1938). In: Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.29-90.
- \_\_\_\_\_. **Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia** (1950). In: Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 127-131.
- \_\_\_\_\_. **Televisão**. In: Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.508-543.
- LASH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LEBRUN.J-P. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- LEVISKY, D. L.(Org.). **Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- LEVISKY, R. B. **O que a sociedade atual espera dos jovens**. O que os jovens esperam da sociedade. Um grupo de reflexão. In: LEVISKY, D. L. (org.). **Adolescência pelos**

caminhos da violência: a psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

MARSILLAC, A. L. M de. **Fronteiras do corpo: paradoxos na construção da singularidade.** 2005.102f. Dissertação (Mestrado em Psicologia social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

MARIN, I. S. K. **Instituições e violência.** Violência nas instituições. In: LEVISKY, D. L. (org.). Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Violências.** São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.

MARTINS. T. O. **O menor infrator: aspectos teóricos e práticos.** In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Adolescência entre o passado e o futuro. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

MARTY, F. **Violences à l'adolescence.** In: MARTY, F. (org.), L'illégitime violence. Ramoville Saint-Agne, Érès, 1997, p.07-17.

MELMAN, C. **Alcoolismo, delinqüência, toxicomania: uma outra forma de gozar.** São Paulo: Escuta, 1992.

\_\_\_\_\_. **Novas formas clínicas no início do terceiro milênio.** Porto Alegre: CMC editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

\_\_\_\_\_. **Haveria uma questão particular do pai na adolescência?** In: Adolescência. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre, APPOA, n.11, p.07-24, nov. 1995.

- MOURA, A; NIKOS,I. **Estudo de caso, construção do caso e ensaio metapsicológico:** da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. In: Pulsional revista de psicanálise. São Paulo: Escuta, Vol. 13, n.140/141, p.69-76. 2000/2001.
- NASIO, J. **Os olhos de Laura.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991
- \_\_\_\_\_. **O olhar em psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- NASSAR, R. **Lavoura arcaica.** Coleção mestres da literatura Brasileira e Portuguesa. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1979.
- OLIVEIRA, C. S. de. **Sobrevivendo no inferno:** a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre, Sulina, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Quem tem medo da violência juvenil?** In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D. da (org), *Violências e contemporaneidade.* Porto Alegre, Artes e ofícios, 2005, p.13-26.
- OLIVEIRA, I; PAVEZ, G; SCHILLING, F. (orgs). **Reflexões sobre justiça e violência:** o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais. São Paulo, EDUC, Imprensa oficial do Estado, 2002.
- OUTEIRAL, J. **Adolescer:** estudo revisado sobre adolescência. Porto Alegre: Revinter, 2003.
- PENOT, B. **A importância da noção de adolescência para uma concepção psicanalítica de sujeito.** Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, n.11, p.31-40, nov. 1995.
- PEREIRA, M. E. C. **A questão psicopatológica do pânico examinada à luz da noção metapsicológica de desamparo.** Boletim de novidades da Livraria Pulsional, São Paulo, ano IX, n.84, abr/1996.
- POLI, M. C. **Pesquisa em psicanálise.** In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Onde fala um analista. Porto Alegre: APPOA, ano XII, n.29, 2005, p.42-47.

\_\_\_\_\_. **Clínica da exclusão:** a construção do fantasma e o sujeito adolescente.

São Paulo, Casa do psicólogo, 2005.

PROUST, M. **No caminho de Swamm;** À sombra das moças em flor. In: Em busca do tempo perdido. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

RAMBO, C. A. **A ética e a crise da subjetividade.** In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D da (orgs), Violências e contemporaneidade, Porto Alegre, Artes e ofícios, 2005, p.127-142.

RASSIAL, J. J. Entrevista com Jean-Jacques Rassial. In: **Adolescência.** Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, n.11, p.86-100, nov. 1995.

\_\_\_\_\_. **A passagem adolescente:** da família ao laço social. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.

\_\_\_\_\_. **Adolescência como conceito da teoria psicanalítica.** In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Adolescência entre o passado e o futuro. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

\_\_\_\_\_. **O adolescente e o psicanalista.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que os adolescentes ensinam aos analistas.** São Paulo, USP, 2002.

ROSA JR, N. C. D da. **O emudecimento da violência:** considerações acerca dos modos de subjetivação da adolescência na contemporaneidade. In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D da (orgs). Violências e contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005, p. 117-126.

\_\_\_\_\_. **As dissipações de uma face:** o sintoma enquanto exercício singular da sexualidade do neurótico. In: A masculinidade. Correio da APPOA. Porto Alegre, n.129, out 2004, p.50-60.



\_\_\_\_\_. **A tesoura de ferro:** dos sonhos e suas realizações alucinatórias de desejos à alucinação como experiência constituinte da psique. In: ROSA JR, N. C. D da; CORREIA, S (orgs). A interpretação dos sonhos: várias leituras - publicação comemorativa aos cem anos da obra magna de Sigmund Freud. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Impasses e contribuições da clínica psicanalítica do autismo.** Monografia de Conclusão do Curso de Pós-graduação, Especialização em Teoria Psicanalítica, São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

\_\_\_\_\_. **O olhar e o ato da cri-A-ção:** considerações acerca do pulsional e da direção do tratamento na clínica do autismo. Caderno Tribuna Freudiana, São Leopoldo: ACF, n.11, p.06-10, 1999.

\_\_\_\_\_. **O sujeito moderno e suas formações sintomáticas.** Caderno Tribuna Freudiana, São Leopoldo: ACF, n. 10, p.06-09, 1999.

ROUDINESCO, E; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RUFFINO, R. **Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito.** In: RAPPAPORT, Clara Regina, Adolescência: abordagem psicanalítica. São Paulo: EPU, 1993.

\_\_\_\_\_. **Adolescência:** notas em torno de um impasse. In: Adolescência, Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, APPOA, n.11, p.41-46, nov. 1995.

\_\_\_\_\_. **O adolescente e a modernidade.** In: O adolescente e a modernidade, Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. Tomo II.

SANTOS, J. V. T dos. **Juventud y Violencia:** una generación fracturada. In: LEON (Orgs), Briceno. Juventud, violencia y justicia em America Latina. Buenos Aires: CLASCO, 2003.

- SILVA, M. C. C da. **Ato delinqüente e adolescência**: vicissitudes de uma travessia. In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Adolescência entre o passado e o futuro. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- SOUSA, E. L. A (org.). **Psicanálise e colonização**: leituras do sintoma social no Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- \_\_\_\_\_. (“**A vida entre parênteses**”). Correio da APPOA, Porto Alegre: n.80, jun/2000.
- \_\_\_\_\_. **O silêncio da violência**. In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre: n.19, p. 43-53, 2000.
- \_\_\_\_\_; TESSLER. E. **Violência sem disfarce**. In: Faces da violência. Correio da APPOA, Porto Alegre: n.126, Jul 2004.
- SOUZA, O. **Fantasia de Brasil**. As identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1994.
- TORAINÉ. A. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- TRINDADE, J. **Delinqüência juvenil**: uma abordagem transdisciplinar. 2a. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.
- VIOLA, S. **A sociedade da guerra e a cultura da violência**. In: HARTMANN, F; ROSA JR, N. C. D da. (orgs). **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005, p.63-80.
- VOLPI, M.(org.). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez. 1997
- \_\_\_\_\_ (org.) **Adolescentes privados de liberdade**. São Paulo: Cortez, 2000.
- WIEVIORKA, M. **O novo paradigma da violência**. In: Tempo, Revista de sociologia da USP, São Paulo: 1997.
- WILDE, O. **The picture of Dorian Gray**. Penguin popular classics: New York, 1994.
- WINNICOTT, D. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

\_\_\_\_\_. **Privação e delinquência.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.